

Ano III | Nº 6 | Agosto de 2011
Uma publicação da Fundação Lauro Campos

SOCIALISMO & LIBERDADE

EDIÇÃO ESPECIAL

A opressão também é ambiental

por Paulo Piramba

Saúde da população negra: um histórico de vitórias e uma realidade de lutas contra a faxina étnica

por Iná Meireles

Mulheres negras: duplo preconceito, dupla militância e história única

por Luciene Lacerda

Racismo e antirracismo: uma abordagem revolucionária

por Dennis de Oliveira

Resgatar memórias radicais afrodescendentes, semear presentes e cultivar futuros de des/colonialidade e liberação

por Agustin Lao Montes

"Faxina étnica" ou "limpeza racial": um novo paradigma de controle racial da população negra no Brasil

por Fábio Nogueira, Joselício Júnior, Gilberto Batista Campos e Marco André da Silva

Palmares: uma repercussão política de quatro séculos na história brasileira

por Carlos Nobre

A contribuição do PSOL na luta contra o racismo

por Ivan Valente e Hamilton Assis

Trabalho, educação e racismo: na luta por igualdade, combater as discriminações!

por Paulo Sérgio da Silva

Movimento negro e luta de classes no Brasil

por Mário Makáiba

REVISTA NEGRA





REVISTA NEGRA

Ano III | Nº 6 | Agosto de 2011 Uma publicação da Fundação Lauro Campos

SOCIALISMO @ LIBERDADE

EDIÇÃO ESPECIAL

Sumário

Canto dos Palmares. Solano Trindade	4
Apresentação por Fábio Nogueira e Luiz Arnaldo Campos	6
Abdias do Nascimento, O artista da Revista Negra	8
Paulo Piramba por Luciene Lacerda	12
A opressão também é ambiental por Paulo Piramba	13
Saúde da população negra: um histórico de vitórias e uma realidade de lutas contra a faxina étnica por Iná Meireles	15
Mulheres negras: duplo preconceito, dupla militância e história única por Luciene Lacerda	19
Racismo e antirracismo: uma abordagem revolucionária por Dennis de Oliveira	22
Resgatar memórias radicais afrodescendentes, semear presentes e cultivar futuros de des/colonialidade e liberação por Agustin Lao Montes	27
“Faxina étnica” ou “limpeza racial”: um novo paradigma de controle racial da população negra no Brasil por Fábio Nogueira, Joselício Júnior, Gilberto Batista Campos e Marco André da Silva	31
Palmares: uma repercussão política de quatro séculos na história brasileira por Carlos Nobre	35
A contribuição do PSOL na luta contra o racismo por Ivan Valente e Hamilton Assis	42
Trabalho, educação e racismo: na luta por igualdade, combater as discriminações! Por Paulo Sérgio da Silva	43
Movimento negro e luta de classes no Brasil por Mário Makaíba	44
Olorum ÈKÈ. Solano Trindade	48

Canto dos Palmares

SOLANO TRINDADE

Eu canto aos Palmares
sem inveja de Virgílio de Homero
e de Camões
porque o meu canto
é o grito de uma raça
em plena luta pela liberdade!

Há batidos fortes
de bombos e atabaques
em pleno sol
Há gemidos nas palmeiras
soprados pelos ventos
Há gritos nas selvas
invadidas pelos fugitivos...

Eu canto aos Palmares
odiando opressores
de todos os povos
de todas as raças
de mão fechada
contra todas as tiranias!

Fecham minha boca
Mas deixam abertos os meus olhos
Maltratam meu corpo
Minha consciência se purifica
Eu fujo das mãos
Do maldito senhor!

Meu poema libertador
é cantado por todos,
até pelo rio.
Meus irmãos que morreram
muitos filhos deixaram
e todos sabem plantar
e manejar arcos;
muitas amadas morreram
mas muitas ficaram vivas,
dispostas para amar
seus ventres crescem
e nascem novos seres.

O opressor convoca novas forças
vem de novo
ao meu acampamento...
Nova luta.
As palmeiras
ficam cheias de flechas,
os rios cheios de sangue,
matam meus irmãos,
matam as minhas amadas,
devastam os meus campos,
roubam as nossas reservas;
tudo isto,
para salvar
a civilização
e a fé...

Nosso sono é tranquilo
mas o opressor não dorme,
seu sadismo se multiplica,
o escravismo é o seu sonho
os inconscientes
entram para seu exército...

Nossas plantações
estão floridas,
nossas crianças
brincam à luz da lua,
nossos homens
batem tambores,
canções pacíficas,
e as mulheres dançam
essa música...

O opressor se dirige
a nossos campos,
seus soldados
cantam marchas de sangue.

O opressor prepara outra investida,
confabula com ricos e senhores,
e marcham mais forte,
para meu acampamento!
Mas eu os faço correr...
Ainda sou poeta
meu poema
levanta os meus irmãos.
Minhas amadas
se preparam para a luta,
os tambores
não são mais pacíficos,
até as palmeiras
tem amor à liberdade...

Os civilizados têm armas,
e têm dinheiro,
mas eu os faço correr...

Meu poema
é para os meus irmãos mortos.
Minhas amadas
cantam comigo,
enquanto os homens
vigiam a Terra.

O tempo passa
seu número e calendário,
o opressor volta
com outros inconscientes,
com armas
e dinheiros,
mas eu os faço correr...

O meu poema libertador
é cantado por todos,
até pelas crianças
e pelo rio.

Meu poema é simples,
como a própria vida,
nascem flores
nas covas de meus mortos
e as mulheres
se enfeitam com elas
e fazem perfume
com sua essência...

Meus canaviais
ficam bonitos,
meus irmãos fazem mel,
minhas amadas fazem doce,
e as crianças
lambuzam os seus rostos
e seus vestidos
feitos de tecidos de algodão
tirados dos algodoais
que nós plantamos.

Não queremos o ouro
porque temos a vida!
e o tempo passa,
sem número e calendário...
O opressor quer o corpo liberto,
mente ao mundo,
e parte para
prender-me novamente...

- É preciso salvar a civilização.
Diz o sádico opressor...

Eu ainda sou poeta
e canto nas selvas
a grandeza da civilização - a Liberdade
Minhas amadas cantam comigo,
meus irmãos
bâtem com as mãos,
acompanhando o ritmo
da minha voz...

- É preciso salvar a fé,
Diz o tratante opressor...

Eu sou o poeta
e canto nas matas
a grandeza da fé - a Liberdade
Minhas amadas cantam comigo,
meus irmãos
bâtem com as mãos,
acompanhando o ritmo
da minha voz!...

Saravá! Saravá!
Repete-se o canto
do livramento,
já ninguém segura
os meus braços...
Agora sou poeta,
meus irmãos vêm ter comigo,
eu trabalho,
eu planto,
eu construo,
meus irmãos vêm ter comigo...

Minhas amadas me cercam,
sinto o cheiro do seu corpo,
e cantos místicos
sublimam meu espírito!
Minhas amadas dançam,
despertando o desejo em meus irmãos,
somos todos libertos,
podemos amar!
Entre as palmeiras nascem
os frutos do amor
dos meus irmãos,
nos alimentamos de fruto da terra,
nenhum homem explora outro homem...

E agora ouvimos um grito de guerra,
ao longe divisamos
as tochas acesas,
é a civilização sanguinária,
que se aproxima.

Mas não mataram
meu poema.
Mais forte
que todas as forças
é a Liberdade...
O opressor não pôde fechar minha
boca,
nem maltratar meu corpo,
meu poema
é cantado através dos séculos,
minha musa
esclarece as consciências,
Zumbi foi redimido...

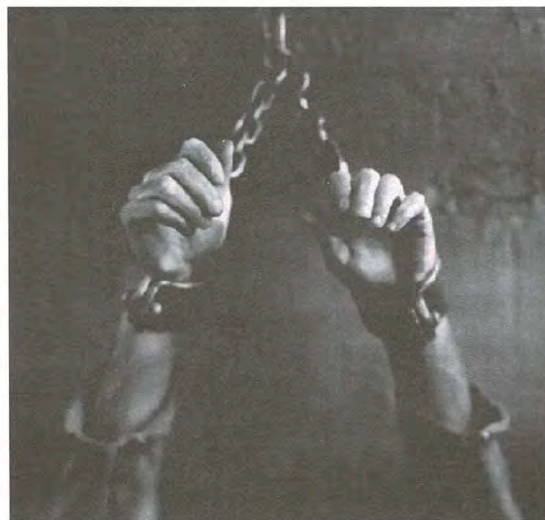
*(Solano Trindade, Poeta do Povo,
São Paulo: Ediouro, 2008, p. 37-39)*

Por Fábio Nogueira e Luiz Arnaldo Campos

Durante quase quatrocentos anos, entre o fim do século XV e o fim do século XIX, aproximadamente 12,4 milhões de africanos escravizados foram embarcados nos navios negreiros com destino aos portos da América.

Este processo que o intelectual e ativista afroamericano W. E. B. Dubois chamou de "o mais grandioso drama dos últimos mil anos da história da humanidade" foi, como bem lembrou o historiador Marcus Rediker, uma tragédia que transformou profundamente a história de nosso continente.

Dos nove milhões que se calcula terem sobrevivido à pavorosa travessia do Atlântico, a maior parte foi desembarcada nas costas brasileiras, transformando nosso país no principal depositário da diáspora africana. No Brasil esta imensa legião de trabalhadores forçados seria o principal motor do colonialismo mercantilista e dos albores do capitalismo em nossa terra. Foi sobre a exploração desenfreada de milhões de corpos, mentes e corações negros e indígenas que o capitalismo irrompeu e se tornou o modo de produção dominante do novo mundo e esta constatação, por si mesma é suficiente para se perceber que a questão negra assume para os lutadores sociais americanos um papel estratégico e que não é possível pensar uma revolução anticapitalista no continente americano, em particular no nosso país, sem se enfrentar o terrível legado da escravidão que atende pelo nome de racismo. Como ressalta o



sociólogo peruano Aníbal Quijano, nas Américas, a divisão social do trabalho, com a escravização, combinou-se com uma rígida hierarquia baseada no fenótipo, na cor e na inferiorização da cultura dos povos não europeus, derivando uma prática social onde o pertencimento a determinado grupo racial propiciava o acesso ou não a direitos e privilégios assim como a posse de bens materiais e a possibilidade de ascensão na escala social. Desnecessário dizer que esta construção ideológica penetrou profundamente no inconsciente dos dominados que muitas vezes assumiram para si as crenças e valores impostos pelos dominantes.

No entanto, apesar da repressão brutal e das muralhas ideológicas, a resistência negra e indígena ao mundo colonial e

racista ocorreu em diversas frentes desde os embates diários do cotidiano, passando pela cultura, a religião, a preservação transformada de tradições milenares até chegar à luta aberta de massas como as rebeliões de Nat Turner no sul escravagista dos Estados Unidos, as guerras cimarrones do Planalto das Guianas, a Revolta dos Malês, a Cabanagem Negra, Palmares e uma infinidade de quilombos no Brasil, que tiveram como ponto maior a Revolução Haitiana, a única rebelião de escravos bem sucedida da história. Estas sagas libertadoras foram fonte de inspiração de lutas independentistas, nacionalistas, socialistas e libertárias de *Nuestra América* e se fizeram presentes na prática de líderes e movimentos como Zapata, Martí, Bolívar, a Revolução Sandinista, Frei Caneca, a Revolta dos Alfaiates e muitas outras (no Brasil, uma das organizações de combate à ditadura militar chamava-se VAR-Palmares) que reconheceram explicitamente a dívida de gratidão para com os combatentes negros.

Apesar disto por muito tempo o racismo foi considerado pela versão dominante do marxismo em nosso continente como uma contradição secundária do sistema capitalista que seria abolida automaticamente com a supressão da exploração e, portanto, a luta antirracista seria igualmente uma luta secundária. Evidentemente não faltou no curso



da história, pensadores que desafiaram a incompreensão e o reformismo e que através dos seus escritos e prática articularam a luta antirracista como um componente primordial da luta contra o capital. Entre outros podemos citar José Carlos Mariátegui e os primeiros intelectuais do Partido Socialista Peruano, C. R. L. James e G. Padmore no Caribe anglófono, Frantz Fanon, na Martinica, Ângela Davis, nos Estados Unidos, Walter Rodney na Guiana, Waltério Carbonell, em Cuba, Decio Freitas, Vicente Salles e Clóvis Moura, no Brasil. Que estes autores sejam pouco conhecidos e alguns deles sejam considerados “marginais” no interior da esquerda não causa surpresa. Foram considerados “heterodoxos”, tanto por aqueles que seguiam as normativas dos PC como por seus opositores e dissidentes justamente por colocarem no centro de suas análises marxistas o estudo do racismo, da resistência afroindígena e das culturas dos descendentes dos africanos

e indígenas na América. Esta revista é uma forma de homenageá-los.

Foi exatamente a partir destes pensadores e principalmente da força política que nos últimos anos os movimentos dos povos originais e afrodescendentes foram conquistando na América Latina e Caribe, que foi se formando no continente americano, inclusive no Brasil, correntes de opinião que buscam resgatar o significado transcendental da luta antirracista para todos aqueles que se dedicam à realização da utopia socialista.

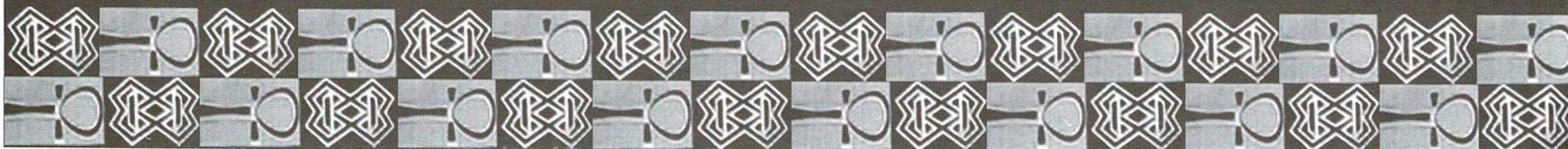
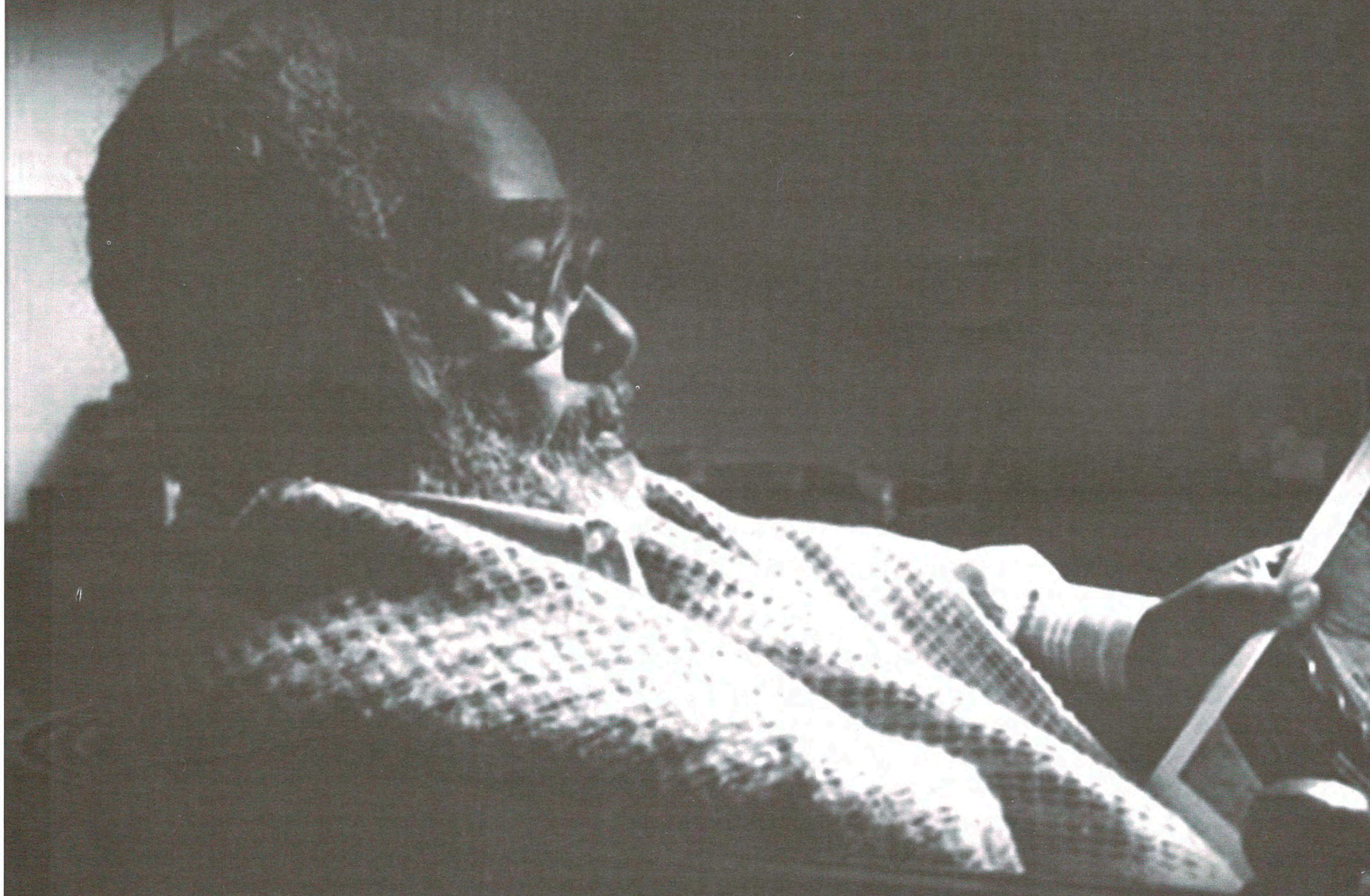
Esta publicação – a Revista Negra do PSOL – faz parte deste esforço. Em seu conjunto esta coletânea de artigos persegue alguns objetivos. Em primeiro lugar, demonstrar a transversalidade do racismo na ordem capitalista e as múltiplas formas que se manifesta seja no trabalho, nas relações de gênero, nas políticas públicas ou nas concepções sobre a relação entre a humanidade e a natureza. Buscamos também o resgate

das lutas negras do Brasil, notadamente o Quilombo dos Palmares, primeiro estado soberano a se formar no interior do Brasil, e acima de tudo almejamos contribuir para a elaboração de estratégias de luta que compreendam que não é possível lutar contra a exploração capitalista sem acertar contas com todos os alicerces coloniais, racistas e sexistas sobre os quais se sustenta a nossa sociedade. Contribuir para este debate é a razão de ser desta Revista Negra do PSOL ●

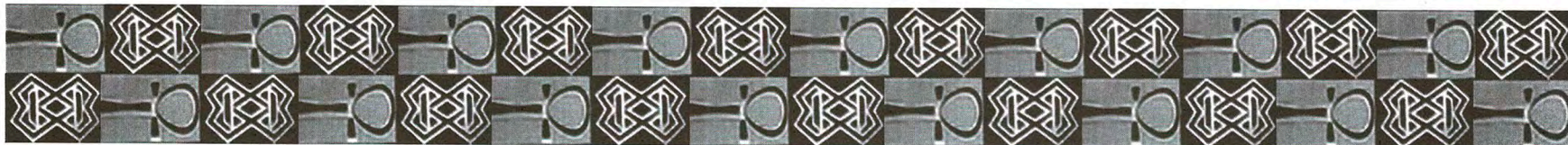
Fábio Nogueira Doutorando em Sociologia na USP e professor assistente do Instituto Multidisciplinar de Saúde da UFBA. Coordenador Nacional do Círculo Palmarino e militante do PSOL/BA.

Luiz Arnaldo Campos Diretor Técnico da Fundação Lauro Campos, membro do Comitê de Articulação do Fórum Social Pan-Amazônico, Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense.

Abdias do Nascimento



Acervo Abdias Nascimento



O artista da Revista Negra

O filósofo francês Jean Paul Sartre, no auge de sua fama, em visita ao Rio de Janeiro, estranhara a ausência de negros nas conferências que pronunciava e nas recepções que lhe davam acolhida. Aproveitando o mote, numa crônica intitulada

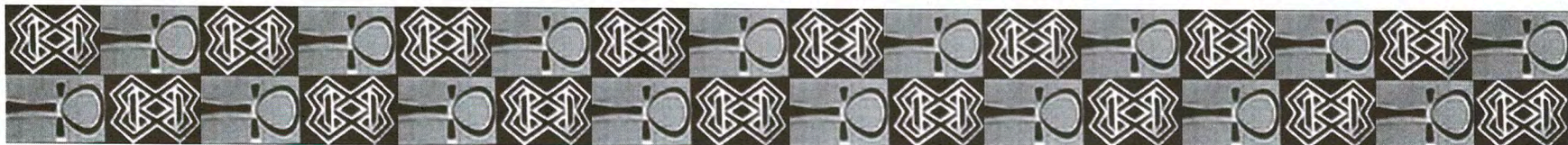
“O único negro do Brasil”, que publicou no jornal O Globo de 11 de março de 1968, Nelson Rodrigues provocou: “Gilberto Freire afirma que somos uma democracia racial. Mas está de pé a pergunta de Sartre: ‘E os negros? Onde estão os negros?’ Realmente, ninguém é negro, a não ser o Abdias do Nascimento.”

Pioneiro da causa negra na “democracia racial” brasileira, Abdias do Nascimento viveu 97 profícuos anos. Nascido em Franca, São Paulo, em 14 de março de 1914, Abdias foi o segundo filho de Dona Josina, doceira, e de Seu Bem-Bem, músico e sapateiro. Poeta, pintor, escultor, ator, escritor, político e, sobretudo, ativista do movimento negro, foi casado quatro vezes. Com a atriz Léa Garcia, sua terceira esposa, teve dois filhos; e teve um filho com sua última esposa, a norte-americana Elizabeth Larkin.

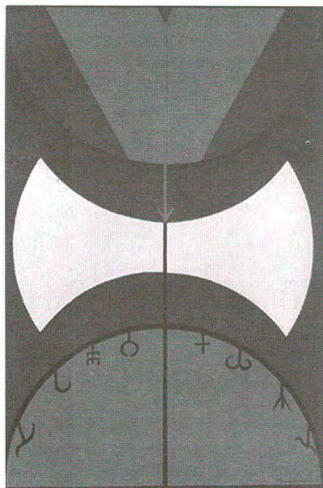
Em 1944, funda o Teatro Experimental do Negro, entidade que patrocina a Convenção Nacional do Negro em 1945-46. A Convenção propõe à Constituinte de 1946 a inclusão de políticas públicas para a população afro-descendente e um dispositivo constitucional definindo a discriminação racial como crime de lesa-pátria. Foi ainda um dos organizadores do 1º Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. No período da ditadura militar, foi forçado ao exílio. Depois, foi deputado federal, senador e secretário de estado do governo

de Leonel Brizola. Formado em economia e diplomado pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), em seu extenso currículo ostenta os títulos de doutor honoris causa da Universidade de Brasília e de professor benemérito da Universidade do Estado de Nova Iorque (EUA).

Abdias do Nascimento, falecido no Rio de Janeiro em 24 de maio deste ano, é um dos maiores símbolos da luta negra em todo o continente.

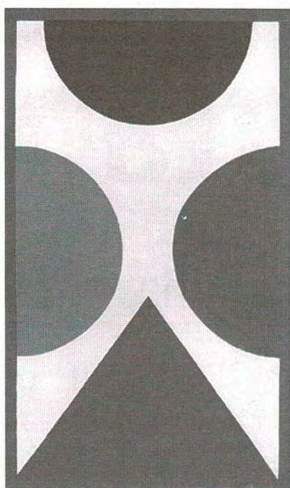


As obras que ilustram esta revista são de Abdias Nascimento.

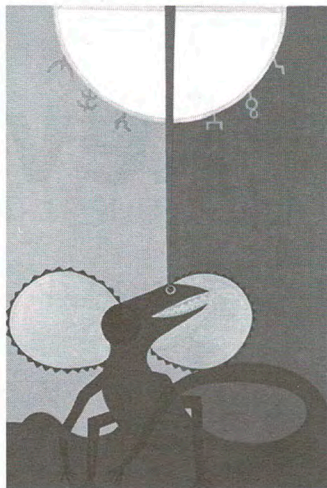


Reprodução gráfica de Luiz Carlos Gá

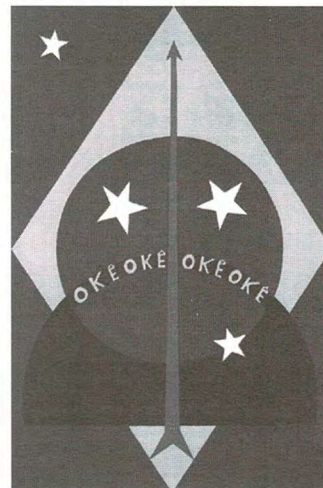
Abdias Nascimento, **Efraim Bocabalístico: Oxossi-Xangô-Ogum**. Acrílico sobre tela, 153 x 102 cm. Nova Iorque, 1969.



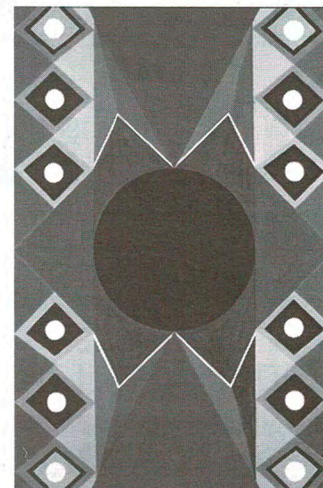
Abdias Nascimento, **Estandarte** (Rio de Janeiro, 1988). Acrílico sobre tela, 60 x 100 cm.



Abdias Nascimento, **O Santo Guerreiro contra o Dragão da Maldade** (Buffalo, 1971). Acrílico sobre tela, 102 x 152.

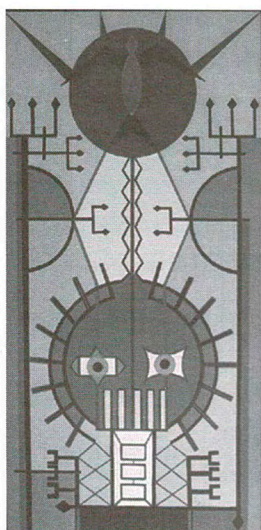


Abdias Nascimento, **Okê Oxossi** (Buffalo, 1970). Acrílico sobre tela, 61 x 91 cm.



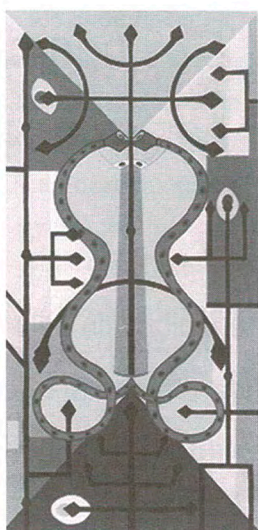
Abdias Nascimento, **Ideograma Adinkra** (Rio de Janeiro, 1992). Acrílico sobre tela, 100 x 150 cm.

Foto de Luia Rodrigues



Fotografia de Cris Isidoro

Abdias Nascimento, **Oxunmaré Ascende**. Acrílico sobre tela, 102 x 152 cm. Buffalo, 1971.



Reprodução gráfica de Luiz Carlos Gá

Abdias Nascimento, **Exu Dambalah**. Acrílico sobre tela, 102 x 51 cm. Buffalo, 1973.

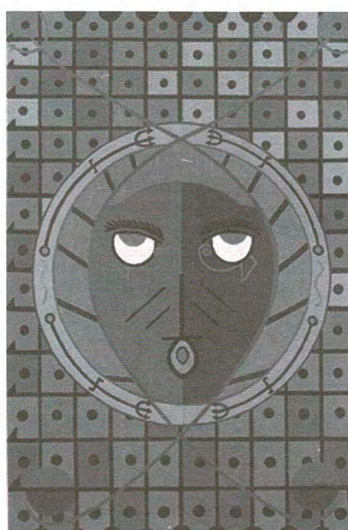


Foto de Luia Rodrigues

Abdias Nascimento, **Padê de Exu**. Acrílico sobre tela, 100 x 150 cm. Rio de Janeiro, 1988



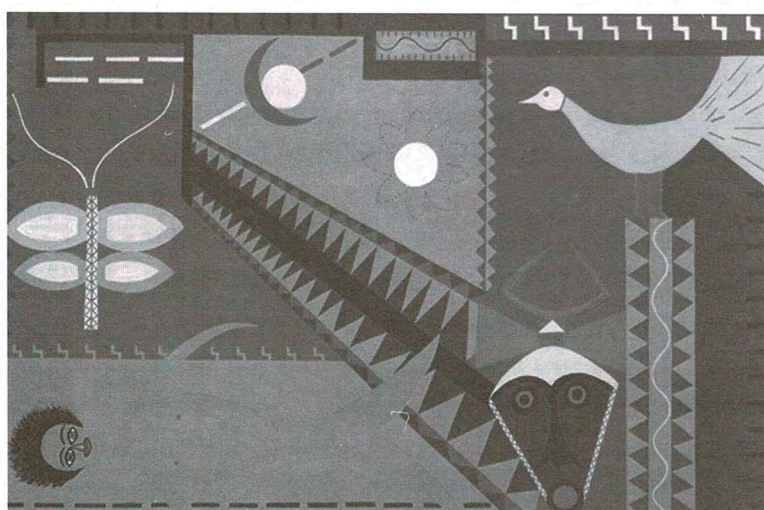
Foto de Luia Rodrigues

Abdias Nascimento, **Oxunmaré Ascende** (Buffalo, 1971). Acrílico sobre tela, 102 x 152 cm.

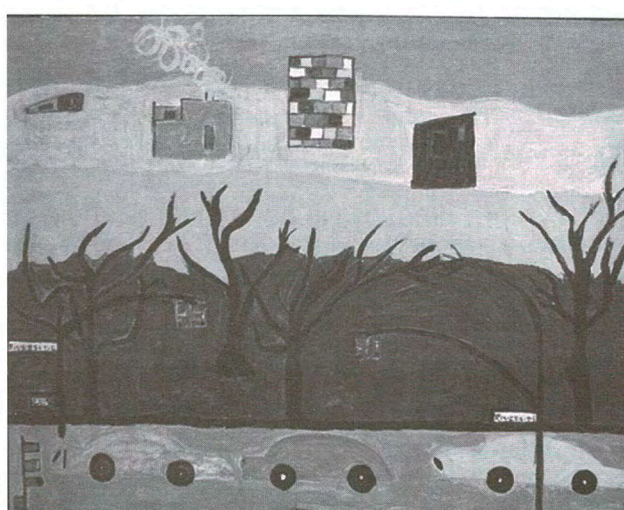


Foto de Luia Rodrigues

Abdias Nascimento, **Tema para Léa Garcia: Oxunmaré**. Acrílico sobre tela, 102 x 152 cm. Buffalo, NY, EUA, 1971.



Abdias Nascimento, **Composição n. 2** (Buffalo, 1971). Acrílico sobre tela, 152 x 102 cm.

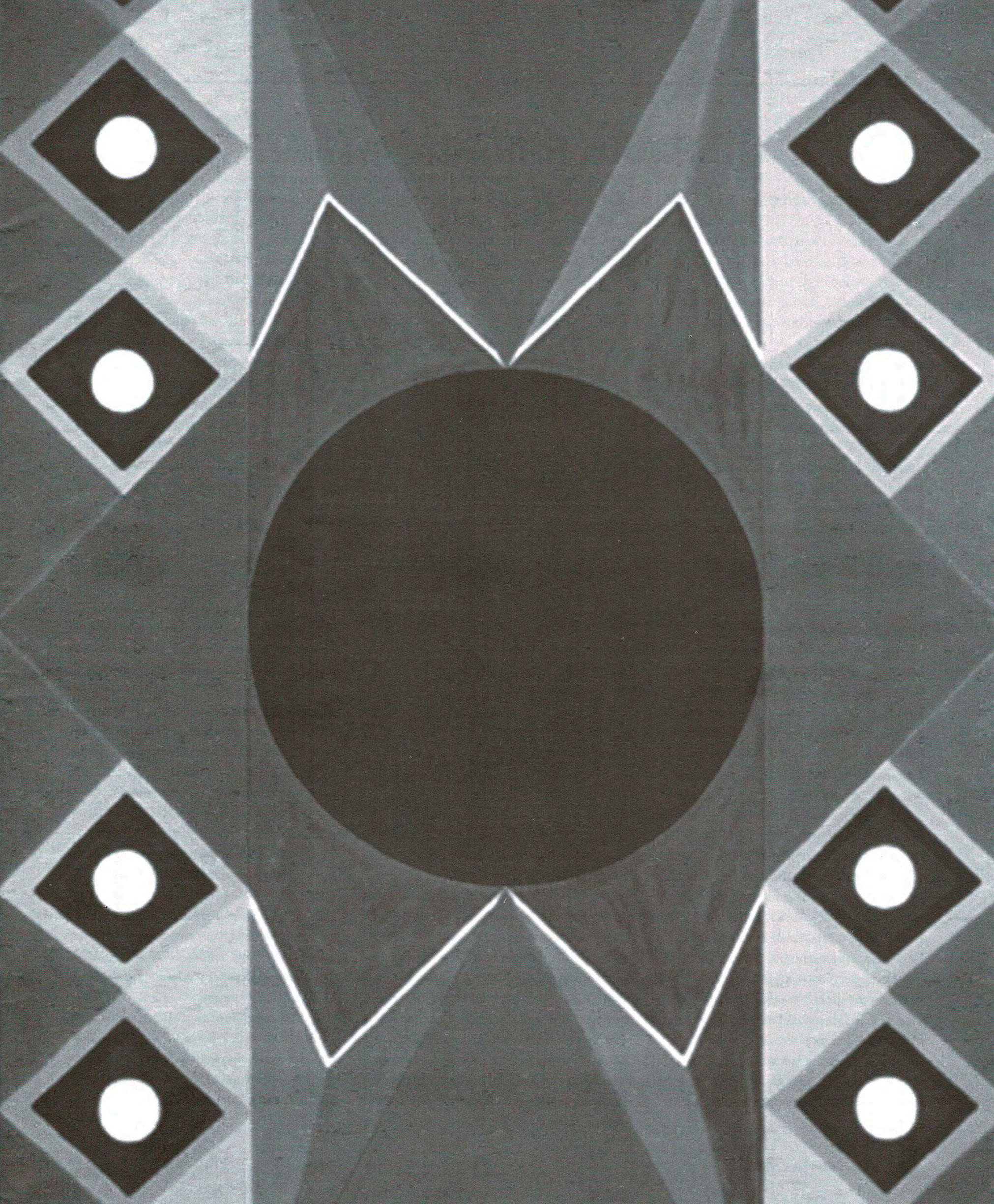


Abdias Nascimento, **Riverside 1** (Nova Iorque, 1968). Óleo e acrílico sobre cartão, 53 x 43 cm.



Reprodução gráfica de Luiz Carlos Gá

Abdias Nascimento, **Xangô n. 2**. Acrílico sobre tela, 51 x 102. Buffalo, EUA, 1978.



Paulo Piramba (1954-2011)

“Eu estarei com qualquer um, não importa a sua cor, desde que você queira mudar a condição miserável que existe nessa terra”

Malcolm X (1925 – 1965)

por **Luciene Lacerda**

Sim, este ecossocialista chamado Paulo Piramba, nascido Paulo Roberto Ribeiro Guimarães, de 56 anos, seria um dos parceiros de Biko, com certeza. Sua parceria com os diversos movimentos sociais não era silenciosa. Suas defesas intransigentes contra o sexismo, o racismo, a homofobia tinham a importância que dava ao seu carro chefe, o ecossocialismo, até porque estava tudo imbricado nas mesmas lógicas capitalistas. Neste número escreve sobre o Racismo Ambiental.

O apelido Paulo Piramba nasceu na PUC, quando era estudante de Engenharia, membro do DCE e um dos articuladores do grupo de teatro. Foi imitando em um esquete o James Brown que o apelido apareceu (“piramba, piroou, piramba...”). Se formou na área de Informática, sendo depois webdesigner.

Piramba era militante da corrente política Enlace, onde era dirigente nacional. Integrante do setorial Ecossocialista, formalizado no I Encontro Nacional em Curitiba, nos dias 1, 2 e 3 de abril de 2011, que ajudou a organizar.

Membro do Instituto Búzios, militava na Rede Ecossocialista, brasileira e internacional, e era um dos representantes da nossa entidade na organização da conferência paralela dos movimentos sociais para a Rio + 20. Criou o blog Ecossocialismo ou Barbárie, onde publicava seus escritos.

Criativo e de humor caústico, dizia que perdia o amigo, mas não perdia a piada. Piramba era flamenguista, ou melhor, como



ele dizia, rubro-negro. Também torcedor do Boca Juniors e do Barcelona.

Ele amava Fortaleza e seus amigos da terra das Dunas Brancas. Como ele dizia, era um cariense ou cearioca.

Ele nos deixou no sábado. Morreu de enfarto do miocárdio, tendo sido levado ao Hospital Souza Aguiar, mas já chegou lá com parada cardíaca. A reanimação foi feita, sem sucesso.

Nos despedimos dele no domingo, no Rio de Janeiro, cidade que ele amava, com trechos da nação Iorubá, e a seguir ao som da Internacional socialista. Em seu caixão

repousavam seu tamborim – que não largava, camisa da IV, do Salgueiro, faixa do Cacique de Ramos, bandeira do Flamengo e do PSOL.

Neste dia, o Flamengo empatou com o Ceará de seu amigo Alexandre. Estariam, com certeza, trocando impressões, gozações e catucadas pelo twitter, instrumento que ele adorava. Mas eis que ontem o Flamengo deu a volta por cima e mostrou um belo, corajoso e tenaz futebol em sua homenagem. 5X4 no Santos!

Foi-se meu querido companheiro, amigo, amante. Ficam seus escritos sobre o ecossocialismo, sobre uma outra sociedade, sempre explicitado com humor ácido e sincero.

Como disse seu ecoamigo João Alfredo para o comunicado do PSOL: “honrar sua trajetória e memória é empunhar, ainda com mais vigor, as bandeiras que eram de Piramba e que são do Partido Socialismo e Liberdade: o Ecossocialismo, o feminismo, a defesa da diversidade étnica, cultural, racial e de orientação sexual”.

Ele se foi como se portou na vida: militando no que acreditava. Eu, Luciene, sou/era sua companheira há oito anos, desde junho de 2003. Ele deixa um filho de afeto e de orgulho militante, Miguel (29 anos) – seu filho/enteado; e Luan, meu filho e seu enteado (16 anos). Além de amig@s, “guerrilheiros” do twitter – como ele chamava-, camaradas...

Era isso e mais um pouco deste homem brilhante, instigante e amável: PAULO PIRAMBA, o meu maior amigo e companheiro. Meu querido amor e camarada.

Paulo Piramba presente!

A opressão também é ambiental

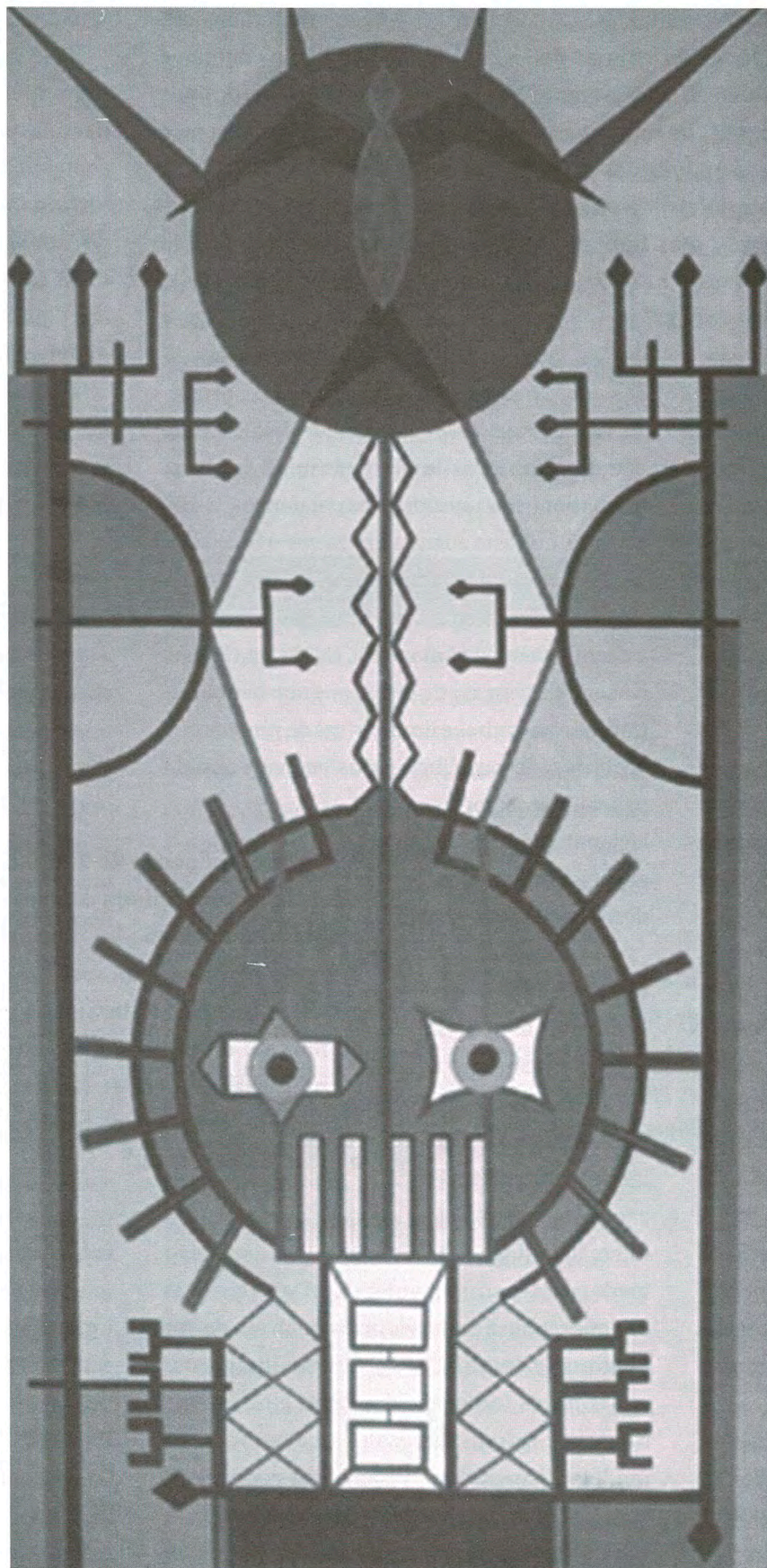
Anotações sobre o racismo ambiental

Por **Paulo Piramba**

Na sociedade brasileira, profundamente desigual, era de se esperar que, assim como em outros aspectos e contradições, a precarização socioambiental atingisse de forma diferenciada os diferentes. De fato, basta um olhar mais atento à forma como os vários extratos sociais, que compõem a população do Brasil, são afetados pela degradação ambiental, para que fique claro que a discriminação e o preconceito também têm um corte ambiental.

Na discussão sobre Justiça Ambiental, em um determinado momento, houve a necessidade de, a partir de várias lutas e conflitos, identificá-los como manifestações do que chamamos Racismo Ambiental. Percebeu-se que algumas contradições e injustiças sociais e ambientais atingiam etnias e populações vulneráveis, mesmo que a intenção racista não fosse explícita, como costuma acontecer também em relação a outras formas de racismo.

A partir daí, passou-se a considerar Racismo Ambiental, políticas e práticas que atingissem ou trouxessem prejuízo a pessoas ou comunidades, motivadas por raça ou cor. Nos EUA, o Racismo Ambiental começou a ser percebido a partir de políticas públicas ligadas ao meio ambiente, diferenciadas para brancos e



negros. Ou pela precarização sócio ambiental dos locais de moradia ocupados por negros.

Mais recentemente, em 2005, esta forma de racismo ficou evidente no caso do furacão Katrina, seja pelo local onde morava a população negra, seja pelo tipo de medidas de evacuação diferenciadas, ou ainda pela ação e omissão do governo Bush em relação às vítimas da catástrofe ambiental, em sua maioria, negros.

No Brasil, têm sido vítimas de racismo ambiental não somente os povos indígenas, os remanescentes de quilombos, as populações tradicionais – caiçaras, ribeirinhos, caipiras e atingidos por barragens –, mas também as populações negras, nordestinas e pobres das grandes cidades.

A antiga Aracruz, atual Fibria, depois de uma fusão com a Votorantim Celulose e Papel, entrou em conflito com povos indígenas (tupiniquins e guaranis) e quilombolas no Espírito Santo, tentando desalojá-los de suas terras. Além disso, ao poluir as águas e o ar devido às dioxinas, subprodutos da produção de celulose, a empresa atingiu duplamente estas etnias e populações.

Nas grandes cidades, as populações mais pobres têm sido afastadas dos lugares onde sempre moraram, onde desenvolveram suas culturas e onde estão suas raízes, e realocadas em locais precarizados social e ambientalmente. Essa rearrumação do espaço urbano sempre se deu por conta da especulação imobiliária,

e da necessidade do capitalismo criar novos mercados que reproduzam o lucro.

Mais recentemente, a pretexto de preparar as cidades para megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, estamos assistindo a uma limpeza das chamadas áreas nobres das cidades, com o “exílio” das populações mais pobres para locais cada vez mais distantes dos seus locais de trabalho, e onde, além de não contarem com os mais básicos equipamentos sociais, ficam expostas à violência das milícias e do tráfico.

Essas populações deslocadas e afetadas profundamente em relação à vida que sempre tiveram, e da relação que construíram com as cidades, têm raça e cor diferenciadas daquelas das elites que as expulsaram. São populações negras forçadas a ocupar encostas perigosas, já que não existe nenhuma política habitacional oferecida pelos governantes. E depois são culpabilizadas por esta ocupação.

São, também, nordestinos forçados a morar em aglomerados ironicamente chamados de jardins, à beira dos cursos d’água, áreas de várzea ou pântanos, expostos às doenças provocadas pelas frequentes inundações destas áreas. Inundações que tendem a estar cada vez mais presentes na vida dos moradores das grandes cidades, por conta das mudanças climáticas.

A tentativa do Governo Federal em construir a hidrelétrica de Belo Monte na Floresta Amazônica é exemplar como caso de racismo ambiental. O projeto prevê a construção da usina no rio Xingu e remonta ao período da ditadura militar. Como a vazão do rio no período sem chuvas diminui muito, a geração de energia – que vai beneficiar principalmente os empreendimentos de mineração da região – será muito inferior à prevista pelo projeto.

Os impactos sócio ambientais vão desde a diminuição da vazão do rio, a inundação permanente de alguns igarapés, a interrupção do transporte hidroviário, única opção dos

ribeirinhos e indígenas, até o crescimento incontrolável da população de Altamira, o que ocasionará, depois da obra, o desemprego, a favelização e o aumento da violência.

O discurso das autoridades, das empresas que compõem o consórcio que vai construir

Belo Monte, e daquelas que vão se beneficiar de sua energia, é de que se trata do ônus que se deve pagar pelo progresso. E os povos indígenas e as populações ribeirinhas, os mais prejudicados, são tratados como entraves ao desenvolvimento.

Sabemos que os ônus do desenvolvimentismo não atingem a todos da mesma forma. E, também, que os bônus são apropriados por poucos. O discurso de que esta energia é para que o Brasil não pare, esbarra no alto custo das linhas de transmissão que precisariam ser construídas para que a energia saísse da Amazônia. Da mesma forma, o aceno de geração de empregos que beneficiariam os ribeirinhos é uma cortina de fumaça que encobre o desequilíbrio insustentável causado pelo aumento populacional que sempre acontece em projetos desta natureza.

Mas a principal manifestação de Racismo Ambiental presente neste caso é a afirmação da superioridade de um modelo de civilização sobre outro. Da afirmação da civilização capitalista, que não mede custos para se manter viva. Desta civilização que repousa em bases insustentáveis, de um progresso e de um desenvolvimento ilimitados.

Os povos indígenas do Xingu e os ribeirinhos construíram através dos séculos um outro modelo, firmemente baseado na comunhão com a natureza e com os recursos naturais. Ao contrário do modelo capitalista, que se coloca

fora da natureza para poder submetê-la e subjugar-la, estes povos tradicionais são e estão na natureza. Dela extraem seu sustento, e nela se encontram sua cultura e sua religião. O respeito à natureza não precisa ser ensinado em cursos de educação ambiental. Este respeito é o próprio respeito que eles têm consigo mesmos e com seus semelhantes.

Este modelo que não vê a natureza como um supermercado onde recursos naturais, pessoas e outras espécies são tratadas como *commodities*, mas que se coloca como parte de um todo, não se coaduna com as necessidades do capitalismo. Por isso ele tem que ser exterminado, ridicularizado, aculturado ou, na melhor das hipóteses, confinado onde não atrapalhe a marcha inexorável do progresso.

Quando no Rio de Janeiro, com o pretexto de construir linhas expressas de ônibus para os megaeventos que virão, a Prefeitura escolhe um percurso que desaloja templos das religiões de matriz africana no subúrbio, o discurso é o mesmo. Estes templos de religiões que têm uma relação íntima com a natureza, também são entraves ao progresso, e por isso devem ser desapropriados.

Assim, o Racismo Ambiental cumpre um duplo papel dentro do capitalismo. Por um lado,

o papel tradicional do racismo de, a partir das diferenças, construir relações de poder entre classes, raças, povos e etnias. Por outro lado, afirmar a superioridade de um modelo civilizatório, mesmo que ele esteja em colapso, e negar outro que valoriza pessoas,

coisas e espécies pelos que elas são e não pelo que podem custar. Um modelo que estabelece uma relação harmoniosa entre as pessoas e delas com a natureza ●

Paulo Piramba, 56 anos, foi membro da Coordenação Nacional do Setorial Ecosocialista do PSOL e da Rede Ecosocialista Internacional.



“No Brasil, têm sido vítimas de racismo ambiental não somente os povos indígenas, os remanescentes de quilombos, as populações tradicionais – caiçaras, ribeirinhos, caipiras e atingidos por barragens –, mas também as populações negras, nordestinas e pobres das grandes cidades.”



“Os povos indígenas do Xingu e os ribeirinhos construíram através dos séculos um outro modelo, firmemente baseado na comunhão com a natureza e com os recursos naturais. Ao contrário do modelo capitalista, que se coloca fora da natureza para poder submetê-la e subjugar-la, estes povos tradicionais são e estão na natureza.”

Saúde da população negra: um histórico de vitórias e uma realidade de lutas contra a faxina étnica

“Temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”

Boaventura de Souza Santos

Por **Iná Meireles**

Introdução

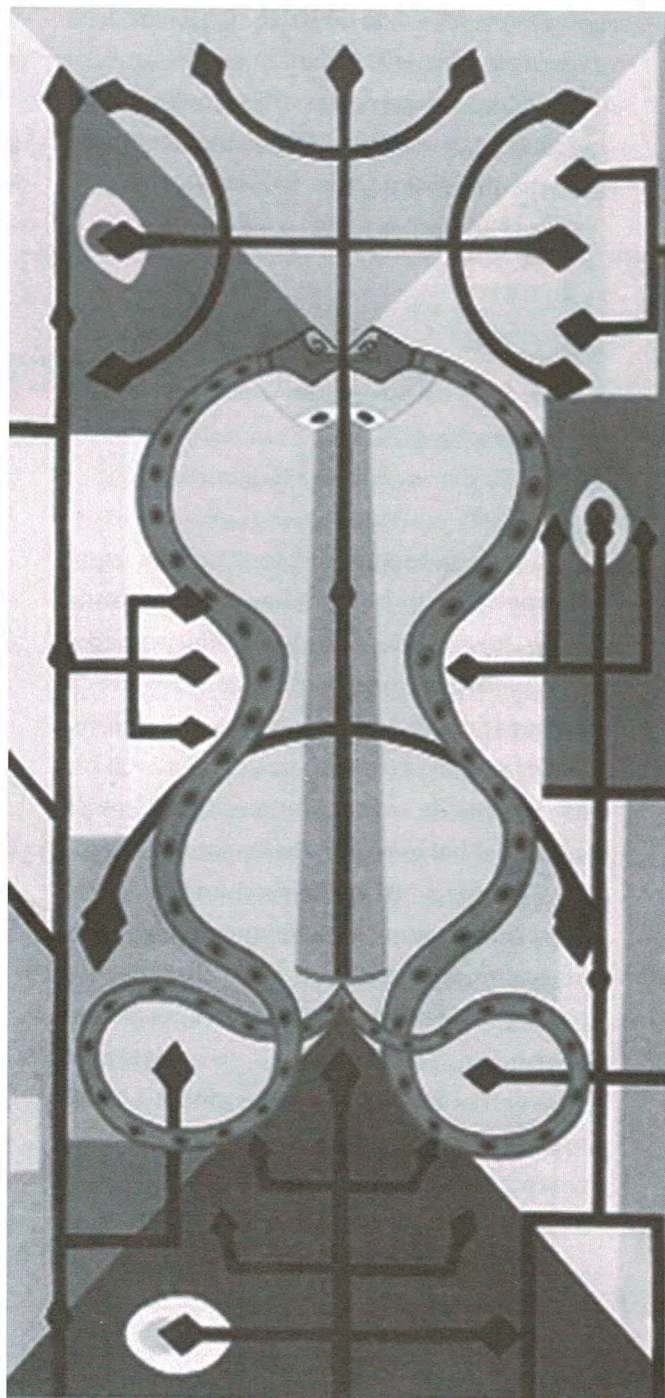
O Brasil é um país multiétnico e multicultural. Esta diversidade, entretanto, não se reflete nas políticas de educação, saúde, mídia etc.

As diversas formas de pensar, de sentir, de viver e de morrer de nossas populações não são levadas em conta por nossas elites, a visão hegemônica é de uma sociedade branca e europeizada.

A escravidão africana no Brasil foi feita do sequestro de homens e mulheres de suas terras, culturas e origens. Depois da abolição, adotou-se a visão da sociedade como preponderantemente branca e de cultura europeia. Isto trouxe como consequência o “embranquecimento” como projeto nacional, executado através de políticas de povoamento e imigração (HASENBALG, 1992).

O país não desenvolveu política específica de integração dos negros recém-libertos à sociedade envolvente, o que fortaleceu as bases das desigualdades sociais entre brancos e negros que perduram até hoje.

O Brasil é um país de todas as cores e sabores. Mas esta mestiçagem não é fruto da integração entre os diversos povos que construíram o país. É decorrente, sim, do estupro das mulheres aborígenes e das escravas africanas vindas de terras



longínquas da África, bem como da violência do colonizador europeu branco que dominou o país.

O impacto deste processo sobre a saúde de nosso povo está ainda por ser conhecido. Buscar pistas teórico-metodológicas para interpretar a complexa questão da identidade das populações afrodescendentes e seus reflexos sobre a saúde no Brasil é um desafio da atualidade.

Saúde da população negra

O debate sobre a questão racial no Brasil tem se acirrado nos últimos anos, e envolve os meios acadêmicos e a mídia. No campo da Saúde Pública esta discussão também move corações e mentes, e, mesmo obedecendo à “etiqueta” e à linguagem formal da academia, está longe de ser um debate frio e desprovido de paixão.

Na medida em que as posições se referem não apenas a ideias, mas também a intervenções por parte dos governos e de movimentos sociais, as conotações política e ideológica se acentuam e o consenso está longe de ser alcançado.

Alguns intelectuais advertem, preocupados, que está sendo criado um campo de reflexão e intervenção política com este tema, o que pode levar à “racialização” nas relações sociais.

Por sua vez, intelectuais comprometidos com o movimento negro e com a luta antirracista no Brasil vêm adotando

posição que considera que a (re) construção de “raça” como uma categoria serve como uma base conceitual-analítica que permite articular lutas por políticas públicas compensatórias. Ainda que destaquem que raça não é um conceito biológico, e que carece de definições precisas ou de consistência científica, demonstram que ela tem sido usada na produção de desigualdades no Brasil e no mundo. E afirmam que o conceito político que serviu para a dominação e inferiorização de diferentes grupos humanos pelos homens brancos ocidentais deve



ser considerado uma ferramenta importante na elaboração de soluções para as desigualdades produzidas pelo racismo (WERNECK; DOCACH, 2004, p. 9).

Assim, aqueles que têm sido vítimas de histórica exploração e opressão, primeiro através do regime escravista, depois pela exclusão socioeconômica no capitalismo e do racismo, hoje são vistos com desconfiança, como possíveis agentes de racismo ao se reivindicarem “negros”, portadores de direitos e com intenção de buscarem reparação.

Sansone (1996) diz que no Brasil (ou pelo menos em Salvador, Bahia) as relações raciais são consideradas “dionisíacas” pelos próprios sujeitos envolvidos, e somente o movimento negro acredita que no país as relações raciais são “apolíneas” (polarizadas, conflituosas,

racistas). Segundo ele, “quase ninguém quer políticas especiais para os negros” (p. 187). Ele cita o surgimento de um número crescente de “negrófilos”, que contribuem para a construção de uma imagem do negro como tendo “uma natureza diferente, mais genuína, natural, sensual, associada ao corpo” (p. 185). Haveria “negrófilos” cultos (antropólogos, artistas, intelectuais) e vulgares (mercadores de mulatas, turistas em busca dos corpos negros etc.).

O que surpreende nesta polêmica é que as muitas evidências de que as desigualdades – provocadas pelo racismo e/ou pelas diferenças socioeconômicas e culturais – têm provocado desvantagens materiais e simbólicas com repercussões na saúde de parte significativa da população brasileira, acabam sendo também contestadas em nome das dificuldades de elaboração de conceitos que identifiquem “cientificamente” esta população.

Para Guimarães (2002, p. 50)

‘raça’ não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também uma categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de ‘cor’ enseja são efetivamente raciais e não apenas de ‘classe’.

A intenção de construir uma política específica na saúde para a população negra ganha expressão nos anos 90 do século passado, principalmente através dos movimentos de mulheres negras, que denunciavam a precariedade com que estas mulheres eram atendidas nos serviços de saúde, o alto índice de óbito materno, o baixo o número de consultas pré-natal, o raro uso de anestesia durante o parto ou abortamento, o desenvolvimento de hipertensão durante a gestação, entre outras.

Oliveira (2003) considera que há um campo de estudos, de pesquisas e de assistência em construção, citando o documento “Nós, mulheres negras” (2001) que relata que esta construção vinha sendo

realizada a muitas mãos oriundas de diferentes setores: um número reduzido de pesquisadores(as) e ativistas anti-racistas que se apropriaram de saberes dispersos produzidos nos espaços acadêmicos de diferentes partes do mundo e que, ao

mesmo tempo em que desenvolvem suas sistematizações e análises, exercem pressões políticas sobre as escolas de saúde e o governo brasileiro (2003, p. 23).

E constata: “No âmbito dos governos, há conquistas, todavia elas ainda não fazem parte do cotidiano da população negra em forma de assistência à saúde” (2003, p. 23, grifo nosso).

É preciso lembrar, ainda, que após a década de 1980 os movimentos sociais e partidos de esquerda, no Brasil, passam a contar com segmentos organizados em torno da questão racial, rompendo com a tradição da esquerda marxista. A discussão da “reforma sanitária” empreendida no país nos anos 1980/1990 não priorizou políticas focais.

O fato é que no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) o Brasil passa a adotar políticas públicas baseadas no reconhecimento da existência de racismo na sociedade e nas instituições nacionais. Em 20 de novembro de 1995 (300 Anos de Zumbi de Palmares) é criado o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização e Promoção da População Negra, através de decreto presidencial, e em 1996 se realiza, em Brasília, a “Mesa Redonda sobre a Saúde da População Negra”.

Desde esta época, ativistas, cientistas e técnicos do Ministério da Saúde têm buscado a formulação de políticas específicas na área da saúde. O movimento passa a destacar a centralidade que o problema específico do racismo – e não apenas das desigualdades de condições de vida – adquire na produção de agravos à saúde.

Procura-se, inicialmente, dar destaque às doenças genéticas, como a anemia falciforme e a deficiência da glicose-6-fosfato-desidrogenase, que atingem em maior número a população preta e parda, mas somente o Programa de Anemia Falciforme foi considerado prioridade em saúde pública, e mesmo assim não obteve recursos do Ministério e, naquela época, só foi implementado em alguns estados e municípios.

Ainda em 1997 o Ministério da Saúde define uma “Política de Saúde para a População Negra”. É desta época também a inclusão do quesito raça/cor nos formulários da Declaração de

Nascidos Vivos e da Declaração de Óbitos, que havia sido retirado, durante a ditadura militar, dos documentos no Brasil, com a justificativa que não havia discriminação racial no país.

Estas questões ganham mais visibilidade a partir da realização, em 2001, da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, África do Sul. As denúncias de racismo e das desigualdades raciais adquirem grande repercussão e articulam-se as propostas de políticas de ações afirmativas, entre as quais o sistema de cotas raciais.

A partir de 2002 e da eleição de Lula há ampliação deste debate, com os movimentos sociais ganhando força. Em 2003 é criada a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR).

Em 2004 se constitui o Comitê Técnico de Saúde da População Negra, que conta com representantes do Ministério da Saúde e da SEPPIR. Neste ano realiza-se o I Seminário Nacional da Saúde da População Negra, em Brasília. A Apresentação do Caderno de Textos Básicos (2004, p. 1), que subsidiou os debates, começa dizendo:

A Saúde da População Negra como um campo de estudo específico vem se constituindo nas últimas décadas, no entanto, ainda não está consolidada como um conjunto firme de diretrizes e metas na Política Nacional de Saúde. **Desta forma, a maioria dos gestores e técnicos da saúde – das três esferas do SUS – assim como os usuários, ainda conhecem pouco sobre o assunto** (grifo nosso).

Permanece como preocupação o problema da distância entre a elaboração de políticas e sua compreensão pelos principais interessados em sua execução.

Em 2006 é criado o Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e AIDS (Afroatitude), em parceria com o MEC, SEPPIR (Presidência da República), Secretaria Especial de Direitos Humanos (Presidência da República), Programa

Nacional de DST/AIDS e Ministério da Saúde, que envolve jovens “cotistas” na prevenção de DST/AIDS. Em março de 2006 é publicado por estes órgãos o texto Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e AIDS (2006, p. 3) cuja introdução inicia-se com o seguinte parágrafo:

O Ministério da Saúde atua em diferentes frentes para assegurar que as políticas públicas no setor saúde estejam em consonância com as diretrizes de combate à discriminação racial, étnica, de gênero e de orientação sexual. Consciente desta realidade, o Ministério da Saúde assume o compromisso de promover a igualdade por meio de um programa de ações afirmativas.

Esta política se torna mais clara e avança. Em 10 de novembro de 2006 é aprovada, pelo Conselho Nacional de Saúde, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra. Em abril de 2008 é realizada a pactuação desta política na Comissão Tripartite, a fim de dar seguimento à sua implementação.

Em agosto de 2008 as propostas desta política são incorporadas, através de emendas, ao relatório final do Estatuto de Igualdade Racial, na época em tramitação no Congresso Nacional. Nas palavras do relator da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n. 6.264, de 2005, do Senado Federal que institui o Estatuto da Igualdade Racial, deputado Antônio Roberto (2008):

A promoção de saúde inserida no Estatuto da Igualdade Racial significa considerar o combate ao racismo e precisa apontar que o ponto de partida é a promoção: permitir uma sociedade justa, ambientalmente equilibrada, racialmente equitativa, paritária em gênero, que permita à população negra um desenvolvimento social e econômico adequado e equitativo.

E continua destacando o papel do Ministério da Saúde, que colaborou através da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, para que os capítulos referentes à saúde estivessem compatíveis com “as grandes linhas da política de promoção da igualdade racial”¹.

A participação dos adeptos de religiões afrobrasileiras de matriz africana

O movimento negro e as religiões de matrizes africanas têm histórias diferentes e, enquanto os movimentos negros se unificam através da cor, para as religiões isto não se coloca. A noção de *axé* existente na cosmologia do candomblé não impulsiona a luta por direitos iguais para todos, e a forma de organização dos terreiros não condiciona o acesso ao candomblé à cor da pele (HOFBAUER, A., 2006). Seus adeptos, entretanto, são em sua maioria afrodescendentes.

Os terreiros sempre foram local de acolhimento, orientação, cuidados e saberes no que se refere à saúde. Na década de 1980/1990 começam a surgir trabalhos de prevenção em DST/AIDS entre os adeptos de religiões brasileiras de matriz africana (Projeto Odo-Yá, realizado pelo Apoio Religioso e Cultural-AIDS do Instituto de Estudos das Religiões (ISER, 1991). A entrada destas religiões, de forma organizada, na luta contra o racismo vai se dar através da saúde.

Os adeptos destas religiões e seus líderes somente há pouco tempo começam a participar coletivamente de movimentos políticos, e em geral os pais/mães de santo se consideram responsáveis pelo ritual e pelo terreiro, deixando para outros a militância externa. Mas o movimento que se iniciou com ações de prevenção de DST/AIDS cresceu e se consolidou, e hoje se organiza em rede, a Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde.

Criada em março de 2003 durante o II Seminário Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde, realizado em São Luis, Maranhão, ela tinha como objetivos: lutar pelo direito humano à saúde; valorizar e potencializar o saber dos terreiros em relação à saúde; monitorar e intervir nas políticas públicas de saúde exercendo o controle social; combater o racismo, sexismo, homofobia e todas as formas de intolerâncias; legitimar as lideranças dos terreiros como detentores de saberes e poderes para exigir das autoridades locais um

1. Relatório do voto do relator, deputado Antônio Roberto, em julho de 2008. Recebi cópia do texto através de informe eletrônico da Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde, em julho de 2008.

atendimento de qualidade, em que a cultura do terreiro seja reconhecida e respeitada; estabelecer um canal de comunicação entre os adeptos da tradição religiosa afro-brasileira, os gestores, profissionais de saúde e os conselheiros de saúde (SILVA, 2007, p. 173).

A Rede conta com mais de 300 organizações que formam 23 núcleos, em 12 estados do país. Ela tem sido um canal de interlocução entre lideranças da tradição religiosa afro-brasileira e os gestores e profissionais de saúde, propiciando um até pouco tempo impensável diálogo entre a cultura e a visão de mundo dos terreiros com o SUS.

Os números

Apesar das vitórias alcançadas, a realidade está muito longe das propostas aprovadas.

São poucos os agravos à saúde que atingem principalmente a população negra, como a doença falciforme e a deficiência de glicose-6-fosfato desidrogenase. Mas os indicadores de saúde mostram diferenças entre brancos e negros que não podem ser explicadas apenas por diferenças biológicas.

Uma pesquisa realizada em 2003 pelo Ministério da Saúde analisou o perfil da população brasileira utilizando o quesito raça/cor e evidenciou, entre outros indicadores, que 62% das mulheres brancas se referem a sete ou mais consultas de pré-natal, enquanto somente 37% das pardas obtiveram

este número de consultas. Mostrou que a hipertensão arterial durante a gravidez estava entre as principais causas de morte materna, sendo mais frequente entre as mulheres negras. Apontou que o risco de uma criança negra morrer antes dos cinco anos por causas infecciosas e parasitárias foi 60% maior que o risco de uma criança branca, e o risco de morte por desnutrição foi 90% maior entre crianças pretas e pardas que entre as brancas. Afirma também que o risco de um homem negro morrer por causas externas é 70% maior quando comparado com um homem branco (MS, 2005) (SILVA, 2007).

Segundo o Mapa da Violência – Anatomia dos Homicídios no Brasil, que mostra os dados compreendidos entre 1997 e 2007, divulgado pelo Instituto Sangari em São Paulo, o risco de jovem negro ser morto é 130% maior que o de um jovem branco. A desigualdade entre as duas populações, que já era grande, aumentou significativamente em cinco anos. Em 2002 morria 1,7 negros entre 15 a 24 anos para cada jovem branco na mesma faixa etária. Em 2007 essa proporção saltou para 2,6 para 1. Houve uma redução neste período no número de mortes por assassinato entre a população jovem branca, enquanto entre os negros houve um aumento de 5,3% das mortes no mesmo período. Enquanto o número de vítimas brancas caiu de 18.852 para 14.308, o de negros cresceu 26.915 para 30.193.

Referências

BARBOSA, M. I. *Racismo e Saúde*. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva, USP, 1998.

GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

HASENBALG, Carlos A. Notas sobre relações raciais no Brasil e na América Latina. In: HOLANDA, Heloísa B. (Org.). *Y noutras latino americanas?* Estudos sobre gênero e raça. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992. p. 115-143.

HOFBAUER, A. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: UNESP, 2006.

MAIO, M. C.; MONTEIRO, S. Tempos de racialização: o caso da 'saúde da população negra' no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 419-46, maio-ago. 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Programa Estratégico de Ações Afirmativas: População Negra e AIDS*. Brasília, 2006.

OLIVEIRA, F. Uma reflexão sobre a saúde da população negra no Brasil. In: MARMO, José (org.). *Religiões afro-brasileiras e saúde*. São Luís: Centro de Cultura Negra do Maranhão, p. 52-73, 2003.

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 18, p. 165-187, 1996.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL/MINISTÉRIO DA SAÚDE, Apresentação. *Caderno de Textos Básicos* (Seminário Nacional de Saúde da População Negra), DF, Brasília, DF, 2004.

Conclusão

No passado, o conceito de raça era definido em termos de diferenças supostamente genéticas entre grupos populacionais. Hoje a biologia molecular mostra que o parentesco entre populações tradicionalmente identificadas como raças humanas é muito mais próximo do que se pensava. A maioria dos geneticistas e antropólogos concorda acerca da inexistência de raças do ponto de vista biológico.

Nas palavras de Maria Inês Barbosa (1998, p. 100)

A maioria das doenças que afetam a população negra são as mesmas da população de um modo geral. O que diferencia a população negra da população branca é um perfil mais crítico de saúde, que é decorrente de diferentes contextos históricos, decorrência essa que deve ser pautada ao racismo.

Os indicadores de saúde no Brasil são claros: mortalidade infantil, morte em crianças menores de cinco anos, mortalidade materna, diferença na expectativa de vida e perfil de morbidade – todos desfavoráveis para a população parda e preta.

Podemos concluir, então, que o sistema de saúde brasileiro contribui para a faxina étnica que vem ocorrendo no país ●

Iná Meireles Médica, mestre em saúde coletiva, militante do Círculo Palmarino-RJ

SILVA, J. M. Religiões e Saúde: a experiência da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 171-177, 2007.

_____. Projeto Odô-Yá: uma experiência de educação e prevenção da epidemia de HIV/AIDS nas comunidades de terreiro. In: MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo (orgs.) *As religiões afro-brasileiras na luta contra a AIDS*. Centro Baiano Anti-AIDS – Salvador: Editora CBAA, p. 37-44, 1998.

SILVA, J. M.; DACACH S.; LOPES, F. *Atagbá, guia para a promoção da saúde nos terreiros*. Rio de Janeiro: Rede Nacional de Religião Afro-Brasileiras e Saúde, 2005.

WERNECK, J.; DACACH, S. Saúde da mulher negra para gestores e profissionais de saúde. *Cadernos Criola-2*, Rio de Janeiro, 2004.

Mulheres negras: duplo preconceito, dupla militância e história única

“A gente tem que morrer tantas vezes durante uma vida que eu já estou ficando craque em ressurreição. . . ”

Elisa Lucinda (1997)

Por **Luciene Lacerda**

Em 1988 foi organizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, marco para a organização nacional de um setor dividido (e/ou multiplicado) entre a luta feminista e antirracista. Neste período se diluía a ditadura e os movimentos sociais estavam a pleno vapor, a partir das mobilizações acontecidas na década de 1970.

Simone Beauvoir (1949) já havia afirmado que “ninguém nasce mulher, torna-se”; e Neuza Santos Souza (1990) que “ser negro é tornar-se negro”. E como se juntam e se tornam mulheres negras?

Multiplicadas em histórias de dores e prazer, as mulheres negras se apropriam de discussões próprias de um vir a ser do feminismo negro. Lembradas sempre como as que mantiveram vivas as questões do sagrado e da cultura, foram sempre mantidas na penumbra dos movimentos negro e feminista, apenas como exemplo dos casos mais graves de discriminação e preconceito.

Limitadas pelas histórias oficiais que contam e recontam os vultos de um gênero – o masculino e de uma raça – a branca. Também limitadas em seus corpos. Para as mulheres negras, ao contrário, são criadas situações paradoxais: o acesso a centros cirúrgicos, para execução de laqueaduras tubárias, é mais “fácil” que os acessos a insumos e tratamentos contraceptivos realizados em ambulatórios,



situação denunciada pelo movimento das mulheres negras, devido à esterilização em massa que ocorria com a população negra.

Foi a partir da década de 1980 que a produção de material sobre mulheres negras se multiplicou, e as histórias destas mulheres tão invisibilizadas passaram a ser contadas. Foi possível expor as bases das ideologias e das políticas de um sistema de dominação sexista e racista perpetuada pelo capitalismo.

No capitalismo são os constantes e contínuos aperfeiçoamentos na produtividade do trabalho e nas relações de produção, que transformam coisas, recursos naturais e pessoas em mercadorias. Não à toa, já existiu no SESC o curso de “mulata”, a mais conhecida e explícita formalização de transformação de pessoa em objeto vendido ao turismo exterior da pós-escravidão, que chegou a ter consigo outro adjetivo: “tipo exportação”.

Segundo Callinicos (1993, p. 8-9):

o racismo é um fenômeno moderno. Diz-se freqüentemente que o racismo é tão antigo quanto a natureza humana, e em consequência não poderia ser eliminado. Pelo contrário, o racismo tal como o conhecemos hoje desenvolveu-se nos séculos 17 e 18 para justificar o uso sistemático do trabalho escravo africano nas grandes plantações do ‘Novo Mundo’ que foram fundamentais para o estabelecimento do capitalismo enquanto sistema mundial. O racismo, portanto, formou-se como parte do processo através do qual o capitalismo tornou-se o sistema econômico e social dominante. As suas transformações posteriores estão ligadas às transformações do capitalismo [...] O racismo é uma novidade histórica, característica das sociedades capitalistas modernas. Esta afirmação é central à análise marxista do racismo.

O racismo é alimentado e retroalimentado pelo capital, em uma sociedade que se estrutura de forma hierárquica necessária para a manutenção do *status quo*.

O machismo – a expressão mais cotidiana do sexismo – é mais antigo, e torna hierárquica a relação entre os gêneros, subjugando as mulheres ao poder dos homens.

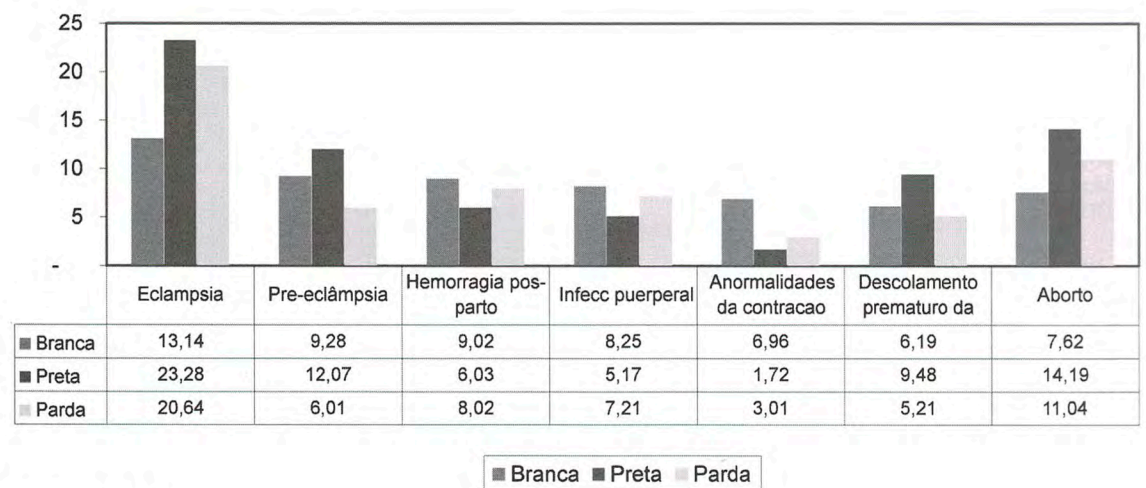
A articulação entre o capitalismo e o patriarcado é fundamental para a naturalização de uma suposta inferioridade da mulher. A condição de mulheres negras e indígenas, a

Tabela 1 – Mortalidade proporcional segundo idade (em anos) e raça/cor. Brasil, 2005 (Dados de mulheres negras = pretas + pardas)

	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena		Brasil	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
0 a 5	24.429	4,5	1.714	2,4	111	1,9	21.797	7,4	721	30,8	60.247	6,0
5 a 9	2.038	0,4	269	0,4	18	0,3	1.958	0,7	39	1,7	4.793	0,5
10 a 19	9.688	1,8	1.701	2,4	42	0,7	11.392	3,9	132	5,6	24.764	2,5
20 a 59	151.728	27,8	29.580	41,4	1.177	20,4	115.779	39,5	604	25,8	323.531	32,2
60 e mais	358.131	65,6	38.123	53,4	4.419	76,6	142.153	48,5	843	36,0	590.015	58,8
Total	546.014	100	71.387	100	5.767	100	293.079	100	2.339	100	1.003.350	100

Fonte: Brasil (2005)

Gráfico 1 – Distribuição percentual de óbitos maternos das principais causas diretas de mulheres brancas, pretas e pardas (Dados de mulheres negras = pretas + pardas)



Fonte: SIM/SVS/MS

partir desta articulação, é de subordinação ao paradigma branco e ocidental, de natureza inferior.

Para Hasembalg (1979) o racismo (bem como o sexismo) torna-se parte da estrutura objetiva das relações políticas e ideológicas capitalistas. Então, a reprodução de uma divisão racial (e sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para o preconceito e elementos subjetivos.

Lélia Gonzalez (1984) afirmava que a construção do feminismo negro se deu a partir das discussões sobre seu cotidiano marcado pela discriminação racial, e, também, que o feminismo negro possui sua diferença específica

em face do ocidental: a da solidariedade, fundada numa experiência histórica comum.

Para Sueli Carneiro, o feminismo negro tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.

Paula Giddings (1984) também percebe a importância da experiência e a história para as mulheres negras, acrescentando:

“Para uma mulher negra, escrever sobre mulheres negras é primeiramente, um objetivo pessoal e obrigatório. É pessoal porque as mulheres cujo sangue corre em minhas veias respira por entre as estatísticas. [...] é também uma

tarifa objetiva, porque alguém deve colocar essas experiências em um contexto histórico, encontrar neles um significado racional de forma que as forças que moldam suas próprias vidas possam ser entendidas. [...] Pois apesar da abrangência e significância da sua história, temos sido percebidas como símbolos de mulheres em 'textos negros' e, como símbolo de negros em 'textos feministas'".

Todos(as) estes(as) teóricos(os) mostram a história única das mulheres negras, construída por dois fortes e emblemáticos pilares: sua raça/cor e seu gênero. Esta *esquina* mostra os vários horizontes das discussões emblemáticas do último período.

Nos dados sobre saúde, questões como o aborto, luta histórica do movimento feminista geral, priorizada por nós que somos as que mais morremos, tem sido muito discutida. Há um movimento reacionário, que busca retroagir ainda mais os tímidos e insuficientes direitos conquistados na lei de abortamento legal. Diante da proibição do direito ao próprio corpo, a ilegalidade do aborto contribui para uma das maiores causas de mortalidade materna entre as mulheres negras no país:

No Rio de Janeiro (dados da SMSDC), no período de 2000 a 2006, a taxa de mortalidade materna total na cidade variou de 60,7 para 50,4 por 100.000 nascidos vivos. A taxa entre mulheres da cor preta/parda variou de 74,9 a 54,1. E a taxa entre as mulheres da cor branca, de 51,9 para 34,9.

Além disso, nesta última década e no governo Lula, houve diminuição dos recursos para implementação de garantias aos direitos sexuais e reprodutivos, e, também, para a política de saúde integral de mulheres. Como somos nós da população negra as que mais utilizamos o SUS, e os demais aparelhos públicos, este desmantelamento nos atinge, principalmente.

Os dados de rendimento médio, segundo raça e sexo do IBGE (2010), mostram as disparidades salariais entre gêneros e entre raças. As mulheres negras recebem menos pelo trabalho realizado, pois sua renda é:

Em relação a um homem branco, em média, 2,7 vezes menor;



Em relação às mulheres brancas, 1,8 vezes menor;

Em relação aos homens negros. 1,3 vezes menor.

Segundo os dados do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (LAESER)-IE/UFRJ, o rendimento médio dos trabalhadores brancos do sexo masculino no mês de dezembro de 2010 foi de R\$ 2.216,59. Na comparação com o mês anterior, observou-se valorização real de 1,3% e, na comparação com o mesmo mês do ano de 2009, valorização de 5,8%. O rendimento médio dos trabalhadores pretos e pardos do sexo masculino, no último mês de 2010, foi de R\$ 1.185,66. Em termos reais, na comparação com o mês de novembro de 2010, o rendimento dos trabalhadores deste grupo de cor ou raça e sexo apresentou involução de 0,5%. Já na comparação com o mês de dezembro de 2009, ocorreu uma evolução positiva, mais uma vez, de 9,5%.

No contingente do sexo feminino, em dezembro de 2010, as trabalhadoras brancas

tiveram um rendimento habitual médio de R\$ 1.551,87. Já trabalhadoras pretas e pardas perceberam rendimento médio de R\$ 865,03.

Conclusão

Temos uma história única de lutas e resistências que apesar dos dados e do pouco respeito de “Bolsonaros” (pai e filho), mostram a necessidade de políticas mais focalizadas, mas principalmente, de outra sociedade, sem hierarquias de gênero e de raça. Uma sociedade sem classes, que valorize as histórias das que fizeram história. Histórias de Dandara, Aquatune, Luíza Mahin, Mariana Crioula, Xica da Silva, Antonieta de Barros, Tia Ciata, Chiquinha Gonzaga, eu e você ●

Luciene Lacerda Militante do Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro e do Instituto Búzios, integrante dos setoriais de Mulheres e de Negros e Negras; e do Diretório Nacional do PSOL.

Referências

- BEAUVOIR, Simone (1980 – reedição) – O segundo sexo, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro
- SOUZA, Neusa Santos (1990) – “Tornar-se Negro ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social”- Ed. Graal, Rio de Janeiro
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (2005) – Saúde Brasil 2005, Uma análise da situação de saúde no Brasil, Brasília
- GIDDINGS, Paula (1984) – When and Where I Enter. Bantam Books: New York
- GONZALEZ, Lélia (1984). The black woman's place in the brazilian society. Acesso em 01 de fevereiro, 2006, em www.lesiagonzalez.org.br.
- HASENBALG, Carlos (1979) – Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil- Graal, Biblioteca de Ciências Sociais Vol. nº10, Rio de Janeiro
- PAIXÃO, Marcelo; ROSSETO, Irene; MONTOVANELE, Fabiana e CARVANO, Luiz M. (2011) – Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010 – LAESER/UFRJ, Ed. Garamond Universitária, Rio de Janeiro
- CALLINICOS, A, 1993 – Capitalismo e Racismo; traduzido por Ruy Polly (2000) do livro Race and Class, Bookmarks, Londres, janeiro de 1993; in <http://socialista.tripod.com>

Racismo e antirracismo: uma abordagem revolucionária

Por **Dennis de Oliveira**

Introdução

Primeiramente, gostaria de estabelecer alguns parâmetros para a discussão sobre uma abordagem revolucionária do problema do racismo no Brasil. O primeiro deles é partir do pressuposto de que o racismo é um mecanismo socialmente construído e, portanto, socialmente superável. Ele – o racismo – é um mecanismo potencializador da exploração das classes sociais e, no caso do Brasil, se encontra na gênese do próprio capitalismo dependente. Segundo, que não abordarei o racismo a partir das práticas individuais e sim como um fenômeno da estrutura social. Assim, não discutirei comportamentos particulares e sim mecanismos sócio-históricos que explicam o grande fosso social constatado hoje entre brancos e negros. E, terceiro, que optei por trabalhar com autores que estudaram a problemática racial brasileira a partir de um viés marxista, como Clóvis Moura, Nelson Werneck Sodr e e Florestan Fernandes.

Além disto, parto do pressuposto também que “identidade” é uma construção conceitual e que aponta uma perspectiva política. Discutir identidade demonstra a direção política que se quer tomar. Stuart Hall (2007) realizou um estudo onde demonstra que as identidades nacionais europeias são narrativas construídas dentro do projeto moderno de constituição dos

Estados-nação. Estes discursos construtores da identidade unificaram as diferenças existentes dentro de si, na sua maioria, à força, reprimindo os segmentos internos subalternizados. Por isto, discutir racismo dentro de contextos em que se quer reafirmar um projeto nacional é extremamente complicado. Em todos os momentos em que se reafirma a construção de projetos nacionais, há uma tendência em negar ou mitigar as diferenças étnicas ou raciais.

Racismo, capitalismo e liberalismo

Entender o fenômeno da exclusão na sociedade capitalista brasileira é algo que remete, necessariamente, ao estudo dos pilares de sustentação da estrutura social brasileira. O fenômeno da exclusão não é algo pontual e fruto de políticas ocasionais de governos, embora estes possam intensificá-la ou não, mas sim resultado do tipo de sociedade que as classes dominantes projetaram e construíram ao longo da história.

O projeto de nação elaborado pelas classes dominantes brasileiras nas décadas finais do século XIX e início do XX tinha na exclusão de parcela da população brasileira um dos pontos centrais. Se algum resquício do passado colonial e escravista ficou presente no projeto republicano de nação foi justamente a acumulação de capital de modo predatório. Chamamos de acumulação de modo predatório esta forma do capital reproduzir-se via, principalmente, a superexploração da mão-de-obra.

“No centro do projeto republicano de inspiração liberal estão a grande propriedade agrícola, a diversificação da aplicação do capital e a formação do mercado de trabalho com o imigrante europeu”, afirma Bresciani (1993). A necessidade de se formar uma elite local que conduzisse o país a um desenvolvimento firme e linear, rompendo com o atraso que era creditado às características étnicas da

população, levou todo o projeto republicano de nação de então ao racismo praticado contra o próprio povo brasileiro. Em outras palavras, a elite seria a regeneradora de um país atrasado não por fatores políticos ou de uma estrutura social arcaica, mas sim pelas características do seu povo.

Esta ideia teve consequências drásticas. Os regeneradores do rebanho brasileiro introjetaram práticas racistas e discriminatórias em todo o tecido social do país e praticamente excluíram a maioria da população dos direitos mínimos de cidadania e de bem-estar social. Os projetos políticos que sinalizavam para a constituição de um Estado de bem-estar social protagonizados pelos movimentos sociais e populares e agremiações partidárias de esquerda foram duramente reprimidos. Por esta razão, o projeto regenerador republicano nunca vislumbrou a constituição mínima de uma sociedade civil independente do Estado ainda que nos moldes clássicos do liberalismo. As relações entre Estado e população caracterizaram-se pelo misto de repressão e cooptação no sentido clientelista-paternalista. A democracia burguesa travestiu-se de tal modo que o funcionamento das instituições sempre foi precário, intermediado por constantes golpes e períodos ditatoriais, responsabilizando-se sempre a rotina de funcionamento democrático pela instabilidade e as crises constantes do país.

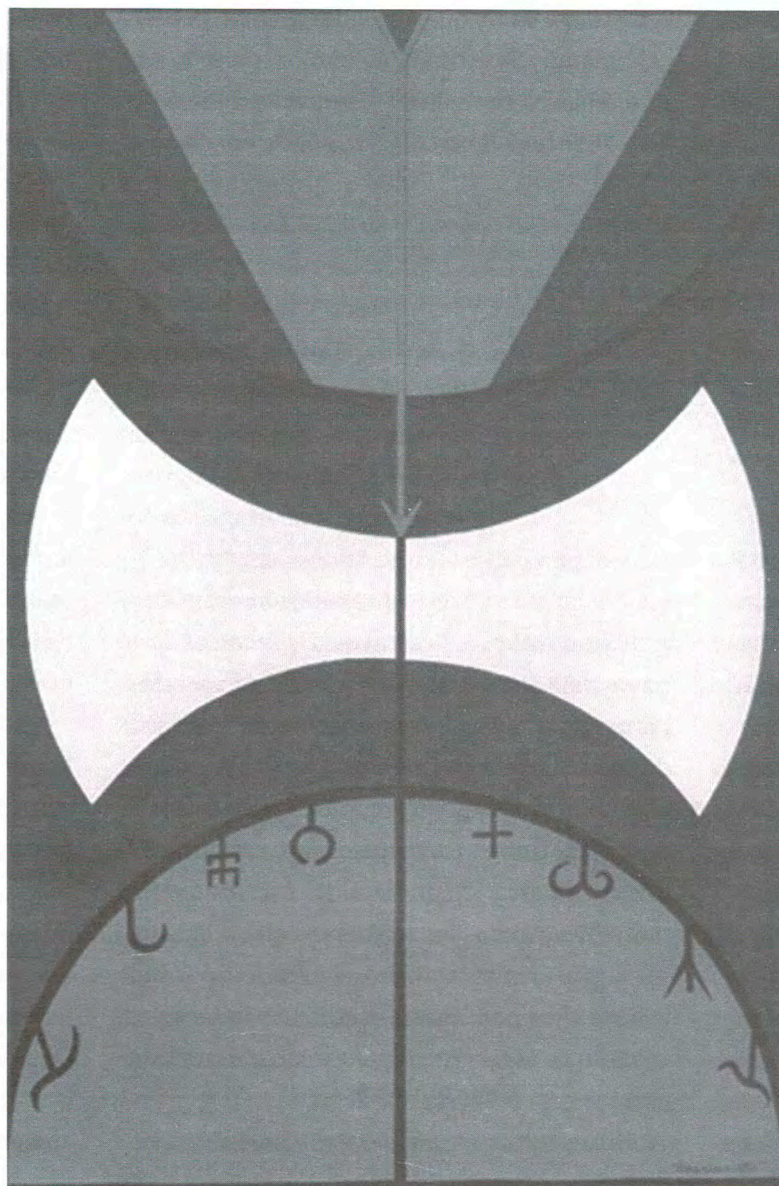
A ideia da incapacidade do povo brasileiro em se auto-organizar e definir rumos próprios para a sua nação foi fundamentada com base no racismo. O mesmo racismo que legitimou e justificou socialmente a brutalidade da escravidão serviu para legitimar e justificar o autoritarismo das elites brasileiras na sociedade republicana e de mão-de-obra assalariada. O Estado foi privatizado pelas elites e o sentido de coisa pública deixou de existir em sua acepção

estrita do termo. Grupos revezam-se no poder, na ocupação de cargos e nas negociatas com dinheiro público. Os mecanismos institucionais de controle pouco funcionam. Por isto, no desequilíbrio entre os três poderes republicanos, o Poder Executivo sobressai-se em detrimento do Legislativo uma vez que este último é o que mais se aproxima de um espaço público por apresentar espaços e possibilidades maiores de representação de correntes de pensamento, apesar de estar corroído pelos vícios de autoritarismo e práticas políticas corruptivas que dominam o cenário nacional.

Mas o mais sério de tudo isso é o tipo de sociedade que se construiu ao longo dos anos. Uma sociedade que exclui sistematicamente parcela significativa da população; parcela descendente dos africanos escravizados no período colonial e que, em nenhum momento da história, contou com políticas públicas de inserção no estatuto da cidadania. Pelo contrário, conforme já vimos, o projeto republicano das elites concebia que o lugar de classe trabalhadora organizada como tal no capitalismo caberia ao imigrante europeu que

cumprir nos projetos republicanos a função de referência para a elaboração de imagem idealizada do homem enquanto trabalhador e cidadão. Essa estratégia tem seu respaldo mais abrangente na intenção de acelerar o progresso e assegurar a caminhada no sentido da civilização. Mais tarde, após 1889, o governo republicano assume a tarefa de fazer com que esse modelo idealizado coincida com a presença efetiva do imigrante e de suas aspirações (BRESCIANI, 1993, p. 125).

Este foi o resultado da passagem de um sistema econômico sustentado pelo escravismo para um capitalista, porém dependente e voltado para o atendimento das demandas externas. Neste sentido, este capitalismo dependente reforçou uma posição já ocupada pelo país quando colônia e sustentado pelo



sistema escravista. Nelson Werneck Sodré (2005, p. 80) escreve que “o escravismo foi o elemento fundamental no processo de fluxo de renda para o exterior que foi o traço mais claro da exploração colonial”.

Mas Sodré (2005, p. 80) vai além e ainda afirma com muita propriedade que o

longo predomínio do escravismo respondeu pela degradação física e moral da população trabalhadora, face a sua selvagem exploração, como pela estagnação de técnicas de produção com a utilização apenas de instrumentos de trabalho os mais primitivos.

É importante ressaltar que esta herança do escravismo e do período colonial e imperial não encontrou no projeto republicano das elites nenhuma resposta que corrigisse os rumos do capitalismo brasileiro. Por esta

razão, ao cristalizar esses resquícios do período escravista, o capitalismo no Brasil nasce com uma face extremamente conservadora e retrógrada que encontra na associação de forma dependente ao capitalismo mundial a única via de ‘desenvolvimento’ enquanto sistema. Por isto, dependência, crise social, autoritarismo, racismo e acumulação predatória são pilares de sustentação de um sistema econômico que já nasce arcaico no país.

A transição conservadora

A formação do capitalismo pressupõe que haja uma acumulação de riquezas que se transforme em capital e que haja uma acumulação da força de trabalho separada dos meios de produção – a mão-de-obra assalariada.

A acumulação de riquezas que permitiu que estas se constituíssem em capital foi obtida via a superexploração da mão-de-obra escrava e também via relações de caráter mercantil com as potências econômicas mundiais da época, em especial a Inglaterra. Percebe-se, então, que

a associação dependente e a superexploração foram fatores fundamentais para o tipo de acumulação primitiva de riquezas que possibilitou a edificação do capitalismo no Brasil.

Estes dois fatores se complementam na medida em que o atendimento às demandas externas prioritariamente torna desnecessária a constituição de um mercado interno de certa monta, o que demandaria uma acumulação menos predatória e a garantia de condições mínimas de consumo por parte da classe trabalhadora. Ora, o escravismo não permite, pela sua própria razão de ser, a sustentação de um sistema produtivo voltado prioritariamente para a demanda interna. A ruptura com o capitalismo central seria, então, condição fundamental para se pensar em um sistema produtivo que atendesse primeiramente o próprio povo brasileiro, um sistema auto-sustentável.

Mas isto não ocorreu, pelo contrário. Ao disseminar a ideia de incapacidade do povo brasileiro ser dono do seu próprio destino, as elites brasileiras justificavam a manutenção da dependência externa como única forma de desenvolver o país.

Desta maneira, a crise social no país assume um caráter estrutural. A sua resolução passa, necessariamente, pela

mudança radical de orientação do desenvolvimento econômico do país. Porém, perpetuou-se a forma de acumulação de riquezas pela via da superexploração do trabalho, a acumulação predatória.

Resultou nisto um país entre os dez maiores PIB do mundo, mas com uma das piores nações com distribuição de renda do mundo. Teses como a do ex-ministro da Fazenda do período da ditadura militar, Delfin Neto, de que é 'preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois poder dividi-lo' se foram duramente criticadas, explicam a natureza da maioria dos planos econômicos do país tocados por sucessivos governos. Ao lado disto, tem-se uma constante criminalização do movimento social, tratando qualquer manifestação reivindicatória como baderna merecedora de repressão policial.

Onde entra o racismo nisto tudo? O racismo foi o mecanismo ideológico que serve para legitimar socialmente esta ascensão da burguesia ao poder dentro de uma perspectiva arcaica. É aqui que entra uma singularidade da formação do capitalismo brasileiro: a classe que ascende ao poder – a burguesia – se legitima socialmente utilizando um mesmo mecanismo ideológico que legitimava o sistema anterior, o escravismo, e o poder das classes dos senhores de escravos. Por isto que a 'revolução burguesa' brasileira foi conservadora, manteve intactas estruturas e práticas sociais do sistema escravista e consubstanciou-se de forma transitória e não por uma ruptura com o modelo antigo.

O sociólogo Clóvis Moura descreve o período de transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra assalariada como a fase do

escravismo tardio que, segundo ele (1994, p. 104): "chamamos de escravismo tardio o período em que relações capitalistas desenvolveram-se no seio da sociedade escravista, pondo em cheque o regime anterior e criando bases para um novo modo de produção."

Foi justamente neste período que se inicia em 1850, que se criam as bases para que a acumulação de

riquezas no país se transformasse em capital. A Lei Eusébio de Queiroz promulgada neste ano proibiu o tráfico de escravos. Os recursos que eram utilizados no tráfico foram redirecionados para outros investimentos, entre eles, a criação de uma infraestrutura no país que permitisse certo desenvolvimento econômico. Exemplos: ferrovias, transportes, estradas, serviços públicos urbanos. Além disto, há uma pequena diversificação dos investimentos que deixam e ser exclusivamente voltados para a expansão das lavouras para o nascedouro das indústrias. O Barão de Mauá é o maior exemplo desta fase nascente da indústria brasileira.

Outra mudança, inclusive de caráter simbólico, foi a transformação da terra em propriedade privada pela Lei de Terras, também de 1850. Até então, a terra era uma concessão da Coroa e a riqueza media-se pela posse de escravos. Com o fim do tráfico e a

transformação da terra em mercadoria, é a posse desta que se transforma no indicador de prestígio e riqueza. Ao mesmo tempo, esta transformação da terra em mercadoria praticamente cristalizou o latifúndio e impediu a democratização da estrutura fundiária no país.

Do ponto de vista social, este período foi marcante por dois motivos: a proibição do tráfico de escravos deu início a uma abolição lenta, gradual e controlada da escravidão que

resultou num processo brutal de exclusão e genocídio contra os negros e seus descendentes. As leis que se seguiram – Lei do Ventre Livre e Lei dos Sexagenários – ao contrário do que poderia se supor, cristalizaram duas práticas que permearam toda a história republicana do país: o descaso com as crianças e com os idosos. A Lei do Ventre Livre que libertava os filhos de escravos nascidos a partir daquela data foi, na prática, uma forma de tirar a responsabilidade dos senhores de escravos sobre as crianças que nasciam na senzala. Acrescente-se a isto a inexistência de qualquer tipo de política social que atendesse as demandas daquelas crianças. Data daí a marginalização de crianças e adolescentes negros que hoje são chamados pelo discurso oficial de "menores".

O mesmo pode-se dizer da Lei dos Sexagenários que libertava os escravos com mais de 60 anos de idade. Primeiro, era uma lei quase que inócua, pois eram raríssimos os escravos que chegavam àquela idade (os atuais defensores da reforma da previdência social que querem estipular uma idade mínima para a aposentadoria tiveram em que se inspirar!). Segundo, que a lei libertava, mas também não garantia nenhum tipo de assistência social que atendesse essas pessoas.

Mas a maior perversidade foi o incentivo à imigração concomitante com este processo de abolição controlada. Já a partir de 1870, ainda durante a existência de mão-de-obra de escravizados, começam a chegar as primeiras

levas de imigrantes – particularmente italianos – para trabalhar como assalariados. A política oficial de branqueamento da população brasileira trazia ainda a instituição de **políticas de ação afirmativa para os imigrantes**, como doação ou financiamento vantajoso para a compra de terras para estas comunidades, reconhecimento das suas práticas religiosas (durante o segundo império, a religião católica era a oficial e seus atos litúrgicos de batismo e casamento tinham



“Ao disseminar a ideia de incapacidade do povo brasileiro ser dono do seu próprio destino, as elites brasileiras justificavam a manutenção da dependência externa como única forma de desenvolver o país.”



“É aqui que entra uma singularidade da formação do capitalismo brasileiro: a classe que ascende ao poder – a burguesia – se legitima socialmente utilizando um mesmo mecanismo ideológico que legitimava o sistema anterior, o escravismo, e o poder das classes dos senhores de escravos.”

força normativa civil, isto foi estendido também às religiões evangélicas dos imigrantes alemães do Sul do país). Era nítida a ação de inclusão social dos imigrantes em detrimento dos afro-descendentes.

O aparato ideológico para este projeto foi disseminado por várias instituições de pesquisa o que demonstra que houve um empenho de parcela da intelectualidade brasileira para a sua elaboração. Entre estas instituições, estão os museus e os institutos históricos e geográficos. O princípio das teorias estudadas e debatidas nestes espaços era naturalizar as diferenças entre os vários povos que compunham a população brasileira, transformando diferenças criadas socialmente em características advindas de diferenças raciais. Assim, a negação do trabalho assalariado ao ex-escravo era justificada por uma incapacidade natural deste em adaptar-se a um regime moderno que seria o trabalho assalariado.

Delineia-se a partir de então certa reorientação intelectual, uma reação ao Iluminismo em sua visão unitária de humanidade. Tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual concentrava-se na idéia de raça, que em tal contexto cada vez mais se aproximava da noção de povo. O discurso racial surgia, dessa maneira, como variante do debate sobre a cidadania, já que no interior desses novos modelos discorria-se mais sobre as determinações do grupo biológico do que sobre o arbítrio do indivíduo entendido como um 'resultado', uma reificação dos atributos específicos de sua raça (SCHWARTZ, 1993, p. 75).

O conceito de raça é discutido inicialmente no Brasil para naturalizar – e, portanto, cristalizar – diferenças construídas social e historicamente e também para tirar qualquer responsabilidade do sistema quanto à redução destas diferenças.

Além disto, esta naturalização das diferenças teve um papel fundamental nos processos de cooptação dos segmentos sociais colocados na base da pirâmide social, ao reservar a estes qualidades desenvolvidas em papéis secundários na estrutura do poder social. A exaltação de qualidades do negro em áreas lúdicas (como esporte e música), ao mesmo tempo em que mascara o racismo presente nas práticas sociais das classes dominantes brasileiras, coopta determinados

negros que, se conseguem certa ascensão social e econômica, ficam subordinados a um sistema social e político dirigido exclusivamente por brancos. Assim, se as escolas de samba exaltam a cultura negra, elas conseguem visibilidade à medida que se sujeitam às condições impostas pela indústria cultural dirigida pela classe dominante branca. Além disto, os lucros obtidos pela disseminação desta cultura negra são apropriados pela classe dominante branca. O mesmo se pode dizer do futebol (tanto os dirigentes do futebol como os patrocinadores dos clubes que pertencem a estas elites brancas) e também da música (as grandes indústrias fonográficas são parte de corporações transnacionais). A exaltação do negro no campo das artes e dos esportes, não obstante o inegável valor e competência dos seus atores serve também como mecanismo de compensação e de limitação dos espaços sociais que este grupo social deve ocupar que não são os essenciais na definição dos rumos do país.

A ideia de que a culpa da miséria é do próprio miserável e que, num sentido maior, gerou um sentimento de inferioridade étnica no seio da própria sociedade brasileira, foi um arcabouço ideológico que legitimou a ideia de que a única via possível para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro seria a associação de forma dependente ao capitalismo europeu. Schwartz (1993, p. 30) ainda afirma que:

[...] recém-saída da desastrosa Guerra do Paraguai e vivendo, nos últimos anos do império, um período de relativa estabilidade econômica motivada pela produção cafeeira, a monarquia brasileira tencionava diferenciar-se das demais repúblicas latino-americanas aproximando-se dos modelos europeus de conhecimento e civilidade.

Os ideólogos da época culpavam a formação étnica do povo brasileiro – composto por muitos negros, indígenas, mestiços e poucos brancos – como a responsável pelo atraso do país

e pela incapacidade deste construir um projeto autônomo de nação. Era necessário o processo civilizador branco-europeu para colocar o país nos eixos. A importação da mão-de-obra euro-

peia para tomar o lugar dos ex-escravos era assim justificada. Da mesma forma que a importação de teorias sociais formuladas no contexto europeu para “explicar” as causas do atraso do país.

O branqueamento da população brasileira foi, então, um projeto político e ideológico que estava diretamente colado ao modelo de desenvolvimento capitalista de então.

Não foi, portanto, algo isolado e descolado da estruturação do sistema capitalista – foi, sim, um dos pilares de sustentação, juntamente com o caráter antinacional e dependente e a vocação autoritária. Uma nação composta por um povo incapaz e etnicamente inferior tanto não poderia ser soberana como também não poderia funcionar se não fosse conduzida pela mão dos poucos iluminados que levariam o Brasil à redenção.

Das ideias à prática. O branqueamento se articulou não somente com a importação de mão-de-obra, mas também com o estabelecimento de políticas voltadas ao extermínio da população não branca (negros, indígenas e mestiços) da face do país.

No início do século XX, alguns governos estaduais proibiam a matrícula em escolas públicas de pessoas portadoras de doenças e que fossem negras. Nos cursos de Direito, vigorou uma disciplina chamada de *Antropologia Criminal*. Vejamos um trecho de artigo da Revista da Faculdade de Direito do Recife, publicado em 1913, citado por Lilian Schwartz (1993, p. 166): “O indivíduo é uma soma das características físicas de sua raça, o resultado de sua correlação com o meio [...] O fenótipo é entendido como o espelho d’alma no qual se refletem as virtudes e vícios.”

“Outra mudança, inclusive de caráter simbólico, foi a transformação da terra em propriedade privada pela Lei de Terras, também de 1850. Até então, a terra era uma concessão da Coroa e a riqueza media-se pela posse de escravos. Com o fim do tráfico e a transformação da terra em mercadoria, é a posse desta que se transforma no indicador de prestígio e riqueza.”

Esta visão pode ser repudiada veementemente hoje e estar fora dos manuais do Direito criminal. Porém, as práticas policiais vigentes atualmente, nas quais vigora a ideia do “tipo suspeito” tem esta origem. Quais são os critérios de definição dos tais tipos suspeitos? Raciais, conforme se infere a partir dos dados do número de pessoas negras que são vítimas da violência policial.

A criminalização do ser negro levou à situação encontrada hoje de que a maior parte dos assassinados pelas forças de segurança serem negros e que os mesmos são mais condenados que os brancos. Os negros ainda foram criminalizados pelo fato de não estarem inseridos no mercado formal de trabalho, situação esta criada com a política de priorizar a ocupação destes postos pelos imigrantes. A Lei da Vadiagem punia criminalmente quem estivesse desempregado. Novamente, a responsabilização cai na própria vítima do problema social.

Temos, assim, várias medidas que visavam apagar a digital negra da face da história brasileira. A criminalização das religiões afrobrasileiras, a mestiçagem vista como um branqueamento e ‘melhoramento’ da raça, o impedimento do acesso aos aparelhos públicos, transformaram a história do negro e negra no Brasil em duas etapas: a primeira como escravizado e a segunda como excluído. Em ambas, o que prevalece é a negação do direito de cidadania.

Perspectivas para o debate racial no Brasil

Disto isto, como se encontra o debate racial no país hoje? Está exprimido por duas vertentes conservadoras. A primeira é um retorno ao **mito da democracia racial** que vai desde a negação da existência do racismo em si ou mesmo da sua mitigação como fenômeno. O argumento desta corrente se fundamenta num aumento relativo da visibilidade do negro no espaço midiático-cultural, particularmente na dimensão lúdica.

Há uma criminalização explícita ou não na mídia quando do enfrentamento e tipificação do racismo por parte de negros. Na telenovela “Da cor do pecado”, apresentada pela TV Globo como a primeira novela da emissora com uma protagonista negra (a atriz Taís Araújo), o único

personagem negro que faz um discurso de afirmação étnica e de enfrentamento ao racismo de brancos é tipificado como vilão da história e morto – a protagonista, heroína, reage passivamente e de forma chorosa ao racismo que enfrenta na trama. Esta visibilidade relativa do negro na mídia tem um preço a pagar e não significa uma mitigação do racismo, mas uma ressemantização do mesmo. Difere-se, aqui, visibilidade negra e visibilidade do combate ao racismo. Esta é o que chamamos de uma **neodemocracia racial**¹.

A segunda é tratar a temática racial a partir de clivagens, negando qualquer ação política e transferindo a discussão racial para o gueto. Esta ação de clivagens parte do pressuposto de uma naturalização da diferença racial ao invés de se trabalhar com o conceito de categoria socialmente construída. Uma vez naturalizada, não há como se pensar em superação do racismo, assim o que se aponta como perspectiva é uma atitude conservadora – pois não propõe uma ruptura sistêmica – e voltada unicamente na conquista de espaços no atual sistema de poder.

Além disto, as clivagens se inserem em um contexto de esvaziamento do espaço público, instância necessária para se discutir a equidade social. Conforme afirmou Marx, em passagem citada por Bauman (2000, p. 18): “somente as mariposas noturnas consideram a lâmpada doméstica um substituto satisfatório do Sol universal”.

É assim que esta perspectiva atua no sentido de garantir nacos – e não equidade – na esfera pública. A luta por políticas de ação afirmativa não pode cair na armadilha de se transformar ou em políticas compensatórias ou em parte de uma integração sistêmica diferenciada. Nesta batalha com base em clivagens, os únicos ganhos para a população afrodescendente têm sido no campo de um aumento relativo de visibilidade de algumas manifestações culturais negras e também a ascensão de alguns ídolos negros, em geral ligados ao campo do cultural/lúdico. Esta visibilidade nega a discussão política do racismo. Por isto, esta perspectiva – chamada por alguns de *multiculturalismo* – é muito mais assimilável para o sistema.

Para fugir destas duas correntes – a neodemocracia racial e o multiculturalismo – defendemos a

ideia de discutir a questão racial como um projeto de construção de equidade social, reconhecendo o racismo como um mecanismo ideológico legitimador e potencializador das diferenças sociais. Assim, o combate ao racismo é passo necessário para a desconstrução do sistema concentrador de riquezas. Defendemos, então, como contraponto as duas vertentes conservadoras citadas anteriormente, a concepção do **antirracismo** abarcando dentro deste conceito “guarda-chuva” todas as ações políticas voltadas para a conquista da plena equidade social, sejam elas direcionadas para as políticas públicas generalistas ou de caráter específico, como as ações afirmativas ●

Dennis de Oliveira Professor da Escola de Comunicações e Artes da USP e Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos da USP. Doutor em Ciências da Comunicação pela USP. Coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC) e membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (NEINB) – USP. Autor dos livros *Globalização e racismo no Brasil* (Ed. Legítima Defesa, 2000); *Mídia, cultura e violência* (CELACC, 2009), co-autor da coleção *Cinema Negro* (Ed. Fiúza). Colunista da Revista Fórum *on line* e colaborador da Agência Latino-Americana de Informação (ALAI-Ecuador). E-mail: dennisol@usp.br

Referências

- BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BRESCIANI, Maria Stela. O cidadão da República. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, p. 123-132, abr. /maio 1993.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. São Paulo: LPM, 2007.
- MOURA, Clóvis. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita, 1994
- OLIVEIRA, D.; PAVAN, M. A. Identificações e estratégias nas relações étnicas na telenovela “Da cor do pecado”. *Revista de Comunicação e Cultura*, Piracicaba: Unimep, n. 1, v. 01, p. 21-33, jun/dez 2007.
- SCHWARTZ, L. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993
- SODRÉ, N. W. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 2005.

1. A este respeito ver Oliveira e Pavan (2005).

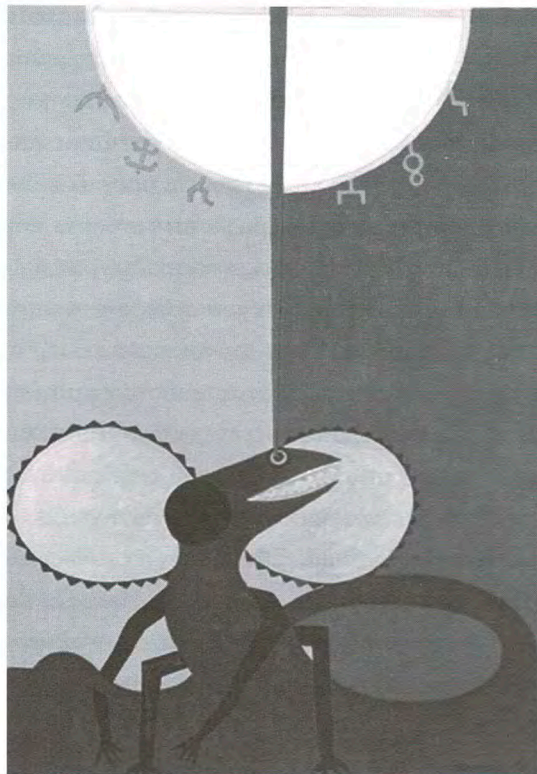
Resgatar memórias radicais afrodescendentes, semear presentes e cultivar futuros de des/colonialidade e liberação

Por **Agustin Lao Montes**

Introdução

Este artigo foi escrito a partir de palestra apresentada no painel “O desenvolvimento do socialismo na América Latina e o movimento afro”, no Encontro Internacional pela Consolidação do Ano Internacional dos Afrodescendentes – 2011, celebrado em Quito, Equador, em 3 e 4 de dezembro de 2010, e organizado pela Secretaria dos Povos, Movimentos Sociais e Participação Cidadã.

Começo afirmando o valor simbólico e a transcendência histórica do momento em que vivemos. Se em 1992 se vitalizaram os movimentos indígenas e afros com a insígnia de 500 anos de resistência, em 2011 aos 200 anos das independências que constituíram a pátria pequena (os países) e a pátria grande (a região), hoje com a refundação constitucional e simbólica de muitos dos estados como plurinacionais, multiétnicos e interculturais, há uma necessidade imperativa de realizar uma reflexão profunda em favor de transformações radicais. Vivemos uma era de crise da civilização ocidental capitalista que requer respostas contundentes e isso implica assumir claramente o rol de protagonistas que os afrodescendentes tivemos nas lutas pela des/colonialidade e libertação! Para isto é necessário calibrar a centralidade do racismo na história moderna e no mundo em que vivemos.



Racismo e colonialidade do poder

se entendermos os processos de globalização em sua larga duração de ao redor de 500 anos, vemos que no sistema-mundo moderno/capitalista prima por um padrão que chamamos “colonialidade do poder” constituída por quatro regimes entrelaçados de dominação: capitalismo, racismo, imperialismo e patriarcado.

Definimos o racismo como um regime de dominação que tem três dimensões: racismo estrutural, racismo institucional e racismo cotidiano.

O *racismo estrutural* afeta os componentes principais da história moderna: desde a economia mundial capitalista e a sobre-exploração e marginalização econômica das massas trabalhadoras, camponesas e

despossuídas, racializadas negativamente (na América Latina majoritariamente afrodescendentes e indígenas); e a desvalorização de nossas memórias e saberes – por isso falamos de *racismo epistêmico*, até diversas formas de *violência racial* – desde a brutalidade da escravidão que foi um dos holocaustos maiores da era moderna te situações como a atual na Colômbia onde há ao redor de 4 milhões de desabrigados e um sem número de mortes em uma guerra que afeta desproporcionalmente os afrodescendentes, ao que é importante somar a violência racial urbana que sobretudo sofrem jovens afro através das Américas.

O *racismo institucional* que experienciamos e observamos em todas as instituições, desde o Estado onde consistentemente estamos sub-representados, o sistema educativo onde se excluem nossa história uma vez que nos exclui de participar como estudantes e professores, até as moradias, os serviços de saúde e os mercados de trabalho. E finalmente o *racismo* como experiência *cotidiana* de discriminação e humilhação de diversas maneiras, desde olhares hostis e insultos, até não ser bem-vindos em lugares públicos e casas.

Esta condição persistente que o marxismo negro caracteriza como capitalismo racial implica uma continuidade na dominação etnicorracial e opressão econômica dos sujeitos da Africana moderna tanto no continente Africano como na Diáspora Afrodescendente. A ideologia racista desde seu início no século XVI considerou os sujeitos africanos e afrodescendentes como não humanos ou menos humanos. Em contraponto, a política afro tem sido uma espécie de Humanização que sempre implicou discursos próprios e profundos de liberdade

e democracia e, portanto, tem sido uma força progressista na história da humanidade. A política afro sempre foi uma afirmação de vida contra os regimes de terror e morte que confrontamos desde o holocausto da escravidão até a pluralidade de formas de violência racial (econômica, ecológica, epistêmica, cultural, sexual e política) que deram forma e conteúdo ao racismo através de toda a história moderna.

Esta espécie de autoafirmação de nossa humanidade e protagonismo (político, cultural e intelectual) sempre foi de caráter não só local senão diaspórico e global. Os pan-africanismos históricos surgiram e floresceram em 4 conjunturas histórico-mundiais onde os afrodescendentes estivemos a frente das transformações históricas pela descolonialidade e libertação. Cada uma representou épocas de envergaduras histórico-mundial, momentos de crises e por isso de grande intensidade de lutas, de revoluções e mudanças profundas.

O primeiro foi o das revoltas de escravizados e a quilombagem cujo cume foi a Revolução Haitiana, a maior revolução social de sua época que significou a invenção da des/colonialidade e da negritude como identidade política e projeto de libertação. Ali se assentou uma dupla estratégia política afro: por um lado a quilombagem – é dizer criar formas e espaços próprios de libertação “casa adentro” (para usar o conceito do afroequatoriano Juan Garcia); e por outro lado a estratégia de democratizar a democracia ocidental, demonstrado no fato de que Haiti foi a única revolução da época onde se cumpriu verdadeiramente a Declaração Universal dos Direitos Humanos do Homem e Cidadão, de 1789. De aí em diante se assentou uma política afro como pilar nas políticas de des/colonialidade e libertação por meio de uma dupla estratégia: por um lado a quilombagem, a criação de espaços próprios de liberdade, expressão cultural e práticas comunitárias de solidariedade; e, por outro, os movimentos sociais, políticos e culturais e intelectuais que

foram fundamentais para forjar democracia não apenas aos afrodescendentes, porém para a humanidade em geral.

O segundo momento, nos anos 1920 e 1930, durante a grande depressão, revoluções na China, México e Rússia e grandes guerras ocidentais, floresceu outra onda global de movimentos afro. A chamada “questão negra” foi debatida nas Internacionais Comunistas onde brilharam figuras como o Caribenho CLR James advogando por uma combinação de organização própria pan-africana em conjunto com participação afro nos partidos e em alianças socialistas, nacionais e internacionais. Também foi o momento das lutas contra a intervenção imperialista ocidental na Etiópia, do movimento de Garvey que reuniu milhões de afrodescendentes através do mundo, do movimento cultural e político da negritude que nasceu no mundo francófono e do renascimento do Harlem. Há pouco falava com o intelectual afrocubano Fernando Martinez Heredia da necessidade de escrever e estudar a história dos afro-latino-americanos e afrocaribenhos naquele momento-chave dos movimentos políticos, culturais e intelectuais tanto na história da esquerda em geral como do mundo afro em particular. Em geral, apesar das diferenças significativas, por exemplo, entre DuBois e Garvey, os pan-africanismos de princípios do século XX se opunham tanto ao racismo como ao imperialismo. Nem todos eram anticapitalistas e antipatriarcais, porém o pan-africanismo radical foi também desde o princípio uma das fontes maiores das lutas por justiça social e equidade de gênero.

O terceiro momento, o dos anos 1960-70 foi quando começou a crise que vivemos hoje. Aqui se destacam duas grandes lutas antirracistas, o movimento de libertação negra nos Estados Unidos e o movimento contra o *Aparttheid* na

África do Sul que lhe deram a liderança política contra o racismo e pela igualdade racial na maior onda de movimentos anti-sistêmicos que teve o mundo. Um bom exemplo é como nos Estados Unidos a insígnia do “poder negro” chegou a traduzir-se em “poder feminista”, “poder vermelho” (significando indígena) e “poder amarelo” (significando asiático). O movimento negro de libertação dos anos 1960-70 nos Estados Unidos elaborou uma política que vinculou o racismo com o capitalismo e o imperialismo que se expressou não apenas em organizações radicais como os Panteras Negras e a Liga dos Trabalhadores Negros Revolucionários, assim como, no último Martin Luther King que ligou a oposição à Guerra do Vietnã e a luta contra o racismo com protestos a favor da democracia econômica. Fanon, quem foi uma das grandes figuras políticas e intelectuais de sua época defendeu com clareza a relação necessária entre lutar contra o racismo ao mesmo tempo em que nos mobilizamos pela libertação nacional e o socialismo.

No texto curto deste artigo não posso fazer um balanço mínimo em que desembocou aquela onda de movimentos sociais, porém considero importante dizer que deve ser motivo de reflexão para nós como os êxitos relativos do movimento negro dos anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos

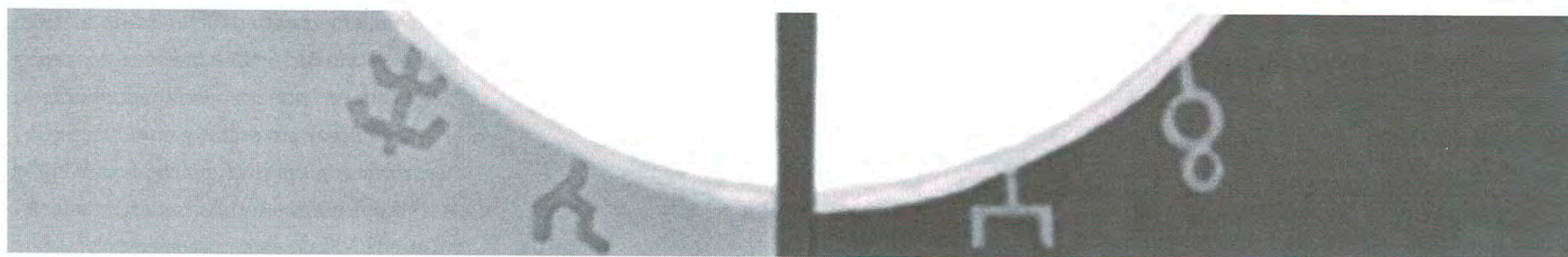
lograram criar uma classe média e uma classe política afro, ao mesmo tempo em que as maiorias das classes trabalhadoras e setores marginalizados seguem em severas

condições de opressão e desigualdade, ainda que o racismo siga vivo e forte como mostram os movimentos de ultradireita contra o presidente Obama. Muitas pessoas, incluindo Doudou Diene quem foi o encarregado oficial de dar seguimento à Agenda de Durban, reconhecem que a América Latina é a região do mundo onde os princípios e as políticas contra o racismo que se aprovaram em Durban tiveram maior influência tanto aos movimentos como para os governos.

A insurgência de movimentos de afro junto com a emergência de política de equidade racial através da região cuja expressão mais avançada

“A política afro sempre foi uma afirmação de vida contra os regimes de terror e morte que confrontamos desde o holocausto da escravidão até a pluralidade de formas de violência racial”

“O movimento negro de libertação dos anos 1960-70 nos Estados Unidos elaborou uma política que vinculou o racismo com o capitalismo e o imperialismo”



é o Ministério da Igualdade Racial no Brasil, criaram o que denomino como um campo político afrodescendente na América Latina que entrelaça – de formas complexas e muitas vezes contraditórias – movimentos com estados e instituições transnacionais de tipo diverso desde as ONG como “global rights” até as instituições do capital transnacional como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do estado imperial como *United States Agency for International Development* (USAID). Uma maneira de deslindar diferenças na política afroamericana norte-sul é descrevê-la como um campo de contendias entre diferentes projetos de solidariedade e poder afroamericano onde competem um *pan-africanismo conservador* que pode servir de ponta de lança aos piores projetos de poder imperial (o que Chucho Garcia cataloga como afrodireita); um *pan-africanismo neoliberal* que advoga por projetos como Tratados de Livre Comércio (TLC) e o Plano Colômbia acompanhados com fundos e programas para os afro em contraste com um *pan-africanismo radical* que pode trabalhar em favor do surgimento de um projeto de des/colonialidade e libertação.

Aqui não podemos apresentar com clareza mínima o espectro de atores, ideologias e perspectivas políticas em jogo, porém a par de assuntos desta índole que são absolutamente pertinentes a nossa apresentação. Algo importante a dizer é que é necessário fazer um balanço de êxitos e deficiências das políticas etnicorraciais, as quais é importante reconhecer que ainda são marginais e que operam em um contexto de capitalismo neoliberal que gera cada vez mais opressão e desigualdade para as maiorias afrodescendentes. Em outras palavras, se não há mudanças de fundo nas estruturas de poder político e econômico, a eficácia das políticas serão muito limitadas e isto traz de entrada o tema da relação entre lutar contra o racismo e contra o

capitalismo, o imperialismo e o patriarcado, o tema da política de des/colonialidade e libertação. Por isso, a Agenda de Durban, mesmo que sumamente necessária, não é suficiente porque a luta contra o racismo tem que se articular com as lutas contra outras formas de opressão com as quais está entrelaçada. Dita perspectiva política tem que recuperar a melhor tradição dos movimentos emancipadores da África e da Diáspora Africana. Isto nos leva ao tema da relação entre o chamado socialismo do século XXI, o racismo e a questão etnicorracial.

A tradição radical afro resplandece por sua ausência ou aparece apenas de maneira marginal nos discursos tanto políticos como intelectuais do socialismo do século XXI. Portanto, uma das tarefas urgentes no que Boaventura de Souza Santos chama de “reinvenção da emancipação” é recuperar a memória do pan-africanismo radical e colocar as lutas contra o racismo e particularmente contra o racismo antinegro no centro do que chamamos de nova política de des/colonialidade e libertação. É imperativo combater a amnésia coletiva sobre a tradição racial afro ou pan-africanismo revolucionário em suas vertentes políticas, intelectuais, culturais. Como bem dizia Francisco Martinez Heredia em uma conferência em Cuba, “Se não se combate o racismo não pode haver socialismo do século XXI” ao que somamos que sem a importância dos movimentos negros como protagonistas na construção histórica da democracia substantiva e da justiça social, seguimos sumidos na negação construída pelo racismo antinegro ainda que tenhamos as melhores intenções.

Nós, como comunidade afroprogressista, temos a maior responsabilidade de pôr em relevo esta tradição enquanto nós nos colocamos na vanguarda dos espaços e terrenos de luta mais importantes desta época, como são os processos do Fórum Social, processo de

integração regional como a Aliança Bolivariana das Américas (ALBA), as cúpulas ecológicas e pela soberania alimentar e a Marcha Mundial de Mulheres. Dois assuntos fundamentais para nós são as gestões para desenvolver relações de solidariedade e amizade com os povos do continente africano e a reconstrução do Haiti com base nos princípios e nas práticas da irmandade afrodiáspórica e a diplomacia dos povos.

Na arena da luta contra o racismo, entendida como prática política de libertação, uma das tarefas cruciais é construir relações estratégicas entre o movimento afro e o movimento indígena. Para isso é necessário tanto reconhecer as condições comuns de opressão racial, social e cultural, como respeitar as diferenças e valorar os aportes de cada coletividade histórica. Tocando este tambor na chave afrodescendente, dizemos que se bem é positivo esgrimir posturas contra o capitalismo neoliberal em favor de formas de vida material e espiritual indígena que se traduzem como Suma Kawsí ou “bem viver”, também é necessário afirmar imaginários, linguagens e práticas análogas na África e na Afroamérica. Isto implica utilizar e disseminar nossos próprios conceitos como Ubuntu que seria um equivalente ao “bem viver” em linguagem sul-africana, ou Uramba que significa o comunitarismo igualitário da grande comarca afropacífica que abarca Panamá, Colômbia e Equador.

Conclusão

Encerro este artigo fazendo um convite a discutir duas interrogações-chave. A primeira é: quais são os desafios e perspectivas que temos os afrodescendentes na situação atual de crise da civilização ocidental capitalista? A segunda é: em vista desta disjuntiva, que queremos e que podemos conquistar da declaração das Nações Unidas de 2011 como o ano internacional dos afrodescendentes?

Faço o convite enumerando três dos desafios principais que entendo temos para avançar simultaneamente nas lutas contra o racismo e a favor de uma ordem social mais justa e igualitária, são estas:

1) Como superar a brecha entre a mudança legislativa (inclusive constitucional) e alcançar transformações nas configurações de poder social com o fim de combater os múltiplos modos de opressão (de classe, raça, gênero, sexualidade) e do dano e destruição (ecologia, guerra, de saúde física e mental etc.) que se aprofunda com a crise da civilização ocidental capitalista em sua fase neoliberal. Isto também supõe definir e executar estratégias de como conjugar o reconhecimento cultural e étnico-racial com a redistribuição do poder e da riqueza na sociedade.

2) O segundo desafio aqui é como vincular a política prática (ou política do possível) com uma visão transformadora que nos dê um horizonte de futuro. Como já sugerimos, as melhores tradições do pan-africanismo radical sempre combinaram o pragmatismo do poder com uma visão utópica de libertação não apenas para o mundo afro porém para a humanidade em geral, um projeto de nova humanidade que sempre esteve no coração da política afroprogressista. Isto implica sabedoria no desenho e na implementação de política a curto, médio e longo prazo, o que supõe saber distinguir entre reformas neoliberais que reproduzem o *status quo* e reformas radicais que busquem desafiar e derrubar a ordem imperante da colonialidade do poder.

3) O terceiro objetivo é desenvolver uma política de alianças e coalizões que permita acionar os múltiplos nós de opressão com diversos laços de libertação, ou combater as cadeias da colonialidade com os fios da solidariedade para tecer “todas nossas lutas”, como diz uma insígnia dos movimentos sociais venezuelanos. Isto implica ver as reivindicações étnicorraciais em relação à diversidade de formas de injustiça: sexual, ecológica, de gênero, cultural, ética, epistêmica – que se correspondem às diversas dimensões da crise da civilização ocidental capitalista.

A pergunta do que queremos e o que podemos conquistar em 2011 obviamente nos

convocou a todas e a todos no encontro de Quito. Foi claramente uma oportunidade para visibilizar e celebrar nossas memórias, histórias, culturas e subjetividades, como também para nos organizar e mobilizar contra o racismo, a favor da equidade racial e, de maneira mais geral em favor do projeto de des/colonialidade e libertação que é fundamental tanto para nós como para a região e a humanidade em sua plenitude.

Neste sentido, esta também foi a ocasião para o debate, o que implica demarcar diferenças e afirmar com certeza a política afroprogressista na melhor tradição do pan-africanismo radical que supõe uma visão crítica tanto “casa adentro” como “casa fora”. Sugiro que devemos valorar as possibilidades que abrem gestos simbólicos oficiais como a declaração de 2011 como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, ao passo que não podemos esquecer das vias de mudança sustentadas por iniciativa das instituições do *establishment* internacional.

Para isso suponho uma dupla estratégia, desde dentro e desde fora de instituições estatais e multilaterais para, por um lado, abrir espaços dentro delas e por outro lado fortalecer o nível de organização, autonomia e empoderamento dos movimentos e suas redes em nível local, nacional e regional. Em termos institucionais, o ano de 2011 deve ser um passo em diante aos objetivos de estabelecer primeiro uma década, e, em seguida, um fórum permanente de afrodescendentes nas Nações Unidas. Obviamente, estes são objetivos institucionais-chave que serão vitórias importantes para empunhar e realizar a Agenda de Durban contra o racismo e mais além dela.

Desde a perspectiva dos movimentos e de nossas comunidades de base, poderia ser um momento-chave para a educação política, a conscientização, a mobilização própria e o desenvolvimento de alianças e coalizões para nos instalarmos solidamente nesta nova onda de transformações históricas que faz da América Latina a região mais dinâmica e promissora do planeta. Isto significa cultivar nossas melhores tradições libertárias que se expressam em todo o tecido cultural desde os “saberes cantados” (como diz o intelectual afrocolombiano Santiago Arboleda)

expresso nos lamentos e nos blues, como também na “resistência rasta” de Bob Marley e o hip-hop politizado que se converteu em um movimento político afrojuvenil em escala global.

Dentro de nossas práticas des/coloniais e libertárias é fundamental destacar o afrofeminismo, uma larga tradição que se remontamos ao século XIX, recordaremos a eloquência de Sojourner Truth que perguntava ironicamente ao movimento feminista branco dos Estados Unidos “Não sou uma mulher?”, se manifestou com particular eficácia política na liderança do feminismo afro-latino-americano em colocar a relação do racismo e do sexismo a frente da Conferência Mundial das Mulheres de 1992, em Beijing, e cuja força em nossa região se revelou recentemente com grande vigor no impacto público da recente visita de Ângela Davis à Colômbia. Também é sumamente importante recordar e ressaltar a memória radical do continente Africano manifesto nos legados de figuras políticas como Amílcar Cabral, Patrício Lumumba, Kwame Kruma e o projeto de Ujama ou Socialismo Africano que articulou Julius Nyerere na Tanzânia do qual temos que aprender suas lições tanto positivas como negativas.

Para esta espécie de revitalização e visibilização de nossa liderança nos projetos de emancipação é importante organizar eventos grandes e visíveis como o Fórum Social Afrodescendente que há planos de se realizar no Brasil em 2011. Como sabiamente dizia C. L. R. James, as lutas e os projetos de libertação da África e os afrodescendentes sempre foram os eixos centrais da mudança revolucionária no mundo inteiro e 2011 deve ser ocasião de revitalizar o nosso papel de liderança ●

Augustin Lao Montes é PhD em Sociologia pela Universidade de Nova Iorque e Binghamton. Seu campo de estudos inclui: história mundial da sociologia e da globalização, sociologia política (especialmente os movimentos sociais e a sociologia do estado e do nacionalismo), identidades sociais e desigualdades sociais, sociologia da raça e etnia, sociologia urbana, Diáspora Africana e Estudos Latinos, sociologia da cultura e estudos culturais, teoria contemporânea e crítica pós-colonial.

“Faxina étnica” ou “limpeza racial”: um novo paradigma de controle racial da população negra no Brasil

Por **Fábio Nogueira**¹
Joselício Júnior²
Gilberto Batista Campos³
Marco André da Silva⁴

Racismo, “capitalismo flexível” e controle racial da população negra

O racismo é uma prática social com efeitos perversos na vida de bilhões de seres humanos espalhados pelos cinco continentes do planeta (sejam povos originários, afrodescendentes, árabes, ciganos, judeus, orientais etc.). A prática do racismo é estrutural e apoiada pelo Estado e por seus aparelhos ideológicos (meios de comunicação, igreja, escola etc.) no sistema social e político capitalista. Ou seja, o racismo é o efeito da manipulação ideológica da “raça” como uma categoria social, funcional, estruturante e estruturada a partir de práticas sociais com legitimidade e aceitação no interior de nossa sociedade que, com efeito, produz desigualdades funcionais e a reprodução da ordem capitalista. Contrarrestar esta tendência é nos opor ao caráter “racial” do capitalismo e entender a denúncia contra o racismo – para além de uma luta setorial – como parte de um projeto mais amplo de luta pela construção de uma nova sociedade socialista, policultural, sem racismo e discriminações. Isso só é possível, por sua vez, quando reconhecemos o caráter “racial” e de “classe” da dominação capitalista que, em nossa formação econômico-social, mais que se sobrepor, se fundem.

A política de controle racial da “faxina étnica” ou “limpeza racial” define – para negros, pardos, morenos e mulatos – quais são os territórios em que podem viver e a forma como devem viver. Favelas, periferias, subúrbios e alagados são fenômenos que revelam, no território urbano, a unidade entre capitalismo e racismo,



entre classe e raça. O processo de racialização e segregação racial do espaço urbano foi (e ainda é) extremamente violento e complexo.

Em uma de suas frentes, temos a política de extermínio e genocídio da população negra que nomeamos de extermínio direto e extermínio indireto. O extermínio direto é materializado nas ações do Estado contra moradores destes territórios. É uma violência estatal (ao contrário da social provocada, por exemplo, pelo tráfico de drogas). Ela encontra legitimidade nas políticas estatais de repressão ao tráfico de drogas e de contenção da violência urbana, cujo maior exemplo são as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). O extermínio indireto, por sua vez, ocorre pela morte lenta

nas filas dos hospitais, pela falta de socorro e tratamento adequado, nas enchentes e tragédias naturais causadas pela omissão do Estado e da defesa civil, os surtos de dengue e outras enfermidades que incidem majoritariamente na população negra e pobre.

Em uma segunda frente, o encarceramento em massa da população afrodescendente (em enorme desproporção se comparada com a população branca). As cadeias brasileiras parecem-se enormes navios negreiros, depósitos de carne humana em que se inscreve na pele negra sua associação necessária com o crime. É impossível fugir ao estigma da raça: a prisão é a instituição consagrada para controlar a pressão social e racial do proletariado

urbano e rural. Logo, a elite dominante associa o criminoso ao seu lugar de origem: ele vive na favela, tem amigos na favela, se comporta como um favelado etc. Raça, território e criminalidade passam a ser confundidas como uma coisa só: “se é negro e favelado, necessariamente é criminoso”. O encarceramento, por efeito, contribui na definição dos territórios negros urbanos: trata-se de uma malha de ruas, casas e barracos que unem negros “marginais” ou em processo de “marginalização”.

Por fim, as políticas de remoção e despejo são outra manifestação do que denominamos controle racial por uma política estatal de “faxina étnica” ou “limpeza racial”. Se uma coletividade negra vive, de forma precária, em uma área que passa a ser valorizada pela especulação imobiliária ou de um novo empreendimento imobiliário, o Estado age de forma violenta para expulsá-la deste território. Com isso, empurram os negros para longe do centro e dos bairros nobres, de maioria branca, rica e de classe média alta, configurando territórios “branqueados” que só podem visitar na condição de empregados domésticos ou prestadores de serviço. O poder público, por sua vez, tem um papel fundamental neste processo: ele faz os investimentos em infraestrutura, financia as obras e integra-se à lógica do mercado especulativo e imobiliário. Os megaeventos – como a Copa do Mundo e as Olimpíadas – retratam este movimento em que capital estatal e privado se articulam em torno de novos territórios que – dentro do processo de valorização capitalista – remove violentamente as massas negras e pobres de seus territórios urbanos originais.

Portanto, **encarceramento em massa, extermínio da juventude e políticas de remoção**

e despejo são manifestações do racismo contemporâneo. A precarização da relação de trabalho (com o aumento do número de “bicos”, terceirizações, informalidade e retirada de direitos dos trabalhadores) e a destruição de direitos sociais (moradia, saúde e educação) definem um novo *modus operandi* na relação entre governos e o povo negro. O racismo se reorganiza de acordo a necessidade dos ricos e das elites. Nos dias de hoje, a “faxina étnica” ou “limpeza racial” manifesta-se no encarceramento em massa, o extermínio do povo negro e a remoção/despejo das populações pobres de seus territórios urbanos. A nossa luta, portanto, deve ocorrer

em três frentes: contra encarceramento e extermínio do povo negro e o atual modelo de estado punitivo; por políticas de acesso à saúde pública de qualidade para o nosso povo e a legalização do aborto e por uma política habitacional justa e solidária, contra os despejos, o racismo ambiental e pela valorização dos territórios negros urbanos.

Encarceramento em massa de negros e pobres

a política de controle racial da “faxina étnica” ou “limpeza racial” é, em nosso ponto de vista, a prática social de um racismo que estrutura o atual quadro de desigualdades do capitalismo flexível (SENNET, 2006). A precarização das relações de assalariamento e a desconstrução dos direitos sociais universais definem um novo tipo de relação entre poder

estatal e massas subalternizadas e estigmatizadas (negras e indígenas).

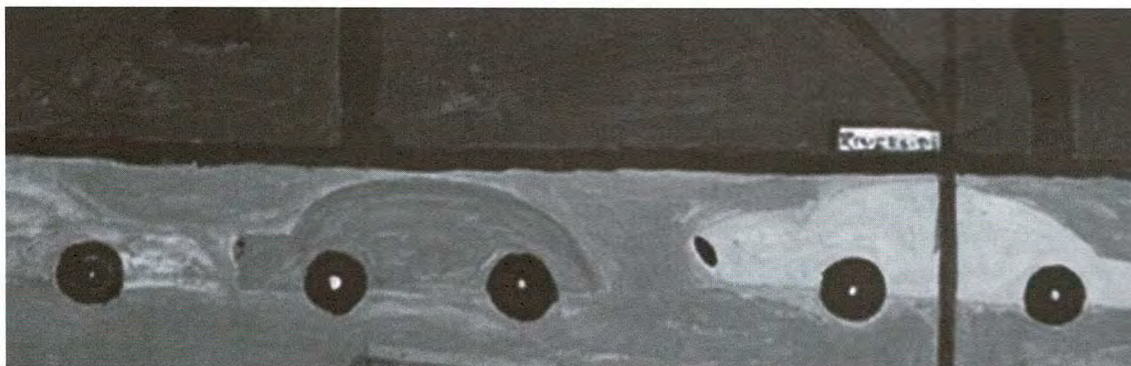
O sociólogo Loïc Wacquant ao estudar as políticas de “tolerância zero” contra pequenos crimes como instrumento de uma repressão mais geral, mostra que a combinação entre o aumento do aparato repressivo, a liberalização econômica e o abandono das políticas sociais formam a base de um Estado penal em que o sistema punitivo tem como finalidade adequar os indivíduos às novas condições econômicas que se caracterizam pela degradação das relações de assalariamento e a ausência de uma rede de proteção social, além de excluir os “indesejáveis” (WACQUANT, 2001). Os Estados Unidos e a Inglaterra são os dois modelos de Estado penal analisados por Wacquant em que os alvos desta política repressiva são os negros, hispânicos, turcos, marroquinos e imigrantes em geral. Seu principal reflexo são discursos governamentais e de autoridades técnicas em torno das “áreas sensíveis” nas quais os contingentes populacionais relativos a estes grupos são expressivos.

Observamos, no caso brasileiro, que entre 1990 e 2010, período que coincide com o início das contra-reformas neoliberais (governos Collor, Itamar, FHC I e II e Lula I e II), um enorme salto do número de presos: de 90.000 para 494.237. Um aumento em escala exponencial de 549%! Logo, existe uma correlação entre a proporção de presos e a retirada da rede de proteção social do Estado brasileiro.

Da política de “tolerância zero” contra pequenos crimes se partiu para uma repressão geral e indiscriminada: a repressão contra o povo, a “liberalização” da economia para beneficiar os ricos e os poderosos e a ausência de políticas de educação, saúde, moradia e cultura para o povo pobre formam a base de um Estado que só quer punir e, desta maneira, fazer com que as pessoas aceitem estas condições de vida marcadas pela pobreza, pela discriminação e



“as políticas de remoção e despejo são outra manifestação do que denominamos controle racial por uma política estatal de ‘faxina étnica’ ou ‘limpeza racial’.”



pela violência. Os governos escolhem como alvos destas políticas as “áreas sensíveis” (favelas, subúrbios, alagados, periferias, comunidades carentes etc.), onde o povo negro é maioria absoluta, e procura manter o controle do nosso povo na base da violência policial e algumas políticas sociais, poucas e insuficientes, que não mudam a realidade vivida por nós. O aumento no número de presos não significou mais segurança e nem redução das desigualdades sociais: o Estado brasileiro aprisiona em massa, pois não tem política social ou projeto que inclua estas pessoas.

Extermínio do povo negro

A política de extermínio do povo negro tem duas faces: o extermínio por meio do assassinato decorrente da violência policial ou dos conflitos urbanos e o deixar morrer das filas dos hospitais e, ainda, da não legalização do aborto.

A presença de um estado que oprime a população negra é constante em nossa história. Ela se manifesta nos “caveirões”, no Bope (Batalhão de Operações Especiais) e nas ocupações de morros e favelas. De acordo com o IPEA, 77,4 jovens negros a cada 100 mil são assassinados violentamente pelo Estado brasileiro a cada ano. O Estado constrói uma imagem de que os jovens assassinados são indivíduos que não tiveram uma postura correta: são transgressores da ordem, bandidos, vagabundos. Além disso, tais ações se baseiam no procedimento de “autos de

resistência seguidos de morte”, verdadeiras legalizações do massacre urbano nos territórios negros. O extermínio de nossa juventude leva ao confinamento territorial: é uma política para manter os negros longe da riqueza da burguesia racista.

Por outro lado, a população negra é a principal vítima da epidemia de crack que elimina jovens negros e demais usuários. Por ser barata esta droga é consumida por pessoas de baixa renda e, inevitavelmente, leva à morte, seja pelas ações de extermínio das polícias e das milícias urbanas, pelo próprio tráfico em cobrança de dívidas ou pelas debilidades físicas decorrentes. Esta situação contorna-se apenas com políticas públicas na área de saúde, no sentido da prevenção ao uso e o tratamento adequado e humanitário, pelo sistema de saúde público, destes dependentes químicos.



A criminalização do aborto extermina as mulheres negras. Segundo pesquisa do Instituto Mulheres pela Atenção Integral à Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (IM AIS), sobre a realidade do aborto inseguro na Bahia, a prática de aborto clandestino é um grave problema de saúde pública. O Jornal Brasil de Fato, de 07 a 13 de maio de 2009, apresentou números alarmantes: anualmente

morrem 68 mil mulheres no mundo vítimas de aborto inseguro, de acordo com o Banco Mundial. Em média, a invasão estadunidense no Iraque mata 16 mil pessoas por ano. Ou seja, o aborto inseguro vitima 4 vezes mais do que o conflito armado. Do total, 30 mil mulheres são da África. A criminalização do aborto contribui para nosso extermínio como fruto do racismo institucional, pois são nos bairros periféricos e nos hospitais públicos que grande parte das mulheres negras morrem por falta de atendimento referente a aborto ilegal. A juventude feminina negra é a maior vítima de morte materna.

No contexto de uma sociedade de classes, fortemente racista, como a nossa, a política conservadora de criminalização das mulheres que abortam atinge diretamente as mulheres da classe trabalhadora, sobretudo as negras

e empobrecidas, com baixa escolaridade. Em Salvador, são as jovens negras as maiores vítimas do aborto feito de forma ilegal, insegura e solitária. (Fontes: IMAIS 2008) Para completar este quadro de extermínio “indireto”, observamos o aprofundamen-

to de destruição do Sistema Único de Saúde. O estado burguês e racista deixa morrer, nas filas dos hospitais, sem atendimento de qualidade, o povo negro, indígena e mestiço. Afinal, para os que detêm a riqueza e o controle do Estado para que cuidar da saúde do povo negro? É preciso, para as elites, eliminar os “descartáveis”. É por isso que lutamos, pois queremos viver e sonhar!

Tabela 1 – Óbito materno por grupo de causas, raça/cor no DS Cabula/Beirú (Salvador-BA), 2000 a 2004

OBSTÉTRICAS DIRETAS			OBSTÉTRICAS INDIRETAS			ABORTO		
Branca	Negra	IGN*	Branca	Negra	IGN	Branca	Negra	IGN
01	10	0	0	1	0	0	3	1

Fonte: Distrito Sanitário Cabula/Beirú. In: Dossiê A Realidade do Aborto Inseguro na Bahia (2008) *Ignoradas

Contra os despejos, o racismo ambiental e pela valorização dos territórios negros urbanos

As forças racistas e capitalistas através da repressão estatal a serviço dos interesses da burguesia aceleram e aprofundam o racismo ambiental e a segregação nas cidades brasileiras: querem confinar o povo negro ao gueto, à

favela, à periferia ou subúrbio. Em Salvador, o governo propôs o Plano Diretor (PDDU) para apoiar a fragmentação da cidade para que grandes empresários escolham as partes a serem vendidas e expulsar o povo negro dos seus territórios tradicionais. Querem limpar as cidades brasileiras e expulsam o povo



negro para cada vez mais longe dos centros das capitais.

A política racista do Choque de Ordem, no Rio, é expressão do processo de faxina étnica contra os territórios negros. Seu alvo era, no começo, o proletariado negro formado por vendedores ambulantes que têm as suas mercadorias – meio de sustento – saqueadas por agentes do estado burguês e racista. Hoje avançou seu aparato de violência: trabalhadores

ambulantes, moradores em situação de rua, mototaxistas, moradores de favelas e cortiços tornaram-se alvo do governo. Este exemplo se repete em outras capitais: despejos e remoções violentas da população negra são os principais instrumentos desta política. Este cenário tende a se agravar com os megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Por sua vez, o racismo cultural ajuda demarcar territórios raciais: o preconceito ao funk e o hip hop (em que se desclassifica a cultura, de forma racista, como de “preto favelado”, logo, sem “qualidade” e de “marginais”) justifica a prática de todo tipo de violência e racismo.

As populações quilombolas, por sua vez, sofrem uma série de agressões, físicas e mentais, nos territórios em disputa, numa situação de absoluta vulnerabilidade. Os atores em conflito são de um lado as populações quilombolas totalmente fragilizadas, e do outro latifundiários e seus capangas, a guarda armada das grandes empresas do agronegócio (a exemplo da Aracruz, entre outras) e as polícias estaduais. Em total desvantagem estas populações estão desaparecendo seja pela expulsão de suas terras e pela desestruturação do universo cultural, prejudicando, entre outros, a afirmação da identidade afrodescendente.

Considerações finais

Estamos convencidos que, nos dias atuais, de desindustrialização da economia e recolonização do pensamento social brasileiro, em que o imperialismo penetra com mais força e violência em nossa sociedade, o racismo – fenômeno associado à ordem social burguesa – manifesta-se com toda sua intensidade no território urbano.

A vanguarda social combativa do movimento negro, dos movimentos populares e das forças progressistas contribui para politizar o conceito de território negro urbano: ele pode ser uma ferramenta poderosa de afirmação dos afrodescendentes que vivem nestas áreas com o objetivo de fazer um contraponto às representações racistas que associam o território em que vivem à criminalidade, ao vício e à ausência de produção artística e cultural.

Por tudo isso é necessário falar em “faxina étnica” e em “limpeza racial”. Como radicais, denominamos o fenômeno pelo nome, na raiz do problema. Entendemos, evidentemente, que o capitalismo brasileiro combinou as opressões de raça e gênero e a exploração de classe. É, portanto, um fenômeno singular de uma realidade singular. Denunciar e combater um dos *mores* da dominação burguesa é dever de todos os que se identificam com o povo negro e suas aspirações de liberdade e reconhecimento coletivo.

Ao combate da faxina étnica é necessário um conjunto de políticas públicas que tenham como marco uma cidade racialmente mais justa e integrada. Se, nos centros urbanos de nosso país, pequenas faixas do território urbano, de maioria branca ou totalmente branca, monopolizam os equipamentos públicos (melhores escolas, hospitais, centros de comércio, lazer, recreação, produção e difusão cultural) em detrimento da enorme massa negra desassistida e esparramada em territórios em que o único equipamento público é uma unidade da polícia, isto é sinal de que ainda estamos muito longe de modificar esta realidade ●

Fábio Nogueira Doutorando em Sociologia na USP e professor assistente do Instituto Multidisciplinar de Saúde da UFBA.

Joselício Júnior Jornalista e pós-graduando em Comunicação e Cultura do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação.

Gilberto Batista Campos Historiador.

Marco André da Silva Grêmio Recreativo Escola de Samba Canários das Laranjeiras, Rio de Janeiro.

Referências

- INSTITUTO MULHERES PELA ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS. *Dossiê “A realidade do aborto inseguro na Bahia: a ilegalidade da prática e seus efeitos na saúde das mulheres em Salvador e Feira de Santana”*. Salvador: IMAIS, dez. 2008.
- SENNET, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Palmares: uma repercussão política de quatro séculos na história brasileira

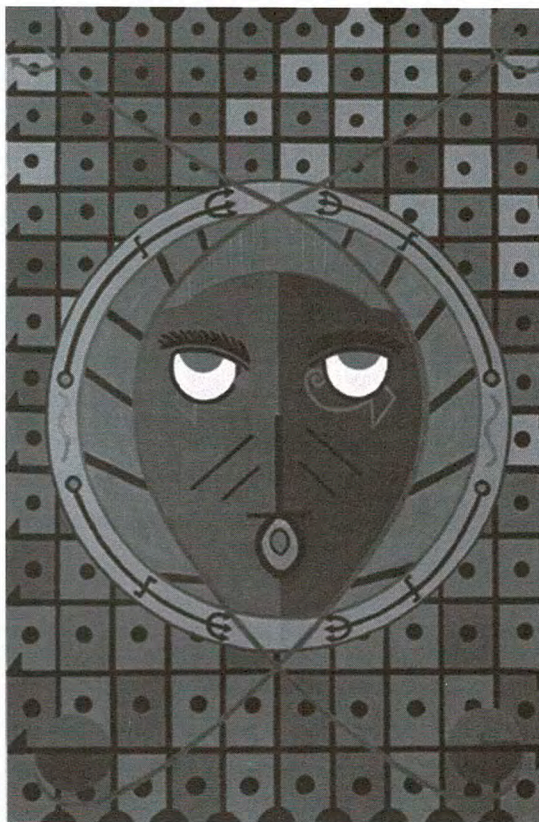
Por **Carlos Nobre**

A África e suas diásporas incomodam quando começam a lutar pela defesa de suas dignidades e liberdade humanas; quando reivindicam a igualdade de tratamento, das oportunidades e do respeito de suas diferenças culturais e identitárias. Incomodam quando tentam mais do espaço de inferioridade a elas predestinado para participar igualmente da distribuição do produto social, da estrutura de poder e de todos os mecanismos simbólicos de superioridade, reservados ao segmento social eurodescendente da sociedade. Os africanos e seus descendentes incomodam quando começam a buscar a recuperação de sua humanidade negada, sua história e a sua cultura destruída durante os séculos de escravidão e colonização. Incomodam quando assumem, com orgulho, sua negritude e a reivindicam com cabeça erguida para sair da dependência cultural ocidental alienante e da inferiorização contra eles forjada.

Kabenguele Munanga, no prefácio do livro “A África que incomoda”, de Carlos Moore (2008).

Introdução

Nas Américas, inexistente mito ou saga igual a Palmares, amplo território na serra da Barriga, entre Alagoas e Pernambuco, que, de 1596 a 1716, segundo alguns pesquisadores, se transformou numa grande aglomeração de escravos fugidos colonialismo português. Os palmarinos empreenderam uma das sagas negras mais dramáticas e transformadoras da história continental.



Há especialistas que afirmam que Palmares era um conjunto de 11, ou até 20 cidades ou mocambos, distantes um do outro até 30 quilômetros. Ali se engendrou uma sociedade livre da escravidão que enfrentou uma das nações mais poderosas do planeta naquela conjuntura histórica.

A sociedade palmarina, neste contexto, se tornou na história brasileira realmente um exemplo de grande significado, pois, construiu, ao longo de quase um século e meio, uma respeitável trajetória de enfrentamento ao colonialismo, com batalhas memoráveis, exibição de artefatos bélicos e táticas de guerra capazes de rivalizar com exércitos bem equipados de outras sociedades da época.

1. Neste caso, consultar as seguintes obras: Peret (1955), Carneiro (1966), Freitas (1988), Freitas (1978), Alves Filho (1988), Gomes (2005), Funari e Carvalho (2005).

Assim, Palmares, em algumas especulações teóricas, passou a ser a “Tróia Negra” do Brasil devido à resistência de seus integrantes em não quererem mais ser escravos nas plantações de cana-de-açúcar dos engenhos nordestinos que então começavam a ser explorados em grande escala pelos colonialistas².

Partindo deste pressuposto, Palmares, então, por suas dimensões estruturais, duração e organização interna, era natural que esta sociedade antagônica ao colonialismo provocasse estudos amplos e aprofundados sobre a resistência afro e como este “reino negro”, como acentuou um historiador, no final dos anos 1950, pôde se constituir como tal no Nordeste.

Mas não é essa disposição investigativa que encontramos na historiografia brasileira. Existem, de fato, apenas seis livros fundamentais sobre Palmares, alguns já esgotados e raros. Não à toa que militantes afro não conseguem localizar obras sobre Palmares nas bibliotecas, nos centros culturais ou nas faculdades devido à raridade de obras a respeito deste quilombo colonial³.

Então, por que inexistem obras com variadas linhas de pesquisa sobre este “reino negro”? Por que os historiadores dão meia volta e evitam Palmares, se, de fato, na história colonial brasileira, este foi o grande ato político dos marginalizados da época, isto é, a construção de outra sociedade, antagônica àquela, ibérica, branca, voltada para o escravismo e ostentando sofisticados aparatos penais para submeter os escravizados (NOBRE, 2008)?

2. Ver as obras de Carneiro (1966) e Freitas (1988).

3. Em geral, poucos grupos afros têm acesso à história de Palmares devido a esta deficiência histórica de falta de material didático. Como frisamos, os livros sobre o assunto estão esgotados e não são reeditados. Assim, a história de Palmares é somente do conhecimento de pequenos grupos afro.

Caso tivéssemos obras variadas a respeito deste tema, neste caso, Palmares mostraria o lado protagonista de certa cultura africana no enfrentamento com a sociedade “europeia”. E não é por falta de documentos, pois, trata-se de um fato amplamente documentado pelos colonialistas e pelos seus representantes nas antigas capitanias do Nordeste da época⁴.

É de se notar que em cada um dos seis livros existentes sobre Palmares, cada historiador trouxesse documentos/fatos novos em relação à guerra dos escravos encastelados em Palmares. Ou seja, ao se olhar para Palmares, surgem diversas linhas interpretativas para sua existência tal a força documental existente no Brasil, em Portugal, na Holanda e até na Inglaterra⁵.

Nascimento de Palmares

Após se apropriar do Brasil, em 1500, Portugal, então uma das maiores potências ma-

para ser explorada. Assim, a Corte acaba introduzindo a mão-de-obra escrava originária da África em terras nordestinas, vinda em grande monta, antes do término do século XVI.

Desse modo, começa o surgir o Nordeste açucareiro. Este novo sistema exploratório institui novas regras, modelos, programas, padrões, tendo a violência estatal como pano de fundo para o sucesso do negócio. Assim, o novo modelo, expresso por meio de normas autoritárias, fortalece o controle penal do escravo através do uso da violência que se torna regra, e esta provoca a reação do oprimido, por meio de diversos mecanismos como as fugas em grupos ou individuais para regiões distantes dos engenhos ou

tráfico entre o porto de Recife e os entrepostos africanos avançava a cifra de 15.430 escravos. Assim, a presença de escravos da etnia jaga era tão forte nos primeiros momentos do quilombo

que Palmares era chamada de Angola Jaga ou Angola Pequena” (GOMES, 2005).

Assim, em fins do século XVI – 1596 ou 1597 –, ao redor de 40 escravos se revoltaram

num grande engenho do sul de Pernambuco. Armados de foices, chuços e paus, atacaram e dominaram os feitores e os donos e escravos. Como perceberam que se permanecessem no engenho seriam atacados pelas tropas colonialistas, se embrenharam mata adentro, buscando povoações distantes do alcance dos senhores. Assim, chegaram a uma região montanho-

“Caso tivéssemos obras variadas a respeito deste tema, neste caso, Palmares mostraria o lado protagonista de certa cultura africana no enfrentamento com a sociedade ‘europeia’.”



rítimas da época, ao lado de Espanha, Inglaterra e Holanda, se preocupou inicialmente com a exploração do pau-brasil por meio da mão-de-obra de colonos. A valorização, por conseguinte, do açúcar, no mercado mundial da época, muda o panorama do modo de produção português, que passa a explorar o novo produto com mais ímpeto, a partir de meados do século XVI.

Para tal empreendimento, o sistema de exploração colonial necessitava de mão-de-obra em larga escala, pois, a cana-de-açúcar, com valor elevado no mercado internacional, necessitava de longas faixas de terras e de muito braço

ataques diretos aos senhores e seus prepostos (NOBRE, 2008).

Segundo Gomes (2005), em 1583, existiam 66 engenhos somente em Pernambuco com dois mil escravos, sendo que os índios perfaziam dois terços desta força de trabalho empregada na produção de açúcar, que, na América portuguesa, se tornara na principal cultura monocultora. Entre 1583 e 1585, o número de engenhos dá um salto extraordinário no Brasil, oscilando entre 108 e 128 propriedades, mais da metade deles fincados em Pernambuco. Percebam, neste sentido, como este estado nordestino vem se tornando um concentrador de escravos. Estes, por seu turno, em sua maioria, de acordo com Gomes, são originários de Angola. Este historiador mostra que o tráfico vindo de Angola injetou entre 1600 e 1625 ao redor de 150 mil escravos, e 50 mil de 1625 a 1670. Levando em conta também o contrabando de “almas negras”, o número era outro, ou seja, entre 1650 a 1700, na verdade, segundo Gomes, entre 360 e 500 mil africanos de Angola entraram no Brasil. “De 1620 a 1623, o volume anual do

sa, fechada, áspera, conhecida apenas como Palmares, que começava na parte superior do rio São Francisco e ia terminar sobre o sertão do Cabo de Santo Agostinho. Era uma região cheia de árvores, rica em todo tipo de vegetação, rios, montanhosa, onde nunca os portugueses chegaram a explorar, localizada entre Serinhaém (Pernambuco) e Viçosa (Alagoas) FREITAS (1978).

Assim, esse grupo de fugitivos – escravos da etnia jaga, de Angola – começa a estabelecer a primeira povoação. Mais à frente, os historiadores iriam chamar de Palmares, a terra dos escravos. Deste local, os fugitivos pensaram mais longe: construir um modo de vida alternativo ao mundo colonial, onde, aliados à cultura que traziam da África, puderam permanecer livres da perseguição colonial e instaurar os primeiros modos de vida organizada no mato por meio da criação de choças, do cultivo de mandioca e frutas, da pesca e da caça (CARNEIRO, 2000).

Cinco anos depois da fuga dos 40 escravos, o governador-geral de Pernambuco ordenou a um colaborador, Bartolomeu Bezerra, que

4. Santos (2006), ao discorrer sobre a personalidade de Zumbi, mostra que existe farta documentação para se ampliar o entendimento do quilombo de Palmares. Aliás, existe sempre uma tradição portuguesa de produção de vasta produção documental.

5. Os arqueólogos Funari e Carvalho (2005) mostram que Palmares era uma sociedade sofisticada, que mantinha relações com outros grupos étnicos ou europeus ou africanos. Assim, era uma sociedade aberta para o mundo. Sustentam eles: “a identidade palmarina ter-se-ia consolidado através de contatos e da fusão de diferentes culturas coloniais, européias e africanas” (p. 51).

marchasse contra “os negros alevantados de Palmares”. A empreitada, no entanto, não deu certo, pois os palmarinos se tornavam “invisíveis” no mato. Alguns “alevantados” foram presos, é certo, mas a existência de Palmares se propagou pela região.

Assim, mais escravos fugiam para Palmares, que engrossa sua população e logo os portugueses perceberam que os antigos cativos estavam construindo um novo tipo de sociedade, com apoio de táticas de guerrilha, que crescia e desafiava o sistema colonial.

Esta primeira fase palmarina (1596 a 1630) teve duas expedições repressivas contra eles e cerca de seis ataques dos negros às povoações próximas, segundo a perspectiva metodológica de Alves Filho (1988, p. 13). Gomes (2005), por sua vez, detalha que antes de Palmares já havia mocambos na Bahia e em Sergipe, mas nada igual aos acampamentos negros da serra da Barriga.

vista disso, não se preocuparam somente em se defender, mas estabelecer um novo modelo organizacional de rebeldes ao então sistema colonial. Assim, na serra da Barriga pontuava, em termos populacionais, um sincretismo étnico onde se podia encontrar africanos, afro-brasileiros, mamelucos (filhos de brancos com índios), índios, brancos pobres e mestiços em geral.

No entanto, este mesmo contingente populacional, contraditoriamente, podia servisto engrossando também as tropas colonialistas encarregadas de acabar com o quilombo e recuperar os fugitivos. Ou seja, a Coroa portuguesa também manipulava os sentimentos de liberdade e ascensão dos diversos grupos étnicos dos baixos

metodológico. Segundo ele, Palmares era constituída de nove mocambos ou cidades distintas, às vezes um deles ostentando o nome do chefe do microquilombo, os quais eram distantes ou próximos de Macaco, a capital do estado negro. Os demais mocambos eram Amaro, Andalaquituche, Acotirene, Tabocas, Zumbi, Osenga, Subpira, Dambraganga.

Gomes, por seu turno, durante o período de existência palmarina, destacou ter havido cerca de 20 mocambos que cons-

tituíam o quilombo de Palmares. Subupira, por exemplo, era a cidade onde os jovens aprendiam a arte da guerra e os ferreiros produziam as armas de combate (foices, machados, arcos, lanças, flechas etc.). Documentos coloniais

“logo os portugueses perceberam que os antigos cativos estavam construindo um novo tipo de sociedade, com apoio de táticas de guerrilha, que crescia e desafiava o sistema colonial.”



O crescimento do território apropriado pelos palmarinos também foi expressivo porque Pernambuco vinha sendo atingido por várias epidemias entre 1630 e 1660. “Fugir das plantações e dos engenhos em direção aos mocambos poderia ser também uma estratégia para escapar da morte”, conta Gomes (2005, p. 53), detalhando uma das causas do surgimento dos mocambos em Pernambuco. Assim, durante todo o processo de luta palmarina (1596-1716), quase um século e meio, teria havido 66 expedições repressivas ao quilombo e 31 revides das forças palmarinas aos povoados coloniais (ALVES FILHO, 1988, p. 11).

Estrutura palmarina

Já é consenso entre os novos historiadores que se debruçaram sobre o fenômeno palmarino que a serra da Barriga não só acomodava um ajuntamento de negros fugidos e resistentes ao colonialismo. Ao contrário, o crescimento de Palmares demonstrou que os fugitivos criaram um estado negro ou uma sociedade negra com características bem definidas, e que, em

estratos de Pernambuco e Alagoas, prometendo a estes terras dominadas pelos negros (as mais férteis das duas capitânicas), caso Palmares se extinguisse. Assim, terços, milícias ou grupos de homens pobres (índios, mamelucos, crioulos, mestiços etc.) também lutavam contra homens que tinham o mesmo status social que eles, ou seja, os ex-escravos. Só que estes fugitivos resolveram enfrentar diretamente as elites da época, enquanto os demais se acomodaram em servir ao senhor português.

Os casos mais notórios dos estratos pobres inimigos dos palmarinos eram o Terço de Crioulos ou Terço dos Henriques, montado pelo negro liberto Henrique Dias, e o exército de silvícolas do índio Felipe Camarão, chamado de Terço de Camarão, que atuaram contra a invasão holandesa e se destacaram em combater os rebeldes da serra da Barriga (ALVES FILHO, 1988).

Alves Filho é considerado um dos mais perucientes estudiosos de Palmares. Neste sentido, para demonstrar a complexidade da sociedade palmarina, vamos nos valer de seu esquema

calculavam a população de Palmares entre 20 a 30 mil fugitivos. Segundo Alves Filho, Palmares estava organizado em quatro instituições, quais sejam:

a) Aparelho administrativo – incubia-se de coletar, à maneira de impostos, os excedentes agrícolas destinados à troca com habitantes dos vilarejos coloniais. Como os palmarinos eram policultores, tinham mais capacidade produtiva para se abastecer e ter excedentes de troca, enquanto as capitânicas viviam na miséria, expostas às epidemias e tendo alto grau de insalubridades nos povoados. Neste sentido, os colonos dos vilarejos tinham nos palmarinos como “parceiros” expressivos para seus negócios de abastecimento agrícola.

b) Aparelho judiciário – por meio de um conselho de quilombolas, aplicava a legislação, principalmente no que se refere à punição dos delitos cometidos pelos que viviam nos mocambos. Este aparelho teve destacada atuação durante o período em que Zumbi governou Palmares (1678-1695), quando, alguns historiadores alegam que o líder palmarino

instaurou uma espécie de “ditadura”, com leis draconianas para quem cometesse “crime” ou desertasse.

c) Aparelho militar – era hierarquizado e permanente. Estava assim estruturado: comandante-em-chefe, general das armas, oficiais, soldados. Algumas tarefas da esfera militar – formação de milícias e treinamento da população para a defesa – envolviam a mobilização de todos. O mocambo de Subpira, no alto da serra da Barriga, era a cidade-militar, onde os guerreiros se formavam e treinavam para a defesa de Palmares.

d) Aparelho político – assembleias elegiam os chefes militares de cada quilombo. Não havia meio de saber em que circunstâncias se realizavam as reuniões ordinárias ou se elas eram instituições permanentes. Mas, nas emergências, assembleias gerais eram convocadas. Nelas, toda a população adulta tinha

colocação de fossos com estrepes, antes das grandes cercas que protegiam os quilombos. Estes fossos com estrepes via regra matavam ou aleijavam os inimigos.

Os chefes palmarinos, por seu turno, montaram ainda uma rede de espionagem onde os colonos das cidades e vilarejos – em troca dos produtos da policultura dos mocambos e por pedaços de terras palmarinas – informavam antecipadamente aos ex-escravos sobre a ida de expedições punitivas.

Além disso, as alianças palmarinas se estendiam até altas figuras da colônia, que mantinha secretamente transações com os

e fortes com o território em guerra e eram capazes de oferecer resistência incomum aos “invasores”. No entanto, não só de vitórias viveu o quilombo. Em diversas ocasiões, mocambos

inteiros foram destruídos pelas tropas da ordem, centenas de homens/mulheres foram mortos e muitos retornaram reescravizados a Pernambuco.

No entanto, o problema é que mesmo destruídos por alguma

expedição, os quilombos renasciam em outros pontos da serra, e tornavam cada vez mais penosa sua demolição pelos portugueses. Assim, durante, pelo menos 120 anos, o quilombo de Palmares se tornou o maior problema para o colonialismo português no Brasil e

“Assim, durante pelo menos 120 anos, o quilombo de Palmares se tornou o maior problema para o colonialismo português no Brasil e também uma sociedade antagônica ao modelo dominante da época poucas vezes vista nas Américas.”



direito a fala e votar nas decisões. O principal dirigente palmarino era eleito por uma assembleia de chefes de quilombos.

Táticas palmarinas

Por que Palmares durou mais de um século?

A partir de agora, vamos enumerar esquematicamente, algumas razões de permanência palmarina entre os séculos XVII e XVIII. Em primeiro lugar, Portugal nunca teve um exército organizado e estável para combater os quilombos. As milícias reescravistas eram formadas, em geral, por índios, crioulos, presidiários, colonos, mamelucos e sempre havia indisciplina e deserções. Em segundo lugar, os palmarinos desenvolveram diversas táticas de guerrilha. Não enfrentavam diretamente o inimigo e os atraía para armadilhas mortais, como a

chefes dos quilombos. Aliada a isto, havia notável corrupção entre as elites de Pernambuco, e as expedições muitas vezes eram montadas visando altos lucros que teriam com a recuperação dos escravos e das terras dos palmarinos (FREITAS, 1978).

“nas emergências, assembleias gerais eram convocadas. Nelas, toda a população adulta tinha direito a fala e votar nas decisões. O principal dirigente palmarino era eleito por uma assembleia de chefes de quilombos.”

alvo – os quilombos – e facilitavam os ataques dos ex-escravos.

Outro fato pouco abordado pela historiografia é que Palmares, pelo menos, teve três gerações de homens e mulheres que nasceram nos mocambos – como é o caso de Zumbi – e que cresceram sem conhecer a escravidão.

Neste sentido, tinham identificações amplas

também uma sociedade antagônica ao modelo dominante da época poucas vezes vista nas Américas.

A crise entre Ganga-Zumba e Zumbi

Em 1678, Ganga-Zumba era a autoridade máxima em Palmares, era o Grande Chefe ou o Grande Senhor, segundo a hierarquia palmarina. Ele era um negro da etnia arda, alto, forte, corajoso e destemido. Naquele momento delicado, Palmares estava fragilizada, pois, embora se mantivesse em pé, as expedições portuguesas enfraqueceram o sistema defensivo palmarino. Muitos quilombos eram obrigados a mudar de posição geográfica, tendo os inimigos em seu encalço.

O então governador-geral de Pernambuco, Pedro de Almeida, percebeu a situação, mas sabia que não tinha condições de acabar com Palmares. Vários chefes retornavam a Pernambuco alegando que tinham destruído o quilombo e este ressurgia das cinzas. Almeida, então, envia um emissário do terço dos Henriques a Macaco, capital palmarina,

e propõe um acordo com Ganga-Zumba, ou seja, que os palmarinos fiquem na região conhecida como Cacaú, sob a proteção real, onde poderiam cultivar a terra. O acordo incluía também:

- a) Liberdade para os negros nascidos em Palmares.
- b) Os palmarinos poderiam continuar mantendo trocas comerciais com taberneiros, comerciantes e vendeiros da região.
- c) As terras de Cacaú seriam demarcadas pela Coroa.
- d) Novos cativos que fugissem para Palmares deveriam ser devolvidos para as autoridades coloniais.
- e) A partir da assinatura do acordo, os palmarinos passariam a ser vassallos do rei.

Ganga-Zumba foi a Recife, ratificou o acordo e foi nomeado oficial do Exército português. Ele

observação na orla das matas. Despachou agentes para reunirem armas e munições. Reforçou fortificações de Macaco a ponto de torná-la quase inexpugnável. Finalmente, decretou a lei marcial: os que tentassem desertar para Cacaú seriam passados pelas armas.

A partir dali, o nome de Zumbi passou a frequentar com assiduidade a documentação colonial com os portugueses ora lhe rogando assinatura de propostas de paz, ora o amaldiçoando, outras vezes, o elogiando. Ao contrário da gestão de Ganga-Zumba, que se valia bastante das mudanças territoriais do quilombo para desaparecer das vistas das tropas colonialistas (quilombo-móvel), na gestão de Zumbi o enfrentamento era direto (quilombo-fixo). Por 17 anos, então, Zumbi venceu todas as batalhas contra as tropas portuguesas. Isto fez com que a população nordestina acreditasse que ele fosse imortal (FREITAS, 1978).

Zumbi. Velho não desistiu e recebeu mais reforços vindos de Pernambuco e de Alagoas. Os exércitos mercenários, juntamente com os terços de negros e índios, já formavam cerca de 9.000 homens.

Na segunda investida, em 1694, as tropas colonialistas conseguem construir uma cerca em torno de Palmares durante a noite e instalam seis canhões de frente para paliçadas. Perplexos, os palmarinos percebem que os inimigos, agora, estão mais perto deles. Zumbi ordena resistência máxima. Mas os tiros de canhão abrem os flancos nas cercas e as colunas inimigas avançam para dentro de Macaco. Velho, mais tarde, conta que, nos primeiros combates, cerca 200 palmarinos foram degolados. Zumbi, por seu turno, com alguns de seus homens de confiança, consegue fugir do cerco, mas Macaco cai nas mãos inimigas e 519 pessoas são presas, a maioria mulheres e crianças.



e seu grupo migram para Cacaú, mas Zumbi, importante liderança militar, o general-das-armas de Palmares, ignora o acordo e opta por permanecer em Macaco, a capital palmarina.

Assim, surgiu a grande divergência no quilombo. Zumbi atraía para suas fileiras grande número de aliados, e assim, acaba se tomando o lugar de Ganga-Zumba, se tornando, por conseguinte, no novo Grande Senhor de Palmares. Este, por seu turno, preso na armadilha portuguesa, vê o tratado sendo boicotado por fazendeiros, comerciantes e donos de engenho. Enfraquecido e sem capacidade de recompor suas milícias, Ganga-Zumba morre envenenado por partidários de Zumbi, infiltrados em Cacaú. Com a confirmação de Zumbi como Grande Senhor, este toma medidas rigorosas para o reestabelecimento de Palmares.

Vejamos como foi isso segundo Alves Filho (1988, p. 124):

Deslocou povoações inteiras para lugares remotos. Incorporou às milícias e submeteu o adestramento intensivo todos os homens válidos. Multiplicou os postos de vigilância e

A morte de Zumbi

Por volta de 1693, Caetano de Melo e Castro assumiu o Governo de Pernambuco, com ordens para acabar definitivamente com Palmares. Além de muito dinheiro, ele trouxe de Portugal farto material bélico. Enquanto crescia a miséria e as secas em Pernambuco, a fertilidade dos solos da serra da Barriga progredia. Isso motivou Melo e Castro a instigar o ódio dos colonos contra os palmarinos e a contratar o bandeirante Domingos Jorge Velho para comandar as maiores empreitadas que dali para frente demandou contra Palmares.

Na primeira tentativa contra o quilombo, as tropas de Velho foram repelidas pelos palmarinos, que, segundo os atacantes, contaram com a ajuda de um general mouro para construir as cercas e os estrepes de Macaco. Esse mouro se tornara assessor militar de

É o prenúncio do fim da cidadela negra.

O grupo de Zumbi, por conseguinte, se esconde na serra Dois Irmãos, próxima da serra da Barriga, onde, dali, pensa em refazer Palmares. Para sustentar sua segurança, Zumbi anda sempre com 10 a 15 homens. As autoridades militares ficam

sabendo que os negros pretendem retomar a construção de Palmares e voltam a intensificar as rondas nas duas serras.

Em setembro de 1695, os moradores de Penedo, em Alagoas, numa ação de vigilância nas redondezas da cidade, capturam o mulato Antonio Soares, um dos principais auxiliares de Zumbi. Os moradores pretendem levá-lo a Pernambuco, mas no meio do caminho topam com a coluna comandada pelo paulista Furtado de Mendonça, que decide ficar com o prisioneiro, que, após torturas, revela o esconderijo de Zumbi.

“Em setembro de 1695, os moradores de Penedo, em Alagoas, numa ação de vigilância nas redondezas da cidade, capturam o mulato Antonio Soares, um dos principais auxiliares de Zumbi.”

Os milicianos decidem ir ao novo mocambo

Naquela ocasião, Zumbi estava acompanhado apenas de seis guardas. Antonio Soares se destaca do grupo e vai em direção a Zumbi. Ele esfaqueia o líder palmarino, dando sinal para o avanço das tropas de Furtado de Mendonça. Os soldados se lançam sobre Zumbi, alguns são mortos e feridos pelo palmarino, que, no entanto, devido à desvantagem numérica, não resiste e morre. Era 20 de novembro de 1695. Zumbi é degolado e sua cabeça levada para Recife e exibida num poste. Era o recado das autoridades portuguesas para explicar a população que Zumbi não era imortal. No entanto, Palmares, através de novos quilombos, persistiu até 1716, em outras serras da região, por meio de novos seguidores de Zumbi.

Zumbi/Palmares como símbolo

Em 1986, o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, atendendo aos

Os empresários da Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) recorreram da decisão da Câmara Municipal na justiça, pois, alegaram que havia feriados demais na cidade. E que a nova paralisação comemorativa iria provocar grandes perdas na economia fluminense.

O autor da proposição honorífica perde nas primeiras instâncias e o caso vai parar nos tribunais superiores. Assim, o Supremo Tribunal Federal (STF), mais tarde, garante que o chamado feriado de Zumbi – como havia sido chamado na ocasião – não afeta a Constituição.

Adiante, em 2002, a então governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva (PT) sancio-

percebido que o número de adesões ao feriado tendia aumentar.

Em 2009, ao vir ao Rio de Janeiro para inaugurar o monumento ao marinheiro negro João

Candido, na Praça XV, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou que o 20 de novembro deveria se transformar em feriado nacional devido

ao crescimento de adesões municipais à data comemorativa.

Para se ter uma ideia da influência/representação que o monumento de Zumbi da Praça Onze teve ao longo destes 25 anos, no estado do Rio de Janeiro, existem, hoje, em bairros e cidades, mais seis monumentos ou bustos homenageando Zumbi, nos seguintes locais: Ponto

“Era 20 de novembro de 1695. Zumbi é degolado e sua cabeça levada para Recife e exibida num poste. Era o recado das autoridades portuguesas para explicar a população que Zumbi não era imortal.”



apelos do movimento negro do PDT, ergueu, na avenida Presidente Vargas, próximo da Central do Brasil, o Monumento a Zumbi dos Palmares. Era uma homenagem ao guerreiro palmarino que enfrentara e vencera durante 17 anos as tropas coloniais portuguesas. Era também o primeiro monumento brasileiro dedicado a um líder negro dos marginalizados coloniais cujo nome/ações eram desconhecidas pela maioria da população brasileira.

Dando prosseguimento à revisão de Zumbi como grande herói negro nacional, em 1997, o então prefeito César Maia, a contragosto, sancionou o projeto de lei do então vereador Edson Santos (PCdoB) – depois de aprovado por ampla maioria na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro – instituindo o 20 de novembro (dia da morte de Zumbi) como feriado municipal.

na outro projeto idêntico – da então deputada estadual Cida Diogo (PT) – estabelecendo o 20 de novembro como feriado estadual. Assim, dali em diante, o feriado de Zumbi atingia os 97 municípios fluminenses.

Desse modo, os afrodescendentes do Rio de Janeiro se tornaram os protagonistas

em relembrar o quilombo de Palmares/Zumbi, ao lado de seus representantes no Legislativo municipal e estadual. Este fato – originado numa cidade que tradicionalmente é

a caixa de ressonância nacional – impactou o Brasil negro em diversos caminhos.

Assim, mais tarde, em 2010, a Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial (SEPPIR) do Governo Federal identifica cerca de 1.200 municípios brasileiros que declararam o 20 de novembro como feriado, seguindo o exemplo pioneiro fluminense. Também foi

Chic, bairro de Padre Miguel, na zona oeste; calçadão de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense; Centro, em Volta Redonda; Praça Central, em São Fidelis; em Búzios, no quilombo de Búzios; e em Petrópolis, no Centro.

Desse modo, Zumbi é o grande herói nacional para os negros fluminenses.

Mas também existem homenagens em outros estados. Em Salvador, foram erguidos dois monumentos em homenagem a Zumbi. No interior de São Paulo, algumas cidades têm homenagens idênticas. Em Maceió, o principal aeroporto do estado chama-se Zumbi dos Palmares. E muitos bairros e cidades brasileiras foram homenageados com o nome de Zumbi.

Uma das grandes confirmações de Zumbi como vulto histórico afro aconteceu após a passeata organizada pela militância negra, em 1995, em Brasília, quando os afrodescendentes prestaram homenagem aos 300 anos da morte do grande líder palmarino.

O movimento chegou próximo do Palácio do Planalto e o então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) acabou recebendo

“Uma das grandes confirmações de Zumbi como vulto histórico afro aconteceu após a passeata organizada pela militância negra, em 1995, em Brasília, quando os afrodescendentes prestaram homenagem aos 300 anos da morte do grande líder palmarino.”

uma comissão de militantes. Também lhe foi entregue um documento formatado pelos líderes da manifestação. Antes desta manifestação, em 1988, os negros fluminenses organizaram uma passeata “contra a farsa” dos 100 anos da abolição, que foi barrada pelo Exército, quando milhares de negros passavam pela porta do antigo Comando Militar Leste, ao lado da Central do Brasil. Nesta passeata, os manifestantes traziam cartazes com a frase: “Valeu, Zumbi”.

Depois da manifestação dos 300 anos de Zumbi, em Brasília, FHC criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) destinado a coordenar políticas de promoção da igualdade racial entre os ministérios tucanos, que, mais tarde, virou Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no primeiro governo Lula da Silva.

Em síntese: por que Palmares/Zumbi

Parque Nacional de Zumbi dos Palmares, na cidade de União dos Palmares.

No entanto, a construção do mito de Palmares/Zumbi parece que começou no início do século XX. Segundo Gomes, após a abolição, Zumbi transformara-se em tema da militância política. As associações operárias, os partidos comunistas e a chamada “imprensa negra” retomaram em títulos, inscrições e pequenos textos nas décadas de 1920 e 1930, o que se chamou de ‘Epopéia de Zumbi’ (2005, p. 33).

No final da década de 1920, Palmares seria evocado por Astrogildo Pereira na obra “A classe operária”, jornal do Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1935, Aderbal Jurema, outro intelectual comunista, dedicaria algumas páginas do seu livro “Insurreições negras” para falar de Palmares.

Antes, o personagem também surgiu no

_____. *O quilombo de Palmares*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. São Paulo: Graal, 1978.

FREITAS, Mário Martins de. *Reino negro de Palmares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1988.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. *Palmares: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

GLASGOW, Roy. *Nzinga*. São Paulo: Perspectivas, 1982.

GOMES, Flávio. *Palmares*. São Paulo: Contexto, 2005.

KEITH, Henry H. ; EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LANDMANN, Jorge. *Tróia negra: a saga de Palmares*. São Paulo: Mandarin, 1998.

MACEDO, José Rivair (org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MOORE, Carlos. *A África que incomoda: sobre a problema-*

provoca tanto fervor militante que resultam em homenagens a ele, com monumentos edificados pelo poder público de diversas cores ideológicas pelo Brasil? Em parte porque os militantes negros encontraram um representante simbólico à altura, vencedor de diversas batalhas contra as tropas coloniais, rico em metáforas de resistência e grande guerreiro das causas dos marginalizados.

O “mito” palmarino para os militantes negros ficou mais claro, em 1978, quando o Movimento Negro Unificado (MNU) foi criado, em São Paulo, que, em seguida, se espalhou por outros estados do Brasil. Naquela ocasião, depois de congressos internos, os militantes negros decretaram o 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”, em homenagem a morte de Zumbi, em 1695.

Hoje, em todas as capitais e em cidades de porte médio, o 20 de novembro é saudado por shows, atos públicos, manifestações, lançamentos de livros, seminários e congressos. Na serra da Barriga, organiza-se extensa programação, com milhares de pessoas visitando o

romance histórico de Jayme Altavilla “O quilombo de Palmares”, segundo Gomes (2005, p. 34). Nos anos 1960, os guerrilheiros de esquerda que lutaram contra a ditadura militar (1964-1985) criaram o grupo “VAR Palmares”, numa homenagem a Zumbi e ao quilombo ●

Carlos Nobre Professor da PUC-Rio e Mestre em Ciências Penais pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Autor de cinco livros, entre eles, “O negro na Polícia Militar: cor, crime e carreira” (2010), “Mães de Acari: uma história de protagonismo social” (2005) e “Sêmen celestial” (2003). Coordenador da Coleção Personalidades Negras, da Editora Garamond.

Referências

ALVES FILHO, Ivan. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, 1988.

BOURDOUKAN, Georges. *A incrível e fascinante história do capitão Mouró*. São Paulo: Sol e Chuva, 1997.

CARNEIRO, Edison. *Antologia do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

tização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandayala, 2008.

NOBRE, Carlos. O controle penal do escravo: crime e polícia no Rio de Janeiro. *Revista IMES*, São Caetano do Sul, v. 9, n. 14, p. 93-106, 2008

PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

PERET, Benjamin. *O quilombo de Palmares*. São Paulo: Fenda Edições, 1955.

SANTOS, João Felício dos. *Ganga Zumba*. São Paulo: Circulo do Livro, 1985.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Na rota dos tubarões: o tráfico negreiro e outras viagens*. Rio de Janeiro: Pallas, 2008.

_____. *Zumbi*. São Paulo: Global, 2006.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória d'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Alberto da Costa. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

_____. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

_____. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, Fernando Correia. *Os libertadores*. São Paulo: Cultrix, 1991.

A contribuição do PSOL na luta contra o racismo

Apesar de jovem, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) tem dedicado, em sua atuação institucional e partidária, especial atenção à luta dos afrodescendentes contra o racismo e a discriminação racial. Desta forma, a relação entre as aspirações do movimento negro e dos descendentes de africanos e o PSOL tem se orientado pelo respeito e diálogo mútuos. Como partido e no parlamento, o PSOL vem denunciando o racismo em suas diferentes formas como o extermínio da juventude negra, a intolerância com as religiões de matriz africana, as tentativas de atacar e atuado na defesa dos valores e tradições afrobrasileiros.

Por **Ivan Valente e Hamilton Assis**

Tradicionalmente, a relação entre os partidos políticos e a comunidade negra foi pautada por relações fisiológicas e de clientelismo em que “lealdades” e “compromissos” se formam e desfazem de acordo com os interesses dos políticos profissionais. Como também pela ineficácia dos partidos de esquerda entenderem e incorporarem as questões raciais em sua estratégia revolucionária. O intérprete Bezerra da Silva immortalizou em música a figura do político Caô-Caô – conhecido pelos discursos inflamados, em suas demonstrações exageradas de afeição à população pobre e favelada, em sua maioria negra – que, depois de eleito dá as costas ao povo e o ignora. Esta prática originalmente ligada a políticos conservadores, da direita brasileira, espalhou-se no espectro político brasileiro e assumiu diferentes colorações. Hoje, infelizmente, partidos como o PT substituem o apoio às reivindicações dos movimentos sociais e, por extensão, do movimento negro, por acordos “por cima” e de bastidores que desestimulam a mobilização de “baixo para cima”, por dentro e contra a ordem dominante.

Na contracorrente desta desideologização dos partidos – que hoje, com algumas exceções, se assemelham mais a grupos de interesses privados e lobistas – o PSOL reafirma sua identidade política e programática travando a luta cotidiana, junto com o povo e os setores combativos do movimento sindical, popular, negro, de mulheres, LGBTT e indígena. Para o PSOL, seja no parlamento ou na ação partidária propriamente dita, a incorporação das plataformas de luta dos movimentos sociais é uma forma de afinar seus instrumentos, torná-los

mais harmonizados com as práticas concretas dos que se insubordinam contra a ordem dominante e, por fim, contribuir para a consolidação de uma identidade política própria. Malgrado a pequena presença institucional do PSOL, podemos afirmar que ele vem contribuindo de maneira ímpar para visibilizar, no Congresso Nacional, e através das candidaturas do partido, a necessidade de um radical programa de superação do racismo e de reparações ao povo negro que foi vítima do racismo.

Os mandatos de Ivan Valente (PSOL/SP), Chico Alencar (PSOL/RJ) e Jean Willys (PSOL/RJ) – na Câmara – e Marinor Brito (PSOL/PA) e Randalfe Rodrigues (PSOL/AP) – no Senado Federal – têm tentado contribuir para dar “voz aos que não têm voz” (aqui em uma alusão ao programa de rádio que o pantera negro Mumia Abu Jamal, no cárcere, mantém aos seus ouvintes nos Estados Unidos). Na defesa das minorias – o geógrafo Milton Santos preferia o termo “minoridades” – formada por negros, mulheres, homossexuais e afro-religiosos. Por sua vez, tem atuado em defesa da liberdade de expressão e de um debate público sobre a legalização da maconha em nossa sociedade quando são conhecidos os rastros de violência, dor e terror deixado pela atual política de “guerra das drogas” – apoiada pelo imperialismo norte-americano – nos territórios negros das grandes cidades de nosso país. Também é importante destacar a ação do deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL/RJ), na defesa dos direitos humanos e na luta contra os “autos de resistência” que mascaram a prática do extermínio desenvolvida pelo aparato de repressão policial.

Nas eleições de 2010, o PSOL apresentou uma chapa presidencial que teve como candidato à

Presidência Plínio de Arruda Sampaio e, na vice, o pedagogo, sindicalista e militante do movimento negro, Hamilton Assis. O PSOL foi o único partido, dos principais que concorreram à presidência, que denunciou o caráter racial de nosso sistema prisional e a discriminação contra os negros. A crescente onda de intolerância contra as religiões de matriz africana – apoiada e financiada por religiosos extremistas e intolerantes – tem-nos obrigado sistematicamente a enfrentar este tipo de mentalidade retrógrada e conservadora e reafirmar a laicidade do Estado brasileiro.

Por fim, tivemos uma postura – como partido – de frontal oposição ao processo de esvaziamento do Estatuto da Igualdade Racial que foi aprovado com base em um “acórdão” envolvendo o PT e o DEM e retirou do texto original conquistas e garantias imprescindíveis para o povo negro. Evidentemente precisamos ainda avançar muito. É necessário que o debate sobre a natureza da questão racial e a luta contra o racismo tenham uma maior centralidade entre nossa militância e reverbere com mais intensidade entre nossos quadros e dirigentes. Para isso, entendemos que a formação de um Setorial de Negras e Negros é uma ferramenta indispensável na consolidação deste processo. É necessário afirmarmos, na prática, na coerência e no compromisso cotidiano um projeto partidário plural, negro e socialista ●

Ivan Valente Deputado federal (PSOL-SP).

Hamilton Assis Pedagogo, militante da Intersindical e do Círculo Palmarino e candidato a vice-presidência pelo PSOL em 2010.

Trabalho, educação e racismo: na luta por igualdade, combater as discriminações!

Quando falamos sobre a relação entre racismo e trabalho devemos ter em mente como este processo se desenvolve a partir das dificuldades enfrentadas pela população negra (desde a entrada no mercado de trabalho até casos em que sofre assédio moral). Entender estas diferentes etapas é importante para que possamos desenvolver políticas públicas e diminuir os obstáculos e as dificuldades que se interpõem a esta grande parcela da população formada por afrodescendentes.



Por **Paulo Sérgio da Silva**

Desigualdades raciais no mercado de trabalho

A primeira dificuldade é o acesso à formação profissional. Se partirmos do princípio de que a população negra é a de menor poder aquisitivo (e automaticamente a que depende de um maior investimento em políticas públicas de educação), temos, logo, uma enorme disparidade dado que os melhores cursos de formação profissional dependem de investimento financeiro individual. **Seja no campo da educação pública – através das universidades e escolas técnicas – ou na formação superior ou técnica privada – o negro deve dispor de recursos, materiais e culturais, que – caso tenha conseguido acumular – foi resultado de muito esforço e sacrifício individual ou familiar. Ele tem que superar barreiras e estigmas raciais que marcam de forma indelével sua trajetória. Este processo não se desenvolve – pelo menos com a mesma intensidade – entre brancos pobres ou em posição remediada.**

Quando consegue se qualificar, o negro enfrenta outro problema: encontra uma nova barreira na seleção entre outros candidatos. Existe uma resistência de alguns empresários capitalistas e dos setores de recrutamento e de recursos humanos na contratação de candidatos negros. Isto é reflexo de nossa sociedade que é racista, mas não se assume como tal. É

fácil analisar diversas categorias de trabalhadores no Brasil e notar um “branqueamento”, principalmente nas áreas de gerência, supervisão e liderança.

De acordo com os dados do INEP/MEC dos formados que fizeram o provão em 2000 nos cursos de Administração, Direito, Medicina Veterinária, Odontologia, Medicina, Jornalismo e Psicologia, dentre outros, mais de 80% é constituído por brancos (respectivamente, 83,3%, 84,1%, 84,9%, 85,9%, 81,6%, 81,5% e 83,3%). Nos mesmos cursos, os negros aparecem com os seguintes percentuais: 1,6%, 2,0%, 1,1%, 0,7%, 1,0% 2,9% e 1,6% comprovando a baixa oportunidade para os negros na universidade.

Outro ponto crucial refere-se à situação da mulher negra que – além de sofrer o preconceito por ser negra – vê recair sobre si a questão de gênero. Logo, a mulher negra trabalhadora sofre um duplo preconceito e em muitos casos é ainda responsável por manter a renda familiar.

Portanto, o negro e a negra no mercado de trabalho, no Brasil, precisam o tempo todo provar “algo mais” para serem contratados, não basta a formação, não basta a experiência.

Por último, o problema da ascensão profissional. Hoje cada vez mais as empresas criam barreiras e dificuldades à promoção dos trabalhadores e estabelecem, para isso, um sem número de pré-requisitos a serem cumpridos.

É comum os(as) trabalhadores(as) negros(as) sofrerem assédio moral e permanecerem grandes períodos estacionados em suas carreiras profissionais.

Conclusão

O grande desafio é provar que a sociedade brasileira é racista. Por consequência, este racismo também está presente nas relações de trabalho e reproduz a visão da classe dominante desde os meios de comunicação, educação e político. Para isso, a sociedade brasileira deve se unificar para combater o preconceito e a discriminação racial dos locais de trabalho (empresas, fábricas e repartições públicas). Devemos seguir o exemplo do governo e do povo cubanos que se uniram na construção de uma sociedade justa e socialista e hoje forma os melhores médicos (de todas as raças e cores) que atuam, por exemplo, de forma heróica em apoio ao povo haitiano¹ ●

Paulo Sérgio da Silva Diretor do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre, presidente do PSOL Canoas-RS e militante do movimento negro gaúcho.

Referências

- 1 “Médicos cubanos lideram combate à cólera e mantêm prestígio no Haiti”. Opera Mundi. Disponível em: http://operamundi.uol.com.br/entrevistas_ver.php?idConteudo=142. Último acesso: 07/07/2011.

Movimento negro e luta de classes no Brasil

(Um resumo histórico)

Por **Mário Makaíba**

Introdução

A trajetória do movimento negro no Brasil veio se forjando num processo de re-elaboração estratégica de construção de um movimento de massa, em cada conjuntura histórica da luta de classes, desde a abolição (1888) até os nossos dias. Nesse processo foram criadas várias organizações com base na identidade racial, com alguns de seus setores fazendo alianças e assumindo compromissos com diversas forças políticas e ideológicas, da “direita” à esquerda marxista. Entre essas tantas organizações destacaremos aqui, por suas características de movimento de massa e perfis ideológicos opostos, a Frente Negra Brasileira e o Movimento Negro Unificado.

A Frente Negra:

Por Deus, Pátria, Raça e Família

A década de 30 do século passado foi um período agitado na história da luta de classes no Brasil. Começou com uma revolução constitucionalista, viu surgirem movimentos de esquerda, como a intentona comunista, e de direita, como a ação integralista, e terminou com um golpe de estado em 1937 – o Estado Novo populista de Getúlio Vargas. Foi no meio dessa conjuntura de fogo cruzado que se deu a fundação da Frente Negra Brasileira, em 1931. Como toda frente política, a FNB abrigou diversas tendências, não sem conflitos – onde, inclusive, se encontravam monarquistas com simpatias pelo fascismo. Mas, todos frentegrinos se enquadravam na ideologia conservadora nacionalista de “Deus, pátria, raça e família”, subtítulo do jornal da Frente, “A Voz da Raça”. Apenas no termo “raça”, é que o lema da frente se diferenciava do movimento integralista. A frente chegou a transformar-se em



partido em 1936, com intenções de participar do processo eleitoral. Mas, suas pretensões foram abortadas com a instauração da ditadura varguista, em 1937, que extinguiu todas as organizações políticas da época. No período de duração da ditadura estadonovista (1937-1945), foi impossível organizar qualquer movimento contestatório, fosse de classe ou de raça. Nessa fase, a luta antirracista negra se limitou à afirmação racial no culto à Mãe-Preta em defesa da “segunda abolição”.

Do fim da ditadura varguista até o golpe militar de 1964, abriu-se um período de conjuntura democrática, que possibilitou o ressurgimento

dos movimentos negros organizados (assim como a recomposição do movimento sindical e das organizações políticas de esquerda, como o PCB), mas sem o poder de aglutinação da Frente Negra Brasileira. Dessa época, um dos principais agrupamentos foi o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, em 1944, e que tinha em sua direção o militante Abdias do Nascimento (1914-2011). O TEN foi responsável por divulgar no Brasil as propostas do movimento político dos negros franceses, que posteriormente serviu de base ideológica para a luta de libertação nacional dos países africanos. O grupo de Abdias foi praticamente extinto dois anos após o golpe militar de 1964, quando mais uma vez todas as organizações do movimento dos trabalhadores e popular foram suprimidas pela força da ditadura.

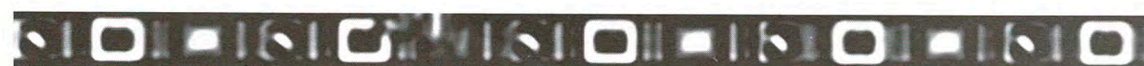
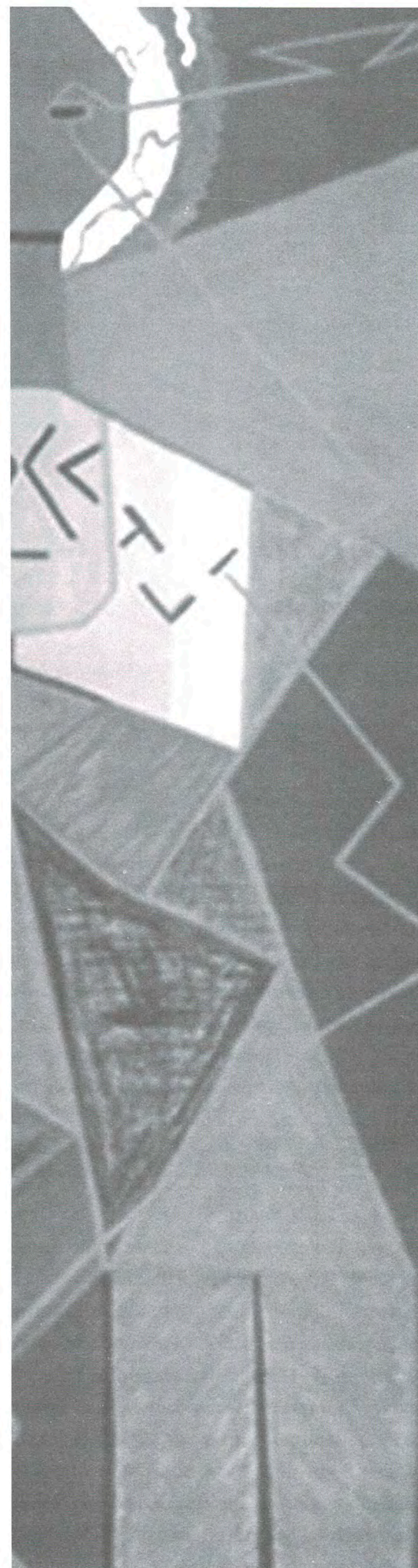
MNU: A unificação do Movimento Negro e a síntese raça e classe

Foi no ano de 1978 – a partir do debate travado entre os movimentos negros sobre o que fazer, no dia 13 de maio, data da abolição da escravatura – que aconteceu a unificação do movimento negro no Brasil. O processo de construção dessa unidade durante boa parte dos anos 1970 sofreu forte influência do movimento “Black Power”: o nacionalismo negro dos EUA (que defendia a ideia de uma “identidade coletiva negra” acima das divisões de classes). 1978 também foi o ano em que, tendo à frente a classe trabalhadora, cresceram no movimento sindical, estudantil e popular as lutas democráticas contra a ditadura – iniciadas com o golpe militar de 1964 que foi planejado e apoiado pelo imperialismo estadunidense. Daí que, para a esquerda marxista brasileira daquela época, a unificação do movimento negro sob a influência do “Black Power” significava a submissão da luta antirracista dos negros

brasileiros ao colonialismo do império ianque. O fato é que, se por um lado, na prática, isolado, o fenômeno da unificação do movimento negro – com a sua vanguarda sob a influência de um nacionalismo negro importado – ainda seguia a lógica de contestação pura e simples de tudo o que fosse “branco”, inclusive a teoria marxista revolucionária da luta de classes, vista como “eurocêntrica”, por outro lado, até aquele momento a síntese raça-e-classe não fazia parte da formação teórica clássica e classista da esquerda brasileira.

O nacionalismo negro importado dos EUA cumpriu o papel importante de resgatar a dignidade de raça aos negros brasileiros. Ao exacerbar a negritude, dando visibilidade ao indivíduo negro, não só junto aos brancos, mas também entre os próprios negros, tornou palpável para as lideranças negras reivindicações

dos movimentos sociais contra a ditadura e pela volta da democracia ao país. É que para a necessidade de sobrevivência de todo movimento social, o gueto é um suicídio político. Pelo seu instinto de luta contra a opressão que comprime e a exploração que esvazia, todo movimento social tende ao sentido de sua expansão. Do contrário, será asfixiado pela capitulação, assimilação e cooptação de sua militância. E para que esse destino trágico não se cumpra, é necessário encontrar aliados contra o inimigo comum. Esse foi o caminho daquela nova vanguarda de militantes negros que com muito esforço ingressaram na classe operária e no meio da intelectualidade “progressista” e de esquerda como Lélia Gonzáles, Hamilton Cardoso e o veterano Abdias do Nascimento, que ao lado de lideranças mestiças, indígenas e brancas combinaram, pela primeira vez no



econômicas e de poder. Emergiu daí uma vanguarda negra de classe média que assumindo sua afrodescendência, confrontou-se com o orgulho que tem de sua origem étnica os indivíduos brancos da pequena e da grande burguesia brasileira. Dessa classe média negra emergente surgiram novas lideranças que junto às antigas, foram depois – nos anos 1980 – acolhidas por partidos criados dentro de uma conjuntura política da luta de classes de redemocratização da sociedade brasileira com trânsito no movimento sindical e popular, como o PT e o PDT.



“A entrada de militantes do movimento negro nos recém criados partidos políticos de perfis sindical e popular foi determinada pela nova realidade da luta de classes pós 1978”

A entrada de militantes do movimento negro nos recém criados partidos políticos de perfis sindical e popular foi determinada pela nova realidade da luta de classes pós 1978, que se deu sob uma conjuntura de ascenso das lutas da classe trabalhadora brasileira que naquele período, do final dos anos 1970 até meados dos anos 1980, foi a vanguarda de toda luta

Brasil, na prática a luta antirracista com a luta de todos os trabalhadores contra o capital naquele período.

Mas o “giro” dessa militância negra para escapar do isolamento, não foi por acaso. Do processo de unificação do movimento negro no Brasil surgiu o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado naquele mesmo

ano de 1978 por um grupo de militantes negros da organização marxista-trotskista, Convergência Socialista (Hamilton Cardoso, Flávio Carrança, Vanderlei José Maria, Milton

Barbosa, Rafael Pinto, Jamu Minka e Neuza Pereira). Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo. Assim, só com a ruptura revolucionária com esse sistema e a instauração do socialismo a partir de um governo de todos os trabalhadores seria possível a superação do racismo. A política que conjugava raça e classe na formação desses militantes negros cumpriu

um papel decisivo na fundação do Movimento Negro Unificado. Dali por diante as posturas táticas e ideológicas adotadas pelo MNU passaram a influenciar a luta antirracista e suplantaram a postura conformista e assimilacionista predominantes na história do movimento negro em geral desde a abolição até a data de conclusão de sua unificação.

A criação do MNU tornou-se um marco na história do movimento negro no Brasil, porque tinha como estratégia, além de propor a unificação da luta de todos

os grupos e organizações antirracistas em um movimento nacional, objetivava também, combinar a luta desse movimento unificado com a de todos os oprimidos da sociedade. Em seu programa de ação defendia as seguintes reivindicações “mí-

nimas”: desmistificação da democracia racial brasileira, organização política da população negra, transformação do movimento negro em um movimento de massas, formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração dos trabalhadores, organização dos trabalhadores negros e pobres para enfrentar a violência policial, organização nos sindicatos e partidos políticos, luta pela introdução da História da África e do Negro

com a finalidade de organizar a luta contra a opressão racial e a exploração do capital.

Dez anos depois da fundação do MNU, a sua síntese política de raça e classe para a unificação dos movimentos negros no Brasil influenciou também no espírito e na forma de organização da I Marcha contra o Racismo, ocorrida em 11 de maio de 1988, no Rio de Janeiro. Principalmente na formação dos “comitês” de mobilização e na articulação dos apoios do movimento comunitário, estudantil e sindical.

Já a exposição de bandeiras e outros símbolos que significassem a presença de partidos dentro da marcha, foram “evitados” pelo comando do evento que preferiu dar àquela mobilização um caráter “não partidário”- mesmo que muitos de seus

militantes fossem também filiados as organizações políticas. A Marcha contra o Racismo contou com mais de 20 mil participantes e teve o objetivo político de se contrapor aos festejos oficiais do centenário da abolição.

Com a orientação do I Comando Militar do Leste foi montado um forte aparato repressivo com militares das Forças Armadas e da força policial do Estado para impedir o deslocamento da marcha contra a farsa da abolição, pro-

modo algum o deslocamento da mesma. Mas a repressão à marcha não se limitou a impedir a passeata dos manifestantes. Horas antes do início da marcha, os militares cercaram e puseram abaixo o palanque montado em frente à Central, enquanto a polícia reprimia e prendia vários militantes que saíam dos trens com faixas e cartazes, chegando do subúrbio e da baixada Fluminense para a concentração da marcha no início da Presidente Vargas na Candelária, onde já havia um grande número de policiais. Diante dessa situação, mesmo com a disposição dos militantes para enfrentar o cerco repressivo, no intuito de evitar um confronto com a repressão que pusesse em perigo os participantes da marcha, o comando da manifestação orientou os militantes a seguirem com a passeata somente “até onde o racismo deixar”. E a marcha parou antes de completar o seu percurso, impedida por uma “muralha” de policiais. Mesmo assim, a maioria dos participantes da Marcha contra o Racismo comemorou o sucesso daquela manifestação que teve uma cobertura da imprensa nacional e estrangeira.

O projeto lulista de conciliação de classes e a morte ideológica do MNU

Os efeitos positivos dessa unificação dos movimentos negros ficaram evidentes, também, na Constituição de 1988 quando o racismo passou a ser enquadrado nos termos da lei como um crime inafiançável. Antes era apenas uma contravenção. Porém, como todo o movimento

“A criação do MNU tornou-se um marco na história do movimento negro no Brasil, porque tinha como estratégia, além de propor a unificação da luta de todos os grupos e organizações antirracistas em um movimento nacional, objetivava também, combinar a luta desse movimento unificado com a de todos os oprimidos da sociedade.”

no currículo escolar e a busca de apoio internacional contra o racismo no Brasil. Uma carta aberta foi distribuída à população e lida em praça pública no largo do Paisandu, em São Paulo, em 13 de maio de 1978, entre faixas e cartazes que questionavam a abolição da escravatura e denunciavam a brutalidade policial, chamando os negros a formarem “centros de luta” (no estilo dos soviéticos) nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé e umbanda, nos locais de trabalho e nas escolas

gramada para seguir o percurso da Candelária à Central do Brasil, sob a alegação de que os manifestantes causariam danos à estátua de Caxias (que fica na Presidente Vargas, em frente à sede do ICML). O governador do estado na época, Moreira Franco, do PMDB (atual ministro de Assuntos Estratégicos da “presidenta” Dilma), designou o próprio secretário de polícia civil do seu governo, Hélio Sabóya, para informar oficialmente ao comando da marcha que a polícia não iria permitir de

social do final dos anos 80 do século passado até hoje em 2011, a construção dessa unificação sofreu a erosão política, resultante do refluxo da luta da classe trabalhadora no Brasil e do pacto social promovido e posto em prática nos dois mandatos de Lula. Boa parte dos militantes negros filiados aos principais partidos que compõe a base do “lulismo” – PT, PCdoB, PDT e PMDB – foi cooptada e aderiu ao projeto político ideológico de conciliação de classes que define essa frente partidária. Como consequência

dessa adesão da maioria das lideranças negras ao projeto de conciliação de classes lulista, veio a degeneração da unidade do movimento negro e o retrocesso da consciência, da estratégia e das táticas de lutas. Praticamente, a degeneração e o retrocesso decretaram a morte ideológica do MNU.

A prova evidente da degeneração e do retrocesso é o Estatuto da Igualdade Racial em vigor desde o ano passado, depois de tramitar 10 anos pelo Congresso. Assim

que o estatuto foi aprovado pelo Senado, em 16 de junho de 2010, setores do movimento negro protestaram e se posicionaram contra a sanção pelo presidente Lula. O protesto desses setores era contra a retirada do Estatuto das reivindicações históricas do movimento, que foram debatidas, acumuladas e sistematizadas durante todo o processo de unificação como: a demarcação dos territórios quilombolas, as disposições relacionadas a medidas de fato no campo da saúde, educação e políticas de cotas. Já as lideranças negras do campo lulista saíram em defesa do estatuto aprovado sob a alegação de que ele significava o avanço possível na promoção da igualdade racial no Brasil. Porém, o “possível” foi mais uma, de tantas outras manobras políticas utilizadas pelos representantes da elite branca capitalista brasileira no Congresso Nacional e em todo o aparelho do Estado desde a abolição, para impedir, ou no mínimo, dificultar a criação de uma legislação específica e políticas de reparação compensatória que removam as barreiras sociais reforçadas pela discriminação racial nesse país.

Não foi por acaso, que todos os cortes no texto original do estatuto foram efetivados pelo senador direitista Demóstenes Torres do DEM com o aval do senador “negro” do PT Paulo Paim, apresentador no Congresso do estatuto original. Todo o esvaziamento no conteúdo original resultou em um Estatuto da

Igualdade Racial que só serve para dissimular os verdadeiros interesses de classe da elite branca capitalista brasileira e de seus sócios internacionais. Uma elite de novos senhores de escravos que sob o manto de uma hipó-

crita “democracia racial” corroborada agora pelo estatuto em vigor, arranjou um pacto político racial com lideranças negras governistas, como o fez com lideranças de outros setores do movimento social e dos trabalhadores através do

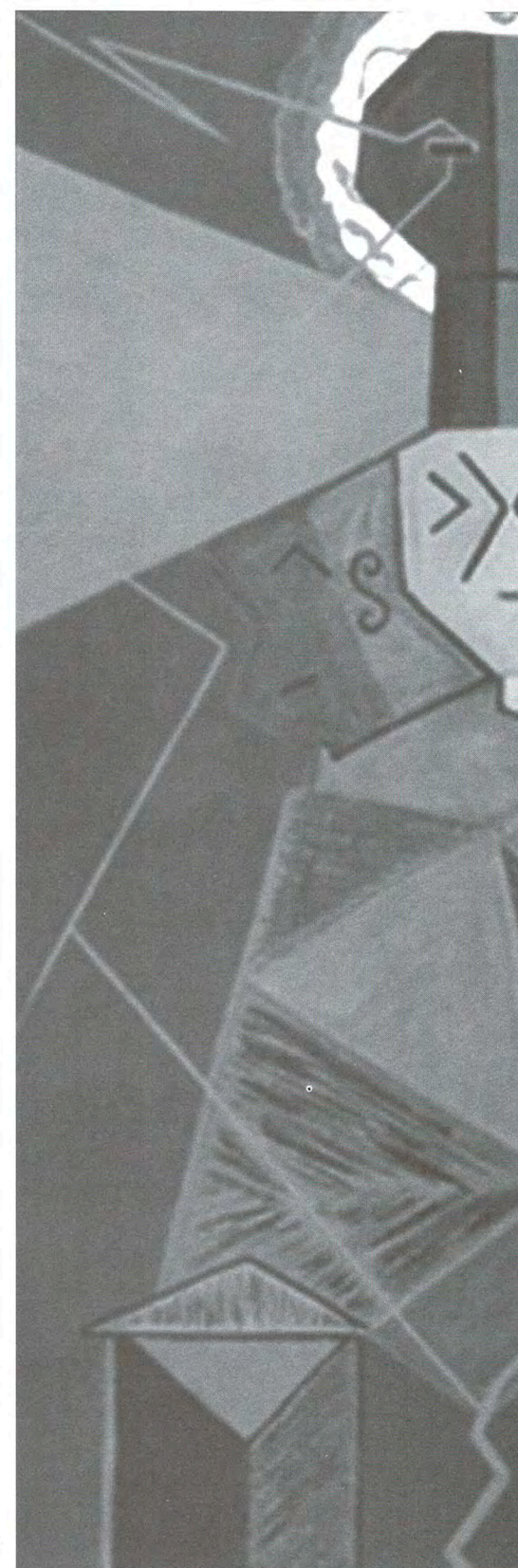
governo Lula, para garantir a manutenção da política de conciliação de classes, promovida pelo lulismo com continuidade no governo de Dilma Rousseff.

Conclusão

A derrota do Estatuto da Igualdade Racial repõe na ordem do dia a necessidade de se recompor a unidade do movimento negro no Brasil, retomando o ponto de partida da estratégia da unidade necessária de todos os oprimidos e explorados pelo capital: a unidade inter-racial da classe trabalhadora brasileira. Do ponto de vista da esquerda marxista revolucionária, a luta contra o racismo não pode ser menosprezada e encarada apenas como uma obscenidade moral, como é de fato. Mas, uma organização política que pretenda se inserir na classe trabalhadora brasileira e não enfrentar de fato o racismo que existe nesse país, não vai conseguir dirigir a totalidade da classe e derrotar o capital por meio de uma revolução, porque no Brasil está a segunda maior população de negros do mundo, ficando atrás apenas da África. Eis porque tornou-se necessário entendermos que a luta contra a opressão racial é parte indispensável do projeto socialista revolucionário ●

Mário Makáfa Militante da CST, filiado ao PSOL-RJ, e colaborador do Círculo Palmarino.

“A derrota do Estatuto da Igualdade Racial repõe na ordem do dia a necessidade de se recompor a unidade do movimento negro no Brasil, retomando o ponto de partida da estratégia da unidade necessária de todos os oprimidos e explorados pelo capital: a unidade inter-racial da classe trabalhadora brasileira.”



Referências

- BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira (depoimentos)*. São Paulo: Quilombhoje, 1998.
- CALLINICOS, Alex. Racismo e capitalismo. *Cadernos Socialistas*. Edição Revolutas, Junho de 2004.
- CARDOSO, Hamilton. “História recente: dez anos de movimento negro”. *Revista Teoria e Debate*, n. 2, São Paulo: março de 1988.

Olorum ÈKÈ

SOLANO TRINDADE

Olorum ÈkÈ

Olorum ÈkÈ

Eu sou poeta do povo

Olorum ÈkÈ

A minha bandeira

É de cor de sangue

Olorum ÈkÈ

Olorum ÈkÈ

Da cor da revolução

Olorum ÈkÈ

Meus avós foram escravos

Olorum ÈkÈ

Olorum ÈkÈ

Eu ainda escravo sou

Olorum ÈkÈ

Olorum ÈkÈ

Os meus filhos não serão

Olorum ÈkÈ

Olorum ÈkÈ

*(Solano Trindade, Poeta do Povo,
São Paulo: Ediouro, 2008, p.47)*

R E V I S T A
NEGRA
SOCIALISMO @ LIBERDADE

Ano III | Nº 6 | Agosto de 2011 Uma publicação da Fundação Lauro Campos
EDIÇÃO ESPECIAL

EXPEDIENTE

Organizadores

Fábio Nogueira e Luiz Arnaldo

Assistente editorial

Dion Monteiro

**Projeto gráfico, editoração
e direção de arte**

Fernando Braga

Revisão

Albano Rita Gomes

Produção executiva

Silvia Mundstock

Endereço

Av. Rio Branco, 185 – Sala
1525 – Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20.040-007
Fone (21) 2215 2491

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS

DIRETORIA

Presidente de honra

Oraida Policena de Andrade Campos

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Carlos Roberto de Souza Robaina

Diretor Técnico

Luiz Arnaldo Dias campos

Diretor Administrativo-Financeiro

Rodrigo da Silva Pereira

CONSELHO DE CURADORES

Presidente

Mário Agra Junior

Vice-presidente

José Enrique Morales Bicca

Membros titulares

Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho
Ewerson Claudio de Azevedo
Ema Regina Greber Carneiro
Breno de Souza Rocha
Antonio Jacinto Filho

Membros suplentes

Israel Pinto Dornelles Dutra
Juliano Medeiros
Honório Luiz de Oliveira Rego

CONSELHO FISCAL

Presidente

Antonio Carlos de Andrade

Membros titulares

Alexandre Varela
Luciana Gomes de Araújo

Membros suplentes

Jaqueline Teresa Aguiar
João Batista Oliveira de Araújo





FUNDAÇÃO
LAUROCAMPOS
www.socialismo.org.br